



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA - CCEN  
MESTRADO EM GEOGRAFIA

**FÁBIO PEREIRA DOS SANTOS**



**ATIVIDADE MANDIOQUEIRA EM BREJO DE ALTITUDE: O  
CASO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA NO ALTO  
SERTÃO DE ALAGOAS**



JOÃO PESSOA/PB  
2023

**FÁBIO PEREIRA DOS SANTOS**

**ATIVIDADE MANDIOQUEIRA EM BREJO DE ALTITUDE: O CASO DO  
MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA NO ALTO SERTÃO DE ALAGOAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba-UFPB, em cumprimento às exigências de conclusão do Curso de Mestrado em Geografia.

**Área de concentração:** Território, Trabalho e Ambiente

**Linha de Pesquisa:** Cidade e Campo: espaço e trabalho.

**Orientador:** Prof. Dr. Ivan Targino Moreira

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S237a Santos, Fábio Pereira dos.

Atividade mandioqueira em brejo de altitude : o caso do município de Água Branca no alto Sertão de Alagoas / Fábio Pereira dos Santos. - João Pessoa, 2023.  
142 f.

Orientação: Ivan Targino Moreira.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN.

1. Geografia. 2. Território. 3. Atividade mandioqueira. 4. Água Branca - AL. 5. Campesinato. I. Moreira, Ivan Targino. II. Título.

UFPB/BC

CDU 9(043)

## **DADOS DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO**

### **ATIVIDADE MANDIOQUEIRA EM BREJO DE ALTITUDE: O CASO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA NO ALTO SERTÃO DE ALAGOAS**

**FÁBIO PEREIRA DOS SANTOS**

Data da defesa e aprovação: 21 de dezembro de 2023

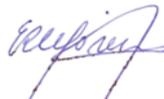
Horário: 09:00 h

Local: plataforma Google Meet

### **BANCA DE EXAMINADORES**



Prof. Dr. Ivan Targino Moreira (PPGG/UEPB)  
Orientador



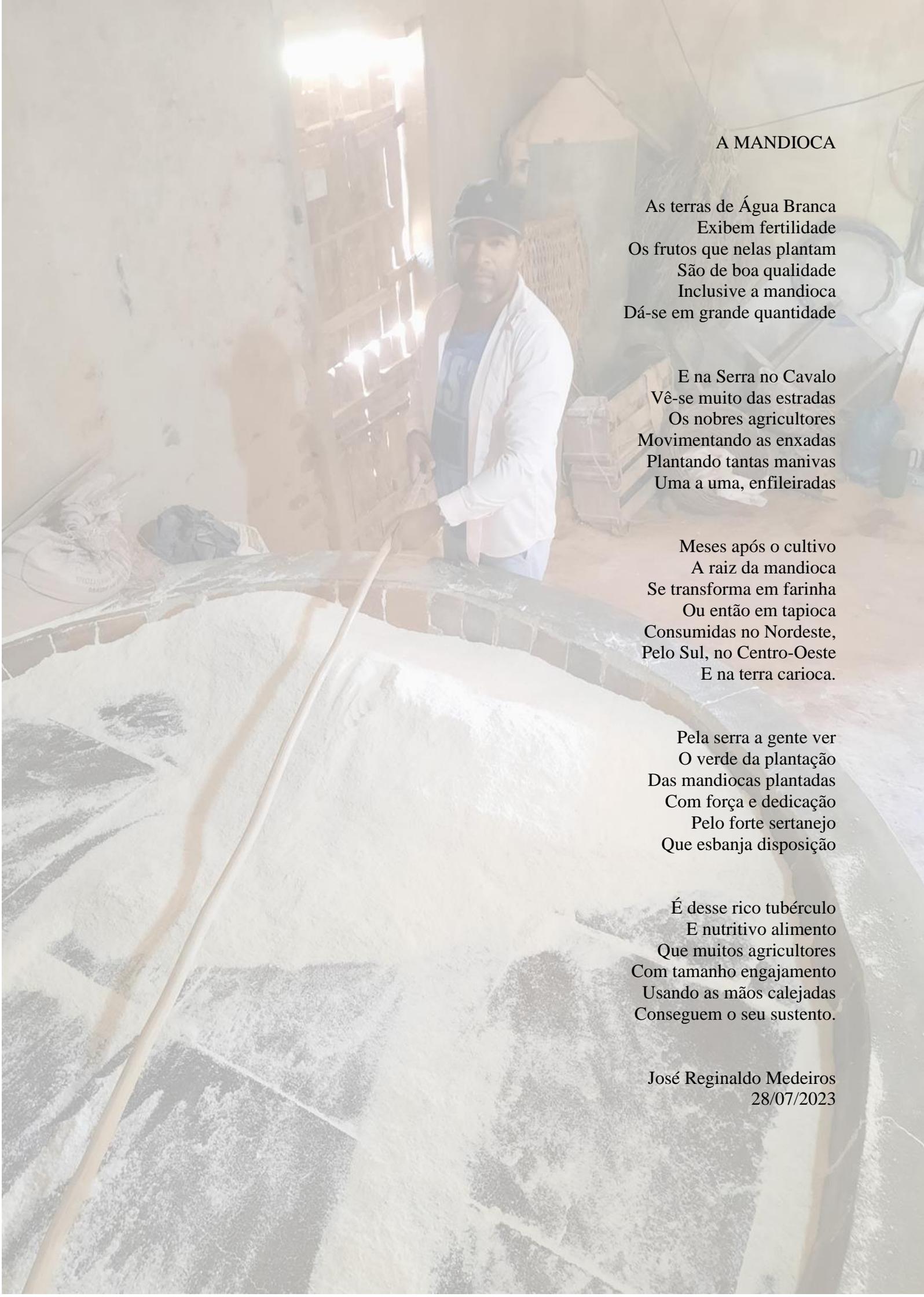
Profa. Dra. Emília de Rodat Fernandes Moreira (PPGG/UEPB)  
Examinador Interno



Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto (UEPB)  
Examinador Externo

Dedico esse trabalho ao meu amado filho  
José Miguel Pereira dos Santos (*in memoriam*).

Obrigado pelas alegrias que me proporcionou quando descobri que você estava vindo,  
obrigado pelo amor compartilhado no breve e intenso período que estive conosco, ainda na  
barriga da sua mãe, Aline Pereira.

A man wearing a white long-sleeved shirt, a dark cap, and a blue t-shirt underneath is standing in a large, circular stone mill. The mill is filled with a thick, white, powdery substance, likely cassava flour. He is holding a long wooden handle that reaches into the mill. The background shows a rustic interior with wooden walls and a doorway leading outside. The lighting is warm and natural, coming from a window or doorway.

## A MANDIOCA

As terras de Água Branca  
Exibem fertilidade  
Os frutos que nelas plantam  
São de boa qualidade  
Inclusive a mandioca  
Dá-se em grande quantidade

E na Serra no Cavalo  
Vê-se muito das estradas  
Os nobres agricultores  
Movimentando as enxadas  
Plantando tantas manivas  
Uma a uma, enfileiradas

Meses após o cultivo  
A raiz da mandioca  
Se transforma em farinha  
Ou então em tapioca  
Consumidas no Nordeste,  
Pelo Sul, no Centro-Oeste  
E na terra carioca.

Pela serra a gente ver  
O verde da plantação  
Das mandiocas plantadas  
Com força e dedicação  
Pelo forte sertanejo  
Que esbanja disposição

É desse rico tubérculo  
E nutritivo alimento  
Que muitos agricultores  
Com tamanho engajamento  
Usando as mãos calejadas  
Conseguem o seu sustento.

José Reginaldo Medeiros  
28/07/2023

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, força motriz da minha vida, por permitir que mesmo diante das tribulações ter encontrado forças para me levantar e seguir confiante.

A minha esposa Aline Pereira pelo companheirismo e dedicação na realização desta pesquisa, sem você tudo seria mais difícil.

Aos meus pais Antônio Balbino e Elisabete Pereira, também aos meus irmãos e todos os familiares que de alguma forma contribuíram na realização desta pesquisa. Muito obrigado!

Ao meu orientador, o professor Dr. Ivan Targino Moreira, pela paciência, confiança e humanidade nessa jornada tão árdua e desafiadora. Meus sinceros agradecimentos.

À professora Emília Moreira, pelas contribuições na construção dos textos e também pela indicação de leituras.

Aos meus amigos Regís Lima e Saulo Lima, nossos diálogos foram fundamentais para o amadurecimento desta pesquisa. A Bergson Bezerra, Eliane Cavalcanti e Taiana Feitoza pela compreensão nos momentos que estive ausente do trabalho.

Aos meus amigos de curso, Hilda Daniel, Edney Conceição, Joelma Miranda, Rodrigo Brito e a todos os amigos da turma 2021.1 (PPGG-UFPB), trilhar essa jornada com todos vocês foi enriquecedor.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), Centro de Ciências Exatas e da Natureza – CCEN da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) muito obrigado pela oportunidade em realizar esta pesquisa. A todo o corpo docente do referido programa, muito obrigado!

Aos camponeses e camponesas dos povoados de Serra do Cavalo e Preguiçoso que se dispuseram a dividir comigo as suas experiências de vida e de luta, meus profundos agradecimentos.

A todos e todas que me apoiaram de alguma forma. Muito obrigado!

## RESUMO

A mandioca (*Manihot Esculenta Crantz*) é cultivada por pequenos agricultores camponeses em mais de 100 países tropicais e subtropicais no mundo. Sua adaptabilidade a condições diversas de climas, solos, tolerância a seca e ataques esporádicos de pragas, faz da mandioca uma alternativa produtiva viável para países em desenvolvimento. Segundo a FAO (2013), as raízes da mandioca são ricas em carboidratos, o que as torna uma excelente fonte de energia. Esse tubérculo alimenta cerca de 1 bilhão de pessoas no mundo, especialmente nos países de renda mais baixa. Os usos atribuídos à mandioca são diversos: na alimentação humana, na alimentação animal e na indústria. Este trabalho tem como principal objetivo estudar o espaço agrário de Água Branca-AL de modo a compreender os diversos aspectos que configuram o processo de territorialização da atividade mandioqueira municipal. Para fundamentar nossa compreensão, adotou-se neste trabalho o método histórico dialético. Dentre as técnicas de pesquisa foram utilizados diferentes procedimentos como: pesquisa bibliográfica, levantamento de dados secundários e a pesquisa de campo. Esta última comportou o reconhecimento da área de estudo, a realização de entrevistas com camponeses produtores de mandioca, com proprietários de casas de farinha e com atravessadores, além do registro fotográfico, inclusive com o uso de drones. A dissertação está estruturada em uma introdução, quatro capítulos e as considerações finais. O primeiro capítulo trata das questões teóricas que nortearam nossa pesquisa, utilizamos dois conceitos principais, a saber: espaço e território. No segundo capítulo, abordamos a formação territorial do Estado de Alagoas, do Alto Sertão e do município de Água Branca, também realizamos a caracterização geral do município de Água Branca-AL, apresentando dados socioeconômicos e também físicos. Resgatamos o processo histórico de ocupação desse espaço, buscamos ressaltar a importância dos povos indígenas e quilombolas na formação desse território. O terceiro capítulo é dedicado às discussões sobre o campesinato e sobre a atividade mandioqueira desenvolvida em Água Branca-AL. Buscamos através de autores clássicos e também contemporâneos situar o que é campesinato, e também sua importância no campo atualmente. No quarto capítulo, são apresentados os dados da pesquisa. Iniciamos com uma caracterização geral do território pesquisado (Serra do Cavalo e Preguiçoso) para isso apresentamos os dados socioeconômicos, bem como, analisamos o perfil das unidades camponesas de produção e o perfil dos camponeses que se dedicam a atividade mandioqueira. Em seguida, analisamos o processo de produção e comercialização da farinha de mandioca. Por fim, analisamos as técnicas e tecnologias empregadas na produção camponesa da farinha de mandioca. Constatou-se que houve uma tímida modernização da atividade mandioqueira em Água Branca-AL, todavia, insuficiente para aumento do cultivo e processamento em farinha, ocasionando a migração sazonal dos produtores camponeses para os canaviais no sul de Alagoas e Sergipe e também para a colheita de café na região Sudeste. A pesquisa realizada mostrou o papel do campesinato no espaço agrário de Água Branca e como a atividade mandioqueira tem sido fundamental para a permanência dessa forma de organização social e produtiva.

**Palavras-chaves:** Atividade mandioqueira. Território. Campesinato. Água Branca-AL.

## ABSTRACT

Cassava (*Manihot Esculenta* Crantz) is cultivated by small peasant farmers in more than 100 tropical and subtropical countries around the world. Its adaptability to different climates, soils, drought tolerance and sporadic pest attacks make cassava a viable productive alternative for developing countries. According to FAO (2013), cassava roots are rich in carbohydrates, which makes them a surplus source of energy. This tuber feeds around 1 billion people in the world, especially in lower-income countries. The uses attributed to cassava are diverse: in human food, animal feed and industry. This work's main objective is to study the agrarian space of Água Branca city in the state of Alagoas (AL) in order to understand the various aspects that configure the process of territorialization of municipal cassava activity. To support the analysis of the work, the historical dialectical method was adopted. Different methodological procedures were used: bibliographical research, secondary data collection and field research. The latter included reconnaissance of the study area, interviews with peasant cassava producers, owners of flour mills and middlemen, in addition to photographic recording, including the use of drones. The dissertation is structured into four chapters and final considerations. The first chapter deals with the theoretical questions that guided our research. We use two main concepts, namely: space and territory. In the second chapter, we addressed the territorial formation of the State of Alagoas, Alto Sertão and the municipality of Água Branca. We also carry out a general characterization of the municipality of Água Branca-AL, presenting socioeconomic and also physical data. We rescued the historical process of occupation of this space, we seek to highlight the importance of indigenous and quilombola peoples in the formation of this territory. The third chapter is dedicated to discussions about the peasantry and the cassava activity developed in Água Branca-AL. We seek, through classic and contemporary authors, to locate what peasantry is, and also its importance in the field nowadays. In the fourth chapter, research data is presented. We begin with a general characterization of the territory researched (Serra do Cavalo and Preguiçoso) for this we present the socioeconomic data, as well as, we analyze the profile of the peasant production units and the profile of the peasants who are dedicated to cassava activities. Next, we analyze the production and commercialization process of cassava flour. Finally, we analyze the techniques and technologies used in the peasant production of cassava flour. It was found that there was a timid modernization of cassava activity in Água Branca-AL, however, insufficient to increase cultivation and processing into flour, causing the seasonal migration of peasant producers to the sugarcane fields in the south of Alagoas and Sergipe and also for the harvest of coffee in the Southeast region. The research carried out showed the role of the peasantry in the agrarian space of Água Branca and how cassava activity has been fundamental to the permanence of this form of social and productive organization.

Keywords: Cassava activity. Territory. Peasantry. Água Branca-AL.

## LISTA DE QUADROS E GRÁFICO

Quadro 1	Demonstrativo da população livre e escrava por sexo de Água Branca 1872	57
Quadro 2	Principais mudanças tecnológicas e técnicas na atividade mandioqueira na Serra do cavalo e Preguiçoso (1900 – 2023)	117
Quadro 3	Ex-produtores de mandioca mais antigos	144
Gráfico 1	Idade dos produtores rurais em Água Branca-AL (2017)	61

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa de Alagoas (2023)	39
Figura 2	Alagoas no sistema de capitanias hereditárias	40
Figura 3	Primeiros núcleos de povoamento de alagoas em 1636	40
Figura 4	Território da cidadania Alto Sertão de Alagoas	43
Figura 5	Localização do município de Água Branca	49
Figura 6	Mapa da hidrografia do município de Água Branca	50
Figura 7	Mapa pluviométrico do município de Água Branca	51
Figura 8	Localização dos povos quilombolas e indígenas em Água Branca-AL	55
Figura 9	Rede de relações de grupos indígenas no Médio e Baixo São Francisco	56
Figura 10	Engenho banguê tração animal Água Branca (1921)	87
Figura 11	Canaviais em Água Branca	89
Figura 12	Canaviais em Água Branca	89
Figura 13	Engenho São Lourenço, Água Branca	90
Figura 14	Localização dos antigos engenhos em Água Branca	90
Figura 15	Localização geográfica dos povoados Serra do Cavalo e Preguiçoso	91
Figura 16	Serra do Cavalo, Água Branca-AL	92
Figura 17	Preguiçoso, Água Branca-AL	93
Figura 18	Mapa de uso e ocupação do solo	94
Figura 19	Cultivo de mandioca na Serra do Cavalo	94
Figura 20	Cultivo de mandioca na Serra do Cavalo	95
Figura 21	Cultivo de mandioca no Preguiçoso	95
Figura 22	Plantação de mandioca	100
Figura 23	Plantação de mandioca	100
Figura 24	Casa de farinha	104
Figura 25	Camponês realizando o transporte de mandioca	105
Figura 26	Raspagem da mandioca em casa de farinha na Serra do Cavalo	105
Figura 27	Camponês na moagem da mandioca na Serra do Cavalo	106
Figura 28	Camponeses extraíndo a goma da massa de mandioca	107
Figura 29	Separação da goma e manipueira	107
Figura 30	Prensagem da massa de mandioca	107
Figura 31	Peneiramento da massa de mandioca	108

Figura 32	Camponês na secagem da massa de mandioca	108
Figura 33	Cadeia de produção artesanal da farinha seca e seus derivados	109
Figura 34	Casas de farinhas na área em estudo	110
Figura 35	Feira de cereais	113
Figura 36	Transporte da farinha em D20	114
Figura 37	Locais onde ocorre a comercialização da farinha produzida na Serra do Cavalo e Preguiçoso	115
Figura 38	Cultivo da mandioca através da técnica de encosto	118
Figura 39	Cultivo da mandioca através da técnica de covas	119
Figura 40	Motor puxado por roda	120
Figura 41	Motor a gasolina	120
Figura 42	Motor elétrico	120
Figura 43	Prensa de madeira	121
Figura 44	Prensa de ferro	121
Figura 45	Cisterna-calçadão	122

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Estrutura agrária do Alto Sertão de Alagoas, segundo organização familiar e não familiar - 2017	47
Tabela 2	PIB per capita do município de Água Branca /AL (2020)	60
Tabela 3	Brasil, Alagoas e Água Branca: número dos estabelecimentos totais, não familiares e familiares – 2017	61
Tabela 4	Produção agrícola (lavouras permanentes e temporárias) em Água Branca/AL – 2021	63
Tabela 5	Os 10 municípios maiores produtores da mandioca em Alagoas (2020)	85
Tabela 6	Produção de mandioca em Água Branca-AL (2004-2022)	87
Tabela 7	Tamanho das propriedades rurais na Serra do Cavalo e Preguiçoso (2023)	101
Tabela 8	Produção anual da farinha de mandioca na Serra do Cavalo e Preguiçoso (2022)	113

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ASA</b>	Articulação Semiárido Brasileiro
<b>CAR</b>	Cadastro Ambiental Rural
<b>CadÚnico</b>	Cadastro Único para Programas Sociais
<b>Conab</b>	Companhia Nacional de Abastecimento
<b>Cprm</b>	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
<b>FAO</b>	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
<b>Ibge</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>Idhm</b>	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
<b>Iteral</b>	Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas
<b>Mapa</b>	Ministério da Agricultura e Pecuária
<b>MCR</b>	Manual de Crédito Rural
<b>MMA</b>	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
<b>PAA</b>	Programa de Aquisição de Alimentos
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>Pnae</b>	Programa Nacional de Alimentação Escolar
<b>Qgis</b>	Quantum GIS
<b>Pronaf</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>Seplag</b>	Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio
<b>Sinima</b>	Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente
<b>Zaal</b>	Zoneamento Agroecológico do Estado de Alagoas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>		<b>16</b>
<b>1. CONCEPÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS SOBRE ESPAÇO E TERRITÓRIO</b>		<b>24</b>
1.1. Espaço geográfico: breves considerações teóricas e conceituais		24
1.2. Abordagens e concepções teóricas do território na geografia		29
<b>2. FORMAÇÃO TERRITORIAL DE ÁGUA BRANCA: ENTRE VALES E SERRAS CONSTITUIU-SE UM POVO</b>		<b>39</b>
2.1. Formação territorial de Alagoas		39
2.2. Formação territorial do Alto Sertão de Alagoas		43
2.3. Caracterização socioambiental de Água Branca-AL		48
2.4. Formação territorial de Água Branca-AL		52
2.5. Estrutura econômica e organização agrária do município de Água Branca		58
<b>3. 2. CONCEPÇÕES TEÓRICAS E ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE O CAMPESINATO</b>		<b>62</b>
3.1. O campesinato ao longo da história: uma trajetória em constante transformação		62
3.2. Breves considerações sobre o campesinato no Brasil		71
3.3. Formação do campesinato em Alagoas		76
3.4. A produção camponesa da mandioca em Água Branca-AL		80
<b>4. ATIVIDADE MANDIOQUEIRA NOS POVOADOS SERRA DO CAVALO E PREGUIÇOSO EM ÁGUA BRANCA-AL</b>		<b>86</b>
4.1. A produção camponesa da mandioca nos povoados Serra do Cavalo e Preguiçoso em Água Branca-AL		86
4.2. Território da Atividade Mandioqueira		91
4.3. O Sistema mandioqueiro		96
4.4. Técnicas e tecnologias na produção da farinha de mandioca		116
4.5. Atividade mandioqueira na conformação de território da esperança		121
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>		<b>124</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>		<b>128</b>
<b>APÊNDICE</b>		<b>137</b>

## INTRODUÇÃO

A mandioca (*Manihot Esculenta Crantz*) é cultivada por pequenos agricultores camponeses em mais de 100 países tropicais e subtropicais no mundo. Sua adaptabilidade a condições diversas de climas, solos, tolerância a seca e ataques esporádicos de pragas, faz da mandioca uma alternativa produtiva viável para países em desenvolvimento.

Segundo a FAO (2013) as raízes da mandioca são ricas em carboidratos, o que as torna uma excelente fonte de energia. Esse tubérculo alimenta cerca de 1 bilhão de pessoas no mundo, especialmente nos países de renda mais baixa. Os usos atribuídos à mandioca são diversos: na alimentação humana, na alimentação animal e na indústria, nessa última, utilizada na fabricação de produtos farmacêuticos, na produção de madeira compensada, papel, bioetanol, entre outros.

Conforme dados da CONAB (2022), a estimativa de produção brasileira para o ano de 2022, conforme o Levantamento Sistemático da Produção (LSPA) de novembro/2022 e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, é de 18,23 milhões de toneladas colhidas em uma área total de 1,23 milhões de hectares. Segundo dados da FAO, entre os países produtores da mandioca no mundo, o Brasil fica na quinta posição, atrás da Nigéria, República Democrática do Congo, de Gana e da Tailândia.

O continente africano tem registrado as maiores taxas de crescimento na produção de mandioca. Segundo a FAO, o crescimento da mandioca na África e na Ásia é resultado da importância socioeconômica dessa raiz. Antes era considerada uma cultura de subsistência, todavia nas últimas décadas, os cultivos vêm aumentando e até se tornando alimento de segurança nacional. Conforme Felipe (2021), agora a mandioca tem papel fundamental para o desenvolvimento rural, para a diminuição da pobreza, para a segurança alimentar e energética (biocombustíveis). Na África, a produção passou de 40 milhões de toneladas em 1970, para 169,6 milhões de toneladas em 2018 (FAO, 2020).

No continente asiático o maior destaque é a Tailândia, que saiu do patamar de 3,2 milhões de toneladas de mandioca produzida em 1970, para 31,6 milhões de toneladas em 2018. Também é válido destacar que a Ásia já atingiu um grau de tecnologias bastante avançado, em comparação à produção Africana. Segundo Felipe (2021, p. 01) “as projeções da FAO indicam que a produção [de mandioca] deve crescer 18% nos próximos 10 anos, especialmente em regiões de baixa renda (2,3% a.a. até 2030)”. O avanço da produção nos países africanos poderá se dar em função de área disponível para o plantio, já nos países do continente asiático, o incremento na produção deve continuar sendo resultado da maior produtividade agrícola diante da implantação de tecnologias na produção.

Na América Latina o principal produtor de mandioca é o Brasil. Todavia, o país ao longo dos anos perdeu o primeiro lugar no ranking da produção mundial. Mesmo com as mudanças tecnológicas implantadas no país, não houve aumento significativo na produção da mandioca. Segundo Methodio Groxko e Pereira (2022), alguns fatores estão associados à redução brasileira na produção da mandioca, a saber: *a)* redução da raiz no consumo animal; *b)* substituição de 2% da farinha de raspa de mandioca na farinha panificável; *c)* modernização no campo e avanço das culturas agrícolas da soja e do milho; *d)* a mandioca brasileira é destinada ao mercado interno e com pouca presença no comércio internacional.

Destarte, o cultivo da mandioca está presente em todas as regiões do país e em quase todos os municípios. Conforme dados do IBGE (2022), a produção da safra 2022 foi de 18.200.277 toneladas de mandioca. A produção da região Norte representa 35,5%; o Nordeste, 23%; Sul, 21%; Sudeste, 13% e Centro-Oeste com 7,5%. A produção estimada para safra 2023 (atualizada em setembro de 2023) é de 18.670.040 hectares.

Conforme apontam Methodio Groxko e Pereira (2022), as regiões Norte e Nordeste apresentam semelhanças no tocante à produção, especialmente pela raiz ser cultivada em pequenas propriedades familiares. E a produção em grande parte é destinada para casas de farinha, uma pequena parcela é destinada para o consumo de animais. A farinha, principal produto obtido pelo processamento da mandioca se faz presente na base da alimentação do povo nessas regiões. Observa-se, por outro lado, conforme Methodio Groxko e Pereira (2022, p. 06) que em “Estados do Nordeste, principalmente na Bahia, que, além de indústrias mais modernas de farinha, já estão sendo implantadas algumas fecularias. Também no Ceará, Pernambuco e Alagoas houve um notável avanço, tanto agrícola como industrial”.

Por outro lado, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, a mandioca é destinada para a produção da fécula, embora, ainda existem muitas áreas que produzem a farinha. Segundo Methodio Groxko e Pereira (2022, p. 07), “atualmente, o país conta com 71 fecularias, sendo que 42 se localizam no Paraná, ou aproximadamente 60% do parque industrial. Em sua grande maioria, essas indústrias são consideradas de médio e grande portes, com capacidade instalada de 300 a 450 toneladas de raiz por dia”.

Os dados apresentados revelam a importância econômica da produção de mandioca no Brasil. É válido destacar os diferentes usos atribuídos à mandioca, sobretudo, as diferenças entre a produção da fécula e a produção da farinha. Ambos produtos são oriundos do processamento da raiz de mandioca, porém, ao final da cadeia de produção a fécula é mais rentável se comparado ao preço da farinha de mandioca.

Contudo, é importante destacar que o comportamento de preços da raiz, da farinha e da fécula de mandioca é determinado pela sua produção. Ou seja, o preço final dos produtos deriva de variáveis como o calendário de cultivo da planta, das condições naturais como clima, tipo de solo, variedades plantadas entre outras. Desse modo, “as oscilações de preço nos mercados derivados (neste caso, farinha e fécula de mandioca) acompanham o padrão de disponibilidade da matéria-prima. Esse movimento se dá, sobretudo, pela mudança nas condições de oferta, uma vez que a demanda tende a ser mais estável” (SEBRAE, 2012, p. 12).

Nas áreas interioranas do Nordeste, sobretudo no semiárido, essa atividade vai encontrar nos brejos de altitudes os fatores físicos propícios ao seu cultivo. Para Andrade (1998), as serras úmidas são os celeiros no sertão semiárido, nelas é possível produzir quase todos os alimentos e frutas. A produção artesanal da farinha de mandioca encontra nesses espaços de “exceção” (MELO, 1988) as condições ideais para sua produção.

No município de Água Branca, o condicionador básico da diferenciação do espaço é o relevo que, através da interação com os fatores climáticos, edáficos e florísticos condicionam as formas de uso da terra. Para Ab’Sáber (1999), essas áreas são conhecidas como “*serras úmidas, baixios e brejos*” encravadas no interior do Nordeste.

As áreas de exceção compostas pelos brejos de altitude no interior do semiárido correspondem a áreas com microclimas locais influenciados pelos maiores níveis de altitude, por chuvas orográficas, maior umidade e solos mais férteis, podendo-se nelas “produzir quase todos os alimentos e frutas peculiares aos trópicos úmidos” (AB’SÁBER, 1999, p. 08).

Andrade (1998) destaca que áreas serranas do Nordeste são manchas úmidas no meio do sertão, onde as condições climáticas e a abundância em água, as diferenciam do restante da região possibilitando um maior desenvolvimento do cultivo agrícola. Essas características permitem que Água Branca se especializasse na produção de alimentos (carnes, frutas, feijão, farinha de mandioca, milho, rapadura, mel, açúcar mascavo, etc.) comercializados nas feiras-livres da região. Desse modo, a produção agrícola, sobretudo, o cultivo da mandioca e sua transformação em farinha, contribui para a dinâmica socioeconômica do município.

Este trabalho tem como principal objetivo estudar o espaço agrário de Água Branca-AL de modo a compreender os diversos aspectos que configuram o processo de territorialização da atividade mandioqueira municipal.

O interesse em pesquisar esse alimento surgiu através de estudos realizados durante a graduação. Nesse período, ainda com o olhar imaturo iniciamos um longo processo no tocante ao conhecimento do Povoado Serra do Cavalo. Os primeiros estudos foram direcionados sobre

a compreensão das relações rural-urbana no povoado. Todavia, a partir de novas leituras, direcionamos a pesquisa da pós-graduação para compreensão da atividade mandiogueira nos povoados Serra do Cavalo e Preguiçoso.

Outras trajetórias também levaram o autor a se dedicar a temática de pesquisa, a saber: ser filho de agricultores e reconhecer-se como tal e também por ser morador da Serra do Cavalo. Assim, surgiu o interesse em desbravar o espaço agrário de Água Branca e de maneira especial, compreender a atividade mandiogueira desenvolvida nos territórios da Serra do Cavalo e Preguiçoso, processo tão singular e importante para esses povoados.

Para realização desta pesquisa, elegemos o *espaço* e o *território* como categorias de análises em nossas interpretações. Sabemos da multiplicidade de definições que envolvem esses conceitos, todavia, para definição de espaço, escolhemos a perspectiva de Santos (1996), o espaço enquanto um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistemas de ações. Resultado da ação humana sobre a natureza através do trabalho. Já a compreensão sobre o conceito de território foi norteadada por Souza (2009) ao reconhecer o território como “[...] um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2000, p. 78). E também por Oliveira (1999) ao compreender o território como produto histórico social, sendo instigado às lutas de classes, à resistência e às contradições inerentes ao processo.

Também foram eleitas as categorias *campesinato* e *trabalho* em nossas análises. Sobre o campesinato, Shanin (1979) destaca a existência de múltiplas definições e interpretações para essa categoria. Todavia, concordamos com Shanin (1979), Mendras (1978), Mota e Zarth (2008) ao caracterizarem o campesinato pelo uso do trabalho familiar na terra, que objetiva alimentar sua família e da terra retirar meios para sua reprodução.

Deixa-se claro que o fato de o camponês migrar sazonalmente para o trabalho assalariado, como constatado nesta pesquisa, não o descaracteriza como camponês. Também queremos destacar que no decorrer do trabalho serão utilizados, indistintamente, os termos agricultura camponesa e agricultura familiar.

Em relação ao termo *trabalho*, compreendemos conforme destaca Marx (2017) a “atividade produtiva de um determinado tipo, que visa a um objetivo determinado”. O trabalho é, portanto, dotado de intencionalidade, se refere a uma ação planejada e executada com um objetivo claro e específico. Conforme Konder (2008), o trabalho é a mola que impulsiona o desenvolvimento do homem, “é no trabalho que o homem se produz a si mesmo; o trabalho é o núcleo a partir do qual podem ser compreendidas as formas complicadas da atividade criadora do sujeito humano” (KONDER, 2008, p. 23). Assim, a partir do trabalho, o homem se

desenvolve e se realiza. O trabalho possibilita além do sustento familiar, é a expressão máxima da criatividade humana e permite o desenvolvimento de novas habilidades. Portanto, o trabalho é essencial para a formação e desenvolvimento do ser humano.

O método de interpretação da realidade escolhido é a dialética. Na Grécia antiga, a dialética era a arte do diálogo, que aos poucos, “passou a ser a arte de, no diálogo, demonstrar uma tese por meio da argumentação” (KONDER, 2008, p. 07). Na modernidade, a dialética passou a ter outra interpretação, significa “o modo de pensar as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (KONDER, 2008, p. 07). Conforme Bottomore (2013, p. 168):

A dialética é tematizada na tradição marxista mais comumente enquanto (a) um método e, mais habitualmente, um método científico: a dialética epistemológica; (b) um conjunto de leis ou princípios que governam um setor ou a totalidade da realidade: a dialética ontológica; e (c) o movimento da história: dialética relacional. Todos os três aspectos encontram-se em Marx.

A dialética, conforme apontou Bottomore (2013), é o método da ciência marxista, fundamentando os caminhos para a interpretação da realidade. Conforme Demo (1995), a dialética é a metodologia mais condizente com as pesquisas de cunho social. Tratar-se de uma forma “criativa” e “versátil” que permite estudar o dinamismo da realidade social. Pois, “o conhecimento não é uma descrição ou um retrato, ou seja, o processo faz do conhecimento uma expressão criativa, não um ajuntamento mecânico e justaposto” (DEMO, 1995, p. 98). A dialética, conforme explica Severino (2016), permite uma maior interação entre o sujeito e objeto da pesquisa, uma interação que vai se transformando ao longo da história e das ações do homem.

Nesse ponto de vista, “o conhecimento não pode ser entendido isoladamente em relação à prática política dos homens, ou seja, nunca é questão apenas de saber, mas também de poder” (SEVERINO, 2016, p. 122). Portanto, a dialética é o método mais crítico e autocrítico e o mais condizente com o dinamismo da realidade social. Permite ir do concreto ao abstrato e retornar ao concreto.

Sobre os métodos de procedimentos, nossa pesquisa foi delineada como estudo de caso, notadamente, por ser mais adequado “à investigação de um fenômeno dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos” (GIL, 2002, p. 54). O estudo de caso é caracterizado por concentrar seus esforços de pesquisa num caso particular. Desse modo, direcionamos nossos esforços nas questões inerentes à atividade

mandioqueira em Água Branca-AL. Para alcançar os objetivos propostos para essa dissertação, realizamos uma pesquisa investigativa e analítica, seguindo as etapas metodológicas a seguir.

**Pesquisa bibliográfica** – realizamos um levantamento em *Bibliotecas virtuais* (Biblioteca Nacional, Biblioteca de São Paulo, Biblioteca da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Biblioteca do Senado, etc.); *Banco de dados* (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), *Indexadores* (Portal de Periódicos CAPSE, Scisntific Electronic Library Online – Scielo) e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações-BDTD das Universidades públicas brasileiras, dentre outros.

**Pesquisa documental** – foi realizado um levantamento de documentos na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, na Secretaria Municipal de Assistência Social, na Unidade Básica de Saúde da Serra do Cavallo. Esse levantamento permitiu coletar informações sobre a produção da mandioca no município de Água Branca, também analisar a espacialização da atividade mandioqueira no município e coletar informações sobre a agricultura camponesa desenvolvida.

**Pesquisa de dados quantitativos secundários** – foi realizada na base de dados do IBGE/SIDRA. Consultamos os dados do Censo Demográfico 2010 e do Censo Agropecuário 2017 e dados da Produção Agrícola e Pecuária Municipal. Através dos dados obtidos conseguimos informações sobre a população do município, o tamanho dos estabelecimentos rurais, os principais cultivos agrícolas, o perfil dos produtores familiar e não-familiar, etc.

**Pesquisa de campo** – é realizada com o objetivo de obter informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para qual se procura uma resposta. É fundamental para levantar informações primárias sobre o problema pesquisado. Em nossa pesquisa, inicialmente realizamos um campo exploratório nos povoados Serra do Cavallo e Preguiçoso, o objetivo foi exercitar um olhar mais aguçado sobre diversos aspectos que compunham a organização social e produtiva dos povoados. O campo ocorreu nas propriedades rurais e casas de farinha.

Também realizamos entrevistas semi-estruturadas com 58 interlocutores dos Povoados Serra do Cavallo e Preguiçoso. Para organizar melhor as informações, dividimos os entrevistados em quatro grupos, a saber: *a) grupo 01* – moradores mais antigos dos povoados que produziram mandioca (6 entrevistados); *b) grupo 2* - produtores camponeses de mandioca (39 entrevistados, sendo 25 do povoado Serra do Cavallo e 14 do Preguiçoso); *c) grupo 3* – moradores que não produzem mandioca (2 entrevistados); *d) Grupo 04* – proprietários de casas de farinha (7 entrevistados), por fim, realizamos uma pequena conversa com um comprador de

mandioca (atravessador). As entrevistas ocorreram entre os meses de dezembro de 2022 e setembro de 2023.

Nossa delimitação temporal foi determinada mediante as memórias dos moradores mais antigos. Foram entrevistadas 6 pessoas com idades entre 71 e 93 anos, sendo 3 do sexo masculino e 3 do sexo feminino. Desse modo, o recorte temporal da nossa pesquisa se deu a partir dos anos 1920 do século XX até o ano de 2022 do século XXI. O quadro 2 (Apêndice) apresenta o perfil dos moradores mais antigos dos povoados que produziam a mandioca e transformavam em farinha.

A pesquisa de campo com os moradores mais antigos foi realizada entre os meses de dezembro de 2022 e março de 2023. E teve como objetivo construir através das narrativas a historiografia da atividade mandiqueira nos povoados Serra do Cavalo e Preguiçoso. Tendo em vista, que não existe nenhum registro histórico escrito sobre esses povoados.

As entrevistas com os camponeses produtores de mandioca ocorreram entre os meses de maio e setembro de 2023. Tivemos algumas dificuldades na realização dessa etapa da pesquisa, pois, nesse período os camponeses iniciam o preparo da terra para o plantio do milho e do feijão (maio a junho) e posteriormente o preparo e plantio da mandioca (julho a agosto). Todavia, conseguimos realizar as entrevistas com os camponeses. Levantando informações sobre a produção da mandioca, bem como, o processamento em farinha e outros derivados e a comercialização.

Realizamos entrevistas com os donos de casas de farinha, também com os moradores que não produzem a mandioca e o atravessador, o período de realização foi entre os meses de agosto e setembro de 2023. Em relação aos donos de casas de farinha procuramos levantar informações sobre a organização das casas de farinhas, as tecnologias utilizadas para a produção da farinha e o processamento da mandioca. Em relação aos não-produtores de mandioca, questionamos os motivos do desinteresse em desenvolver essa atividade. E a conversa com o atravessador nos permitiu identificar a dinâmica regional da comercialização da farinha de mandioca e seus derivados.

**O levantamento de material cartográfico e fotográfico**, foi fundamental para a confecção dos mapas de localização, mapeamento das casas de farinha e delimitação da área de estudo, foram realizadas visitas em campo para coleta de dados *in loco* (pontos de GPS). Para a realização do mapeamento do uso e ocupação do solo, da hidrografia, da pluviometria, do fluxo de farinha para outros municípios, foram utilizadas as bases de dados do Google Earth Pro, do Zoneamento Agroecológico do Estado de Alagoas (ZAAL), do Zoneamento

Agroecológico do Nordeste (ZANE) e do IBGE. Os mapas foram confeccionados através do software QGIS 3.10 a Coruña. Também foram realizados registros fotográficos, inclusive com o uso de drones. Todo o material cartográfico e fotográfico foi organizado para retratar todos os elementos observados em nossa pesquisa de campo.

Diante das informações e dados obtidos e analisados, bem como a partir das leituras realizadas, construímos a dissertação que está estruturada em quatro capítulos além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo trata das questões teóricas que nortearam nossa pesquisa, utilizamos dois conceitos principais, a saber: espaço e território. No segundo capítulo, abordamos a formação territorial do Estado de Alagoas, do Alto Sertão e do município de Água Branca, também realizamos a caracterização geral do município de Água Branca-AL, apresentamos dados socioeconômicos e também físicos. O terceiro capítulo é dedicado às discussões sobre o campesinato e sobre a atividade mandioqueira desenvolvida em Água Branca-AL. No quarto e último capítulo, iniciamos com uma caracterização geral do território pesquisado (Serra do Cavalo e Preguiçoso) para isso apresentamos os dados socioeconômicos, bem como, analisamos o perfil das unidades camponesas de produção e o perfil dos camponeses que se dedicam à atividade mandioqueira. Em seguida, analisamos o processo de produção e comercialização da farinha de mandioca. Por fim, analisamos as técnicas e tecnologias empregadas na produção camponesa da farinha de mandioca.

# 1. CONCEPÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS SOBRE ESPAÇO E TERRITÓRIO

A produção acadêmico-científica é uma tarefa árdua e extremamente desafiadora. Todavia, é através dessa atividade que podemos conhecer e compreender os diversos fenômenos naturais e sociais presentes em nossa sociedade. Nesse árduo processo, os conceitos são ferramentas de extrema importância, pois, dentre muitas utilidades nos permitem analisar realidades empíricas e construir explicações condizentes com a realidade.

Neste capítulo, analisamos algumas noções de espaço e território à luz do conhecimento geográfico. Nossa pretensão é retomar alguns debates teóricos e apresentar nossa compreensão sobre a abordagem dos conceitos basilares nesta pesquisa, o espaço geográfico e o território.

## 1.1. Espaço geográfico: breves considerações teóricas e conceituais

O espaço é um conceito central nas análises da geografia. Para além de um conceito, o espaço é o objeto da ciência geográfica. Todavia, o debate acadêmico-científico, por muito tempo, negligenciou sua importância no âmbito dessa ciência. De acordo com Santos (2004, p. 18) “sempre, e ainda hoje, se discute muito mais sobre a geografia do que sobre o espaço, que é o objeto da ciência geográfica”.

No decorrer da sistematização do conhecimento geográfico, várias correntes forneceram elementos importantes para o desenvolvimento do conceito de espaço. A Geografia Tradicional (1870-1950) não privilegiou o espaço como conceito chave nem como objeto. Conforme Corrêa (2000), seus estudos eram pautados nos conceitos de “paisagem” que tinha como principal pensador Vidal de la Blache e de “região” com os trabalhos de Richard Hartshorne. O espaço apareceu de maneira secundária em Ratzel (1990) quando esse define o conceito de “Espaço Vital” (*Lebensraum*), como:

“O espaço vital manifestaria a necessidade territorial de uma sociedade tendo em vista seu equipamento tecnológico, seu efeito demográfico e seus recursos naturais disponíveis. Seria assim, uma relação de equilíbrio entre a população e os recursos, mediada pela capacidade técnica. Seria a porção do planeta necessária para a reprodução de uma dada comunidade (RATZEL, *apud* MORAES: 1990, p. 23).

O espaço vital, na concepção de Ratzel, pode ser compreendido pelos seguintes aspectos: *a) apropriação da natureza*, quando o autor argumenta sobre a necessidade do povo utilizar os recursos naturais para garantir sua sobrevivência; *b) domínio da técnica*, pois

somente através da técnica o homem seria capaz de produzir as estruturas necessárias para a reprodução do grupo; c) *a implantação do Estado-Nação*, tendo em vista que o grupo humano precisa organizar-se por uma direção social e política, ou seja, autarcia enquanto contidos numa mesma nação. Em linhas gerais, a principal função em criar o conceito de espaço vital, foi a de justificar a necessidade expansionista do Estado, pois o Estado necessita de um espaço e de recursos para crescer e fortalecer sua existência.

Destacamos, também, o caráter ideológico que muitas vezes, norteia a interpretação do “espaço vital”. De tal modo, concordamos com Moreira (1982) quando expõe a função ideológica de palavras utilizadas na geografia, que muitas vezes serve para “[...] mascarar, através de processos que não são evidentes, a utilidade prática da análise do espaço, sobretudo para a condução da guerra, assim como para a organização do Estado e a prática do poder” (MOREIRA, 1982, p.13), ou seja, o discurso científico é muitas vezes utilizado para legitimar a dominação de um grupo sobre outro.

Desse modo, o conceito de espaço vital difundido no século XIX, também revela o quão devastador pode ser o processo de consolidação desse espaço. Podemos citar, por exemplo, a problemática advinda da expansão do imperialismo europeu no mundo, sobretudo, na imposição do modo capitalista de produção. Assim, é extremamente importante o posicionamento crítico e reflexivo do pesquisador sobre os conceitos utilizados na geografia.

O advento da Geografia Teórica-Quantitativa, corrente do pensamento geográfico que surgiu na década de 1950 (CORRÊA, 2000), proporcionou novas interpretações sobre o espaço geográfico. Nesse período, “adotou-se a visão da unidade epistemológica da ciência, unidade calcada nas ciências na natureza, mormente a física” (CORRÊA, 2000, p. 22). O espaço é definido através da noção de “planície isotrópica” e “representação matricial”.

A planície isotrópica é uma compreensão de espaço pautada no paradigma racionalista. Considera-se uma superfície plana, onde as propriedades físicas são homogêneas, tem-se uma uniformidade social e as ações econômicas no uso do espaço são determinantes. Nessa interpretação, as variáveis mais importantes são a “distância” e a “localização” (relação centro-periferia).

Corrêa (2000) faz críticas à visão limitada atribuída à noção de espaço pelos geógrafos quantitativos. Conforme o autor: “[...] de um lado, privilegia-se em excesso a distância, vista como variável independente. E de outro lado, as contradições, os agentes sociais, o tempo e as transformações são inexistentes ou relegados a um plano secundário” (CORRÊA, 2000, p. 22-23). Acreditamos que a definição de espaço a partir de cálculos matemáticos e matrizes

isotrópicas mascaram as transformações decorrentes da ação humana no ambiente, o espaço torna-se vazio, sem história, sem marcas sociais.

Moreira (2021) também aponta que o positivismo lógico no qual se pauta essa corrente de pensamento, serviu unicamente para atender aos interesses da expansão capitalista. Assim, definir o espaço segundo a Geografia Teórica-Quantitativa implica em negligenciar as interações entre os homens, omitir "[...] as diferenciações internas nelas existentes tais como classes sociais e relações de dominação-subordinação, excluir as diferentes formas de produzir e não reconhecer as questões ideológicas, culturais e políticas que estão contidas no espaço" (MOREIRA, 2021, p. 02).

Para Gomes (1996), não houve ruptura do pensamento tradicional para o quantitativo. "A pretensa, objetividade, segundo estes críticos, traduzia, em verdade, um compromisso com um ponto de vista ideológico da classe dominante" (GOMES, 1996, p. 277). Portanto, os modelos gerais de interpretação do espaço, eram limitados somente ao tratamento de dados, "[...]evitando, assim, qualquer questionamento da ordem social. Portanto, tal discurso, tem como objetivo, justificar "cientificamente" o poder das estruturas já construídas, pois, dados numéricos não conseguem abarcar a dinâmica da realidade social.

A partir de 1970, novos debates emergem através da Geografia Crítica (CORRÊA, 2000). Fundamentada na filosofia do materialismo histórico e no método dialético, essa corrente de pensamento buscou romper com a geografia tradicional e com a geografia quantitativa. Deste modo, o espaço retorna não apenas como conceito-chave, mas como objeto da ciência Geográfica.

Conforme Moreira (2021, p. 04), essa nova fase da geografia "surgiu como resultado de um momento histórico, social e político internacional marcado por fatos que geraram a revisão de ideias e valores da sociedade capitalista através da revelação das contradições e conflitos nela existente". Pois, a dinâmica social que emerge com a intensificação da globalização e o avanço do capitalismo em diversas partes do mundo, não permitem interpretações vazias, superficiais do espaço geográfico.

Segundo Godoy (2004), as transformações teóricas e conceituais engendradas no corpo científico da geografia a partir da segunda metade do século XX contribuíram com os novos rumos da ciência. A partir de então passa-se a discutir o espaço por diversos prismas predominando aquele no qual o espaço "passa a ser visto como uma criação humana que se realiza através do movimento da sociedade sobre a natureza". Nessa perspectiva, as definições de espaço assumem caminhos diferentes que até esse período não eram trilhados.

Os geógrafos marxistas, por exemplo, compreendem o espaço geográfico, como “*locus* da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade” (CORRÊA, 2000, p. 26). O espaço, nesse sentido, é compreendido como uma “segunda natureza”, humanamente produzida (SMITH, 1988).

Conforme Santos (2004, p. 203), é através da produção que o “homem modifica a Natureza Primeira, a natureza bruta, a natureza natural, socializando”. Deste modo, a interferência humana sobre a “primeira natureza” é o que determina o surgimento da segunda natureza. Para Moreira (2021), a partir da interferência humana através do trabalho, tudo o que se considera como natureza primeira é transformado numa segunda natureza, isto é, no espaço social ou geográfico.

Segundo Smith (1988) a produção do espaço é um resultado lógico da produção da natureza. A transformação da natureza, nesse sentido, é mediada pelo uso do trabalho através da técnica e busca atender as necessidades do homem. De acordo com Moreira (1982, p. 20):

A natureza social do espaço geográfico decorre do fato simples de que os homens têm fome, sede e frio, necessidades de ordem física decorrentes de pertencer o homem ao reino animal, parte de sua dimensão cósmica. No entanto, à diferença do animal, o homem consegue os bens de que necessita intervindo na "primeira natureza", transformando-a. Transformando o meio natural, o homem transforma-se a si mesmo. Ora, como a obra de transformação do meio é uma realização necessariamente dependente do trabalho social (a ação organizada da coletividade dos homens), é o trabalho social o agente de mutação do homem, de um "ser animal" para um "ser social", combinando estes dois momentos em todo o decorrer da história humana.

Conforme destaca o autor, o processo de trabalho é essencial para a transformação da primeira natureza em segunda natureza. A produção do espaço, nesse sentido, decorre da dominação, apropriação e transformação da natureza pelo homem, por meio do trabalho. “A natureza sempre foi o celeiro do homem” (SANTOS, 2004, p. 201), e para o homem se tornar um ser social é preciso que se torne o centro da natureza. Nesse processo, o homem utiliza os instrumentos de trabalho para adquirir autonomia sobre a natureza primeira.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo contra a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos (MARX, 2017, p. 255).

O trabalho, segundo Marx (2017), é um movimento dinâmico e processual entre duas forças antagônicas e complementares, o homem e a natureza. No processo de trabalho<sup>1</sup>, a intencionalidade é um fator determinante, pois é através da tomada de decisão consciente que o homem por meio do trabalho executa as etapas no ciclo de produção de algum objeto pré-determinado.

Conforme Marx (2017, p. 255), uma aranha e uma abelha desempenham funções parecidas com as do tecelão e arquitetos. “Porém, o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la”. Santos (2004) corrobora com Marx (2017) ao escrever que:

O homem começa a produzir quando, pela primeira vez, trabalha junto com outros homens em um regime de cooperação, isto é, em sociedade, a fim de alcançar os objetos que haviam antecipadamente concebido, antes mesmo de começar a trabalhar. A produção é a utilização consciente dos instrumentos de trabalho com um objetivo definido, isto é, o objetivo de alcançar um resultado preestabelecido.” (SANTOS, 2004, p. 202)

Conforme foi explicitado pelo autor, a produção do espaço é estabelecida a partir do momento que o homem através do trabalho e do uso das técnicas consegue extrair da natureza os elementos essenciais para sua existência. Assim, a possibilidade de transformação da natureza não pode ser concebida sem os meios de trabalho. Vale lembrar que, os meios necessários ao trabalho incluem inevitavelmente o próprio trabalho.

A produção, nesse sentido, é um ato social, desempenhado exclusivamente pelo homem. O homem não cria coisas da natureza, o homem se apropria da natureza e a transforma. Portanto, o trabalho, nesse processo, é materializado em valores de uso<sup>2</sup> indispensáveis à reprodução humana. Conforme Moraes e Costa (1984), os animais podem ter atividade, mas só o homem trabalha, pois, o trabalho implica pré-edição, ou seja, consciência da ação. Dessa forma, se entendemos o espaço como produto do trabalho, concordamos com Santos (1996, p. 88) quando ele afirma que:

Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço. Como o homem não vive

---

<sup>1</sup> “Compreende a transformação de matérias-primas em produtos finais nos quais os materiais originais são muitas vezes visíveis dentro do produto, como na tecelagem” (BOTTOMORE, 2013, p. 476).

<sup>2</sup> Como a MERCADORIA é um produto que é trocado, aparece como unidade de dois aspectos diferentes: sua utilidade para o usuário, que é o que lhe permite ser objeto de uma TROCA; e seu poder de obter certas quantidades de outras mercadorias nessa troca. Ao primeiro aspecto, os economistas políticos clássicos chamavam valor de uso; ao segundo, valor de troca (BOTTOMORE, 2013, p. 629).

sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço geográfico. A forma de vida do homem é o processo de criação do espaço.

Portanto, o espaço geográfico, nesse contexto, é uma totalidade, produto histórico das relações entre sociedade e natureza mediadas pelo processo de trabalho. Moreira e Targino (2007, p. 72) compreendem o espaço geográfico e o espaço agrário como algo inacabado, passível de mudanças sociais historicamente determinadas, “um produto da ação do homem sobre a natureza e das relações que se estabelecem entre os homens através do processo de trabalho”. A produção do espaço, nesse contexto, se dá pela criação de objetos “geograficizados”. A produção desses objetos segue uma lógica econômica estabelecida e previamente planejada (GODOY, 2004). Portanto, a produção do espaço demanda: trabalho, transformação e mudança.

Assim, a produção do espaço é produção de objetos que articulam e organizam, em suas funções específicas, intercâmbios sociais que envolvem o trabalho e a produção. O espaço seria, neste caso, a materialidade e a mediação entre os sistemas de produção, de controle e reprodução do trabalho em sua dimensão técnica e material (GODOY, 2004, p. 33).

Segundo essa perspectiva, o espaço geográfico é definido como um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 1996). É resultado da ação humana sobre a natureza através do trabalho. O trabalho é responsável pela criação dos objetos e também de suas ações. Portanto, o espaço geográfico, nesse contexto, é uma totalidade, produto histórico das relações entre sociedade e natureza mediadas pelo processo de trabalho.

## 1.2. Abordagens e concepções teóricas do território na geografia

O território é um conceito amplamente utilizado nas ciências humanas. Conforme Saquet (2007) o debate conceitual ultrapassa o campo da geografia, estendendo-se no âmbito da Ciência Política, definido pelas relações de Poder na constituição do Estado; na Economia, com base material dos meios de produção; na Antropologia, definido pela dimensão simbólica; na Psicologia, construído a partir da subjetividade, etc. As novas abordagens buscam romper com reflexões tradicionais na compreensão do território. Pode-se dizer então, que o profícuo debate sobre a abordagem territorial tem norteado os pesquisadores, sobretudo, na elaboração de proposições condizentes com a realidade pesquisada.

O conceito de território surgiu no cerne da Geografia Política Clássica, muito influenciado pela noção de território da “zoologia” e da “botânica”, compreendidos como áreas

de domínio animal ou vegetal. Assim, as primeiras definições compreenderam o território pelo viés político, espaço delimitado por fronteiras e sob o domínio do Estado, o território nacional.

Friedrich Ratzel, foi um dos pioneiros nas abordagens do território na geografia e nos estudos da geopolítica. Através das obras: *“Anthropogeographie”*<sup>3</sup> (1891) e *Politische Geographie*<sup>4</sup> (1893), o autor contribuiu para construção de referenciais teóricos e metodológicos sobre as abordagens do território. Ratzel definiu o território como substrato (palco) da realização da vida em sociedade, também como sinônimo de solo/terra e recursos naturais essenciais para o desenvolvimento do povo. De acordo Ratzel (1974):

O Estado não é, para nós, um organismo meramente porque ele representa uma união do povo vivo com o solo [*Boden*] imóvel, mas porque essa união se consolida tão intensamente através de interação que ambos se tornam um só e não podem mais ser pensados separadamente sem que a vida venha a se evadir. (RATZEL, 1974 *apud* SOUZA, 2000, p. 85).

A partir do exposto, o território é definido conforme as dimensões ambientais (solo e seus recursos) e políticas (construção do Estado-Nação). “A terra é posta como substrato indispensável da vida humana, sua condição universal de existência” (MORAES, 1990, p. 23). O território, nesse contexto, é definido enquanto espaço (solo, chão) apropriado e dominado pelo homem através do Estado-Nação.

De acordo com Moraes (1990), o naturalismo de Ratzel está presente na sua obra “Antropogeografia”, na qual o autor trabalha o território como um espaço que alguém possui e também lhe atribui uma identidade, e que a construção dessa identidade está atrelada à consolidação da territorialidade, ou seja, à ação dos sujeitos sobre o espaço.

Assim, “um povo decai quando sofre perdas territoriais. Ele pode decrescer em número, mas ainda assim manter o território; mas se começar a perder uma parte do território, esse é sem dúvidas o princípio da sua decadência futura” (RATZEL, 1990, p. 74). Portanto, a conquista de território é basilar no processo de crescimento e desenvolvimento das sociedades. Partindo dessa premissa, o autor desenvolveu o conceito que denominou de “espaço vital”.

Destarte, conforme aponta Paulino (2009) é preciso considerar o contexto sociopolítico em que o Ratzel estava inserido. Vale salientar que naquela ocasião a Alemanha necessitava instituir uma unidade nacional, sobretudo, pela corrida imperialista da época. Enfatiza Saquet (2013) “preocupado com a consolidação e expansão do Estado alemão, [Ratzel] efetua uma abordagem geopolítica, entendendo o território como área e recursos naturais (solo, água,

---

<sup>3</sup> Antropogeografia

<sup>4</sup> Geografia Política

clima)” (SAQUET, 2013, p. 30). De tal modo, o autor associa a construção do território ao ambiente, ao solo e ao Estado-Nação.

A partir dos anos de 1960 e 1970 novos debates eclodiram na ciência geográfica. Norteados pela filosofia marxista e pelo método dialético, autores como Raffestin (1993), Saquet (2007/2013), Oliveira (1999), Souza (2000), entre outros, produziram um arcabouço teórico sobre a noção de território no âmbito da geografia. De acordo com Moreira e Targino (2007, p. 74) o resgate do território emergiu na atualidade “na esteira das mudanças econômicas, sociais e políticas que se processam em nível global”. Assim, as mudanças que sucederam às grandes guerras, a expansão do modo capitalista de produção e a intensificação da globalização, emergem novas interpretações sobre território.

Dematteis (2013) evidenciou a importância de novos debates sobre o território, destacando as contribuições da teoria marxista para “nutrir” a noção de território sob a dinâmica imposta pelo modo capitalista de produção e avançar nas abordagens que tomam o território como simples objeto material. Pois, para o autor:

A materialidade do território exprime-se nas relações intersubjetivas derivadas, em última instância, da necessidade de produzir e de viver que, ligando os sujeitos humanos à materialidade do ambiente, provocando interações entre si, como membros de uma sociedade (DEMATTEIS, 2013, p. 08).

O território, portanto, é compreendido como uma produção social, em que está imbuída a complexidade de relações e interações humanas no espaço, resultante da necessidade humana de apropriação e transformação do meio ambiente para sobrevivência do grupo. Nesse contexto, a materialidade do território se exprime, justamente, por meio do processo de apropriação do espaço. Assim, compreender o território significa atentar para “os fatores condicionantes, as necessidades, as mudanças, as contradições, os conflitos, as articulações, enfim, elementos da unidade de processos históricos e geográficos que determinam e caracterizam a geografia” (SAQUETE, 2013, p. 16).

Claude Raffestin (1993), influenciado por Foucault, foi pioneiro nos estudos sobre o território. Em suas análises, o autor privilegiou o caráter político do território e da territorialidade. Todavia, sempre adotou uma doutrina de reciprocidade entre a dinâmica política, econômica e cultural. Diferentemente de alguns geógrafos, considerou que são equivocadas as acepções que tomam o “espaço e território” como equivalentes. Afirmando que o espaço antecede o território, o “território se forma a partir do espaço, é o resultado das ações

concreta ou abstratamente, desenvolvidas pelos atores no espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Esse processo pode ser compreendido com a territorialização do espaço.

O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Conforme a teoria de Raffestin, o espaço é anterior ao território, ele é a “matéria-prima” na qual o homem através do seu trabalho cria ações que definem o território. O espaço é definido como “substrato” ou “palco” preexistente ao território, é a materialidade sobre o qual surge o território. De acordo com o autor, “o território se apoia no espaço, mas não é o espaço, é uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que o envolve, se inscreve num campo de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 51). Isto significa que os objetos e as ações presentes no espaço (estradas, aeroportos, agricultura, pecuária, indústrias, etc.) são produtos do trabalho humano que modificam o espaço e o transformam em território, processo esse que envolve múltiplas relações sociais, relações de poder e dominação no espaço.

Saquet (2013) nos diz que compreender o espaço como “matéria-prima” do território é reduzir a dinâmica espacial à natureza-superfície. Souza (2000, p. 96) reitera que “naturalmente se concorda com Raffestin em que o espaço é anterior ao território. Mas acreditamos que este autor incorre no equívoco de “coisificar” e “reificar” o território ao incorporar ao conceito o próprio substrato material”. O espaço, na concepção, de Raffestin pode ser compreendido como a “Primeira Natureza”, todavia, através das ações humanas mediadas pelas técnicas e pelo trabalho a primeira natureza se modifica em segunda natureza, humanizada, socializada, o espaço geográfico.

Os camponeses de um povoado rural, por exemplo, criam territórios e territorializam-se a partir de suas práticas sociais e econômicas na primeira natureza. O resultado dessa ação é a configuração de territórios peculiares, que guarda em si, as particularidades do grupo. Segundo Souza (2000, p. 96):

Sem dúvida sempre que houve homens em interação com o espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho, e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, estar-se-á também diante de um território e não só de um espaço econômico.

A partir do que foi exposto, compreende-se que a ação territorial é construída na apropriação do espaço geográfico. Nesse processo, são os atores sociais que através das relações

de poder produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Portanto, “a territorialização se inscreve sempre num campo de poder, não apenas no sentido de apropriação física, material (através de fronteiras jurídico-políticas, por exemplo), mas também imaterial, simbólica” (HAESBAERT, 1997, p. 40). Assim, o pensamento de Raffestin (1993) marca as novas acepções do território na geografia. O território produzido pela ação e pelo trabalho dos atores sociais, isso é, energia e informação na efetivação do espaço.

Saquet (2013) fez um resgate minucioso sobre a diversidade de acepções do território ao longo da história geográfica e nos convida a refletir sobre as mudanças que surgem a partir de 1950 e 1960. Tendo como referências autores franceses, ingleses e italianos, Saquet discute novas acepções de território na geografia. Em suas abordagens o autor procurou superar as concepções de território sem sujeitos sociais ou sujeitos sem territórios.

De modo geral, Saquet (2013) propôs novas abordagens na articulação entre tempo, espaço e o território. Nessa conjuntura, a dinâmica territorial supera as noções de território como “fronteira”, “ambiente natural” e “Estado-Nação” e torna-se produto do movimento histórico na relação do homem com o espaço geográfico mediada pelas relações de trabalho. Dessa forma, é no movimento cotidiano das relações entre os sujeitos que se materializam os aspectos tangíveis e também os intangíveis no território.

O território é apropriado e construído socialmente, resultado e condição do processo de territorialização; é produto do processo de apropriação e domínio social, cotidianamente, inscrevendo-se num campo de poder, de relações socioespaciais, nas quais, a natureza exterior ao homem está presente de diferentes maneiras. (SAQUET, 2007, p. 58).

A partir do exposto, dois aspectos tornam-se centrais na compreensão do território. O primeiro é a noção de “Poder”, atrelado a dominação e a subordinação. O segundo é a territorialidade, ou seja, as ações estabelecidas pelos sujeitos no espaço geográfico. Nessa configuração territorial para além do “poder” estão presentes os aspectos econômicos, políticos, culturais e naturais. Assim, as reflexões sobre a definição de território incorporaram uma multiplicidade de aspectos definidores.

Saquet (2007) também apresenta a multidimensionalidade na compreensão da produção territorial:

O processo de apropriação e produção territorial pode ser compreendido reconhecendo-se a relação espaço-tempo, o domínio ou o controle político, a apropriação simbólico-identitária e afetiva e, concomitantemente, a dinâmica econômica, em unidade, no processo de reprodução da dominação social, em que o Estado e os agentes do capital se fundem histórica e incessantemente. (SAQUET, 2007, p. 130).

Portanto, os argumentos apresentados pelo autor contribuem para construção de uma múltipla territorialidade. O autor propõe uma abordagem territorial (i)material, buscando “identificar e caracterizar componentes e processos que fazem parte da (i)materialidade das formas e relações sociais [...]” (SAQUET, 2007, p. 131). O território, é assim, “relacional”, “processual” e “(i)material”.

Haesbaert (2004) também apresentou um vasto debate sobre caráter multidimensional do território. Conforme Menezes e Cardoso (2017), este [Haesbaert] trabalha o concreto de forma simbólica, ou seja, é possível abstrair a materialização presente no território e trabalhar o território a partir da compreensão cultural e simbólica. Assim, conforme Haesbaert (2004, p. 79), “o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômica-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem cultural”.

Nesse sentido, Haesbaert (2004, p. 40) compreende o território sob três vertentes básicas, a saber: “*jurídico-político*”: o território é visto como espaço delimitado e controlado, relacionado ao poder do Estado; *cultural*: prioriza-se as dimensões simbólicas e subjetivas, é compreendido como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido; “*econômico*”: território como fonte de recursos, embate de classes, e relações capital-trabalho.

Souza (2000, p. 59) reconhece a importância da dimensão cultural e política, porém, “o que “define” o território é, em primeiríssimo lugar, o poder – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil”. Resgatando um dos fundamentos de Raffestin (1993), o “poder”, o autor define o território como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder.

A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço [...], mas o verdadeiro Leitmotiv é o seguinte: quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço?” (SOUZA, 2000, p.78).

Todavia, as reflexões acerca do território segundo Souza (2000) têm como cerne, as relações de “poder”. O território, nesse sentido, é definido pelas relações de poder existentes em um ou mais grupos. A dominação, nesse contexto, extrapola o sentido de “posse material” e chega ao nível “imaterial”. Por exemplo, um grupo de camponeses que utiliza uma praça em dias de feiras para comercializar seus produtos agrícolas, não precisa ter a posse do espaço

(praça), pois, através do uso rotineiro a praça torna-se um espaço territorializado pelos camponeses, de modo que, embates podem ocorrer se outros grupos se apropriarem desse território no mesmo dia e horário. Portanto, conforme Souza (2000), a noção de território ultrapassa a noção material de posse.

Nesse sentido, os avanços propostos por Souza (2000) é justamente esse desprendimento da materialidade com a qual o território foi concebido. Em sua concepção o território não se limita somente aos aspectos tangíveis. Assim, “todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países-membros da OTAN” (SOUZA, 2000, p. 111).

Conforme Sposito e Saquet (2016) nos estudos da geografia agrária brasileira, o conceito de território se constituiu como conceito-chave. As interpretações, em grande parte, compreendem como um espaço territorializado através das relações de “poder” engendradas, sobretudo, pelos interesses divergentes de diversos segmentos sociais (camponeses, empresas, latifundiários, Estado, etc.).

Andrade (1995), foi um exímio pesquisador brasileiro, que colaborou significativamente com o movimento de renovação do pensamento geográfico no Brasil. Dentre as principais obras do autor, destacamos o livro “A Terra e o Homem do Nordeste (1998)”. Nessa obra, de caráter regional, o autor desmistifica a naturalização das desigualdades sociais no Nordeste. E através de uma análise minuciosa sobre os diversos aspectos do Nordeste brasileiro, principalmente o espaço agrário, o autor denuncia as mais diversas formas de desigualdades existentes na região. Também aponta o Estado como um dos principais agentes financiadores dessas desigualdades. Conforme Medeiros (2009, p. 194-195), essa obra:

É um marco na Geografia Agrária brasileira, pois traz para o debate geográfico questões relativas à propriedade da terra, às relações de trabalho, às condições de trabalho e de vida dos trabalhadores rurais, à intervenções e às ações políticas. Nesta obra, de forte impacto político, a questão agrária brasileira é despida de suas vestes falsas para ser vista de forma clara e transparente. Para Manoel Correia de Andrade, sua obra é mais militante, tinha como premência a denúncia científica e foi construída a partir do conhecimento de um professor universitário que aprofundava seus estudos sobre a Reforma Agrária.

As contribuições de Andrade para a compreensão das questões agrárias no Brasil sinalizam o interesse do autor em propor mudanças nas estruturas sociais da época. Pois, conforme Medeiros (2009, p. 195) “em todas as suas obras nas quais reforma Agrária é o tema central, em sua análise se faz presente o processo histórico considerado como fundamental para

a compreensão do espaço agrário e das diferentes relações sociais de trabalho e de produção ali desenvolvidas.

No tocante à abordagem sobre o território, Andrade considera a participação do Estado como grande agente transformador e modelador do território. “Assim, o Brasil, que possuiu desde o período colonial um grande espaço, durante séculos não o transformou em território” (ANDRADE, 1995, p. 20). Segundo o autor, o Estado apresenta três elementos básicos: o território, o povo e o governo.

Nesse sentido, podemos observar que na obra de Andrade “deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais” (MEDEIROS, 2009, p. 19). O território, segundo o pensamento exposto, associa-se às forças políticas e econômicas presentes no espaço. E, também, avança na superação do território como fronteiras nacionais, pois, com o advento da globalização econômica, as fronteiras políticas-administrativas perdem importância.

Oliveira (1999), outro importante autor da geografia brasileira, também contribuiu no tocante à definição de território. Influenciado por Henri Lefebvre, Claude Raffestin, Massimo Quaini, Gottdiner, Lacoste, entre outros, passa a definir o território sob a influência da filosofia marxista e do método materialista dialético. O território passa a ser resignado a partir das transformações que acontecem no espaço agrário brasileiro, sobretudo, com a intensificação da dominação do capitalismo sobre os meios de produção no campo brasileiro. O autor defende que:

O território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/mo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travadas pela sociedade no processo de produção de sua existência (OLIVEIRA, 1999, p. 74).

Dessa maneira, o território é compreendido como produto histórico social, sendo instigado às lutas de classes, à resistência e às contradições inerentes ao processo. O Estado, também faz parte nessa significação territorial, pois, através do poder regulador, o Estado vai territorializar e monopolizar espaços a serviços do modo capitalista de produção. Portanto, concordamos com Oliveira (2004, p. 40) quando escreve que:

[...] são as relações sociais de produção e a lógica contínua/contraditória de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao

território. Logo, o território não é um *prius* ou um *apriori*, mas a contínua luta da socialização contínua da natureza.

Assim, para Oliveira (1999), a territorialização do capital e a monopolização ocorre de duas maneiras, a saber: *a) territorialização do capital* - quando o capitalista da indústria, o proprietário da terra e os capitalistas da agricultura têm um só nome, são uma só pessoa ou uma só empresa; *b) monopolização do território* – quando o proprietário da terra e o trabalhador são uma única pessoa, os camponeses. “[...] Nos casos em que os camponeses arrendam terra para plantar o fumo com o trabalho de suas famílias temos como personagens sociais desse processo o capitalista industrial [...]” (OLIVEIRA, 1999, p. 105). Desse modo, no processo de monopolização do território, os agentes do capital se territorializam e produzem capital através das relações camponesas de trabalho.

Logo, “a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer, valorização, produção e reprodução” (OLIVEIRA, 1999, p. 74). Assim, Sposito e Saquet (2016) e Oliveira (1999) elaboram uma abordagem relacional e múltipla do território, destacando os processos econômicos e políticos na ação de territorialização.

Fernandes (2008) também procurou ir além das interpretações clássicas utilizadas para definir território, notadamente, as definições que tomam o território como “espaço de governança”. Desse modo, as relações de poder devem ser amplamente debatidas nas considerações de território.

Seguindo a mesma linha de pensamento de Raffestin (1992) e Oliveira (1999), Fernandes (2008) também parte do princípio de que o território é construído a partir do espaço, o espaço sendo anterior ao território. Fernandes aponta diferentes tendências e intencionalidades na aceção desse conceito. Afirmando que é preciso ir além das dimensões “econômicas” e de “governança” às quais o território é associado.

Desse modo, Fernandes é taxativo ao afirmar que defende uma significação ampla sobre esse conceito, ou seja, defende uma multidimensionalidade desse conceito. Nesse contexto, o autor destaca o território camponês como resultado dos processos sociais que se desenvolvem de maneira particular no campo brasileiro. “As propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, nas quais produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento” (FERNANDES, 2008, p. 208). Nesse contexto, temos dois territórios distintos (território camponês e território capitalista) disputando o território agrário nacional.

Assim, o território conforme Fernandes (2008) é um espaço territorializado/apropriado para a vida. É conformado através de múltiplas relações sociais (negociações, lutas e conflitos) e construído pelas singularidades das ações dos atores no espaço, por isso, o território é multidimensional, assim, temos vários tipos de territórios, notadamente, o território camponês.

A partir do exposto, fica evidente a multiplicidade de interpretações que circunda o conceito de território. Qual definição deve ser seguida? Será que é preciso delimitar uma única acepção? Segundo Haesbaert (2004) fica evidente que a resposta a estas reflexões irá depender, sobretudo, da posição filosófica adotada pelo pesquisador. Pois, vivemos tempos complexos, com constantes encontros de proposições teóricas, tornando-se comum, em algum momento da pesquisa, o encontro da perspectiva materialista e idealista. Destarte, a partir das diferentes acepções apresentadas em nosso trabalho, compreendemos o território como construído socialmente através das relações entre o homem e o ambiente de forma multifacetada econômica, social e cultural, que se revela a partir da ação do poder.

Assim, concordamos com Moreira e Targino (2007, p. 76) ao conceituarem o território de Esperança, como “aquele conquistado e construído: pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem-terra; pela luta de consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa”. Assim, podemos dizer que o território da esperança significa resistência, ruptura, e acima de tudo possibilidades na reprodução do campesinato no campo brasileiro.

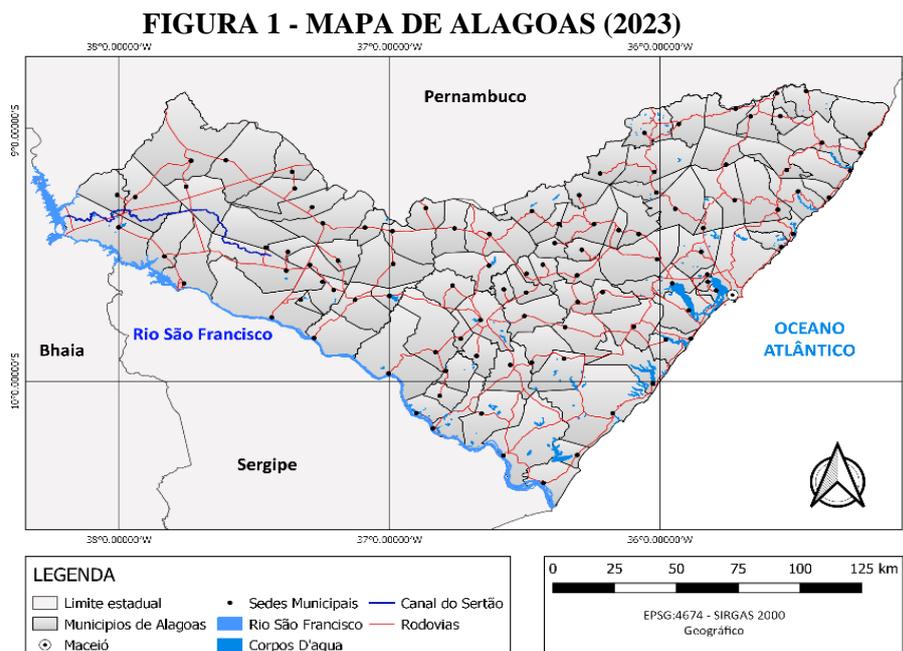
## 2. FORMAÇÃO TERRITORIAL DE ÁGUA BRANCA: ENTRE VALES E SERRAS CONSTITUIU-SE UM POVO

Neste capítulo, analisamos a formação territorial de Água Branca - AL. Nosso foco é analisar a partir dos aspectos considerados fundamentais para a compreensão do processo de formação do território em questão. Assim, iniciamos nossas reflexões a partir da formação do território de Alagoas, evidenciando aspectos que a literatura histórica considera como necessária para compreensão da formação desse território. Posteriormente nos debruçamos sobre a formação do território do Alto Sertão de Alagoas e, por fim, analisamos a formação territorial do município de Água Branca.

Partimos da compreensão de território enquanto espaço apropriado e transformado através das relações entre o homem e o ambiente de forma multifacetada econômica, social e cultural, que se revela a partir da ação do poder. Um território produto do trabalho e permeado por constantes lutas sociais.

### 2.1. Formação territorial de Alagoas

O Estado de Alagoas está localizado no Nordeste do Brasil entre as coordenadas 9° 33'42" de latitude sul e 36° 28'54", de longitude oeste, limita-se ao norte com o Estado de Pernambuco, a leste com o Oceano Atlântico, ao sul com o Estado de Sergipe e a oeste com a Bahia (Figura 1).



Fonte: Banco de dados do IBGE/ZAAL / Software QGIS  
Elaboração cartográfica: O autor.

A população é de aproximadamente 3.125.254 habitantes, distribuídos em 102 municípios, que correspondem a 27.830,661 km<sup>2</sup>, cerca de 0,32% do espaço brasileiro. A densidade demográfica é de 112,33 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2023).

A ocupação das terras alagoanas data de 1534, com a implantação do sistema de Capitânicas Hereditárias no território brasileiro (Figura 02), nesse período, Alagoas pertencia à Capitania de Pernambuco, que tinha como donatário Duarte Coelho Pereira. A emancipação política do estado só aconteceu em 1817, quando a comarca foi elevada à condição de capitania, (IBGE, 2023). Todavia, a efetiva ocupação do território ocorreu somente com a implantação das vilas de Penedo<sup>5</sup>(1535), Porto Calvo<sup>6</sup> (1636) e Alagoas<sup>7</sup> (1817), atual Marechal Deodoro (Figura 3). Os primeiros núcleos de povoamento nesse território surgiram no norte, no centro e no sul.

**FIGURA 2 - ALAGOAS NO SISTEMA DE CAPITANIAS HEREDITÁRIAS**



Atual território do estado de Alagoas.

Fonte: Andrade (1999).  
Execução e adaptação: Prof. Dr. Roberto Silva de Souza

**FIGURA 3 - PRIMEIROS NÚCLEOS DE POVOAMENTO DE ALAGOAS EM 1636**



Fonte: Frigoletto (2005).

Execução e adaptação: Prof. Dr. Roberto Silva de Souza

<sup>5</sup> Em 1534, Duarte Coelho Pereira, primeiro donatário da Capitania de Pernambuco, desceu pelo litoral, adentrou pela foz e a sete léguas encontrou um pequeno povoado que somente em 1560 foi oficialmente reconhecido pelo segundo donatário, Duarte Coelho Pereira de Albuquerque: Penedo do São Francisco (IBGE, 2023).

<sup>6</sup> O município de Porto Calvo é a freguesia mais antiga do Estado, pois já existia no século XVI. Sua fundação é atribuída a Cristóvão Lins, a quem foram doadas terras que se estendiam do rio Manguaba ao Cabo de Santo Agostinho. Nesta região, ele iniciou a cultura canavieira no Estado, construiu uma capela e sete engenhos (IBGE, 2023).

<sup>7</sup> Foi fundada em 05 de agosto de 1591 com a denominação de Sesmaria de Santa Madalena do Sumaúma, foi doado a Diogo de Melo Castro com os seguintes limites: Cinco léguas do litoral da Pajuçara ao porto do Francês; Sete léguas de frente a fundos para o sertão e mais quatro léguas da boca do rio Paraíba. Em 12 de abril de 1636 passou a ser denominada de Vila Santa Madalena da Lagoa do Sul. Em 16 de setembro de 1817 a mesma passou a ser a Capital da província das Alagoas. Em 08 de março de 1823 foi elevada a cidade. O município foi criado em 09 de novembro de 1939, com a denominação de Marechal Deodoro, em homenagem ao Marechal Deodoro da Fonseca, alagoano que foi o primeiro presidente da república do Brasil (IBGE, 2023).

Assim, o processo de ocupação das terras de Alagoas ocorreu da área litorânea para a área interiorana. Conforme Santos Firmino (2022, p. 141) “a ocupação portuguesa foi o segundo movimento desenvolvido nesse território, o primeiro, de acordo com Lima (1965), em relação a seu povoamento, foi a ocupação iniciada pelos povos indígenas, que se distribuíram pelo seu território”.

A vasta literatura que aborda o processo de formação territorial de Alagoas aponta a cana-de-açúcar como elemento central na efetiva ocupação desse espaço. Albuquerque (2009) destacou que “o cultivo da cana e a produção do açúcar representam o mais importante movimento desenvolvido pela Coroa portuguesa para garantir a ocupação do território e a colonização do Brasil” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 28). A cana-de-açúcar simbolizava a alma de Alagoas. Santos Firmino (2022) corrobora e destaca que:

A formação territorial do atual estado alagoano está intrinsecamente atrelada a do Nordeste e, conseqüentemente, do Brasil, seja pela invasão e ocupação das terras “virgens” pelos colonizadores portugueses, seja pela constituição de um mercado que se fazia através das comercializações entre venda e troca de produtos variados, estruturando o que viria a ser hoje as conhecidas feiras livres, bem como, pelo intenso uso do território a partir da atividade canavieira que começava a ser inserida nestas terras, passando então, a dominar praticamente toda a costa alagoana. A atividade canavieira, presente até os dias atuais, tornou-se o alicerce da vida econômica de Alagoas (SANTOS FIRMINO, 2022, p. 140).

Tanto em Albuquerque (2009), quanto em Santos Firmino (2022) é notório que a cana-de-açúcar é um elemento central no processo de ocupação e formação do território de Alagoas. Cultivada no sistema de monocultura e em grandes latifúndios, a cana serviu à estratégia dos portugueses em ocupar grandes áreas territoriais e aglomerar um vasto contingente de trabalhadores. Todavia, é preciso ponderar as análises que tomam a formação territorial de Alagoas e da sua sociedade a partir da cana. Em relação ao segundo movimento de ocupação desse território, Duarte (1974, p. 25) destaca que:

Desde cedo, os engenhos começaram a pontilhar o território alagoano, o antigo “Sul” da Capitania de Pernambuco, o que tem levado os historiógrafos à afirmativa certa de que o povoamento alagoano se fizera à sombra dessas fábricas de açúcar e, também, das fazendas de gado no S. Francisco, que deram lugar a tantos núcleos populacionais.

O autor citado destaca a ocupação de Alagoas a partir da atividade açucareira, concentrada, sobretudo, na zona da mata de Alagoas, e também a implantação das fazendas de gado nos espaços interioranos. Cosme (2019, p. 143) não corrobora com essa interpretação, segundo o autor, é preciso:

A desconstrução desse mito presente na narrativa de um pretenso progresso civilizatório, uma espécie de naturalização e perpetuação da história de Alagoas, como se fosse, inexoravelmente, não apenas um passado, mas um futuro ligado a latifúndio monocultor da cana de açúcar ou de qualquer outra *commodities*.

Assim, conforme aponta Lindoso (2011), nos estudos da formação de Alagoas é necessário considerar três aspectos importantes: o Quilombo dos Palmares; a ocupação do sertão (através do criatório de animais e do algodão) e a cana-de-açúcar. Nesse sentido, conforme Lindoso (2011) não existe uma hegemonia da monocultura da cana-de-açúcar na formação desse território, e sim, uma diversidade de aspectos na confirmação desse território.

Albuquerque (2016) interpreta a formação econômica e social do Nordeste a partir de três aspectos complexos: agropastoril campesino; o agroindustrial canavieiro e o agroartesanal. E conforme suas interpretações, o Quilombo dos Palmares foi o primeiro complexo agropastoril campesino do Brasil e vai provocar uma nova dinâmica no território de Alagoas, pois, não compactua com o projeto de ocupação iniciado pelos portugueses.

Dessa forma, de um lado, temos a instalação da monocultura da cana-de-açúcar, produzida para fins de exportação. E do outro uma produção camponesa que, “no seu interior, além de produtos agrícolas plantados em grandes roçados, vamos encontrar a criação de animais de pequeno porte, ambos utilizados para o consumo interno e para o comércio com as vilas e povoados vizinhos” (ALBUQUERQUE, 2016, 35). Ainda Albuquerque (2011, p. 35), citando Lindoso (2011), evidencia que:

O quilombo dos Palmares foi uma invenção que correu ao revés do mundo colonial, não tomou por modelo a sociedade de pastoreio, nem a sociedade da plantation, na verdade, foi um contraponto aos modelos dominantes na sociedade colonial. E não foi contraponto apenas porque era uma invenção de negros fugitivos, associados a índios na mesma condição e a brancos pobres marginalizados, foi um contraponto porque pela primeira vez na nossa história combinou a luta contra o modelo social explorador representado pelo latifúndio monocultor à luta contra a opressão no contexto da escravidão. O Quilombo dos Palmares foi mais do que o principal evento pela liberdade da nossa história, ele foi a primeira grande página da luta de classes no Brasil.

Destarte, os quilombos, em especial o Quilombo dos Palmares, são negligenciados no tocante a formação de Alagoas. Sabemos que a cana-de-açúcar foi e ainda hoje é importante, porém, esquecemos o preço alto que milhares de trabalhadores escravos, posseiros e bóias frias pagaram e ainda pagam. Assim, compreendemos que é preciso evidenciar os personagens esquecidos, “não escritos”, como o escravo, o índio, o campesinato, etc., ambos são figuras centrais na formação desse território.

## 2.2. Formação territorial do Alto Sertão de Alagoas

O Território da Cidadania<sup>8</sup> do Alto Sertão de Alagoas é formado por 8 municípios, a saber: Água Branca; Canapi; Delmiro Gouveia; Inhapi; Mata Grande; Olho D'Água do Casado; Pariconha e Piranhas (Figura 4). A extensão do território é de 3.972,69 km<sup>2</sup>, representa cerca de 14,31% do Estado de Alagoas (IBGE, 2021). A população é composta por 169.119 habitantes (IBGE/SIDRA, 2010), sendo 54% habitantes da área rural e 46% habitantes da área urbana.

**FIGURA 4 - TERRITÓRIO DA CIDADANIA ALTO SERTÃO DE ALAGOAS**



Fonte: Banco de dados do IBGE/ZAAL / Software QGIS  
 Elaboração cartográfica: O autor.

<sup>8</sup> O Territórios da Cidadania é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Foram definidos conjuntos de municípios unidos pelas mesmas características econômicas e ambientais que tenham identidade e coesão social, cultural e geográfica. Maiores que o município e menores que o estado, os territórios conseguem demonstrar, de uma forma mais nítida, a realidade dos grupos sociais, das atividades econômicas e das instituições de cada localidade, o que facilita o planejamento de ações governamentais para o desenvolvimento dessas regiões (BRASIL, 2008).

A ocupação desse espaço ocorreu por volta de 1725, quando o sesmeiro Paulo de Viveiros Afonso recebeu uma vasta extensão de terras às margens do Rio São Francisco. Em 1769, o capitão Faustino Vieira Sandes arrematou em leilão no Recife uma sesmaria cuja área corresponde aos atuais municípios alagoanos de Delmiro Gouveia, Água Branca e Mata Grande (FEITOSA, 2014). Na imensidão de terras, logo se desenvolveu uma agricultura tradicional tendo como principais culturas agrícolas a produção da cana-de-açúcar nos brejos de Água Branca e Mata Grande e a produção do algodão na depressão sertaneja. Aliado a essas culturas agrícolas surgiu a pecuária extensiva, com foco na produção de caprinos e bovinos. Conforme Andrade (1998, p. 191):

Àquelas primeiras culturas juntar-se-ia logo a cana-de-açúcar, surgia ainda, no século XVII, os primeiros engenhos de mel e rapadura. Engenhos pequenos, com uma moenda de madeira, movidos quase sempre a tração animal – bois ou cavalo – e apenas excepcionalmente a água, e que em vez de açúcar produziam rapadura ou aguardente. Engenhos desse tipo, verdadeiras “engenhocas”, já moíam cana “crioula” no Cariri cearense em 1731, [...]. Celebres por seus engenhos rapadureiros eram quase todas as serras sertanejas, como a da Baixa Verde, em Pernambuco, e de Água Branca, em Alagoas [...].”

A partir do contexto descrito pelo autor, percebemos que a cana-de-açúcar se desenvolveu nas áreas úmidas do sertão e a partir dessa atividade ocorreu a instalação dos primeiros engenhos, que teve como força motriz a tração animal. Assim, margeando os canaviais, a atividade pecuária foi se desenvolvendo, tanto para fornecer energia para os engenhos, quanto para abastecer os mercados de corte e leite desse território.

Segundo Albuquerque (2009), a produção açucareira desenvolvida no Nordeste influenciou a formação e ocupação territorial de vários estados. Pois, nesse período, a produção da cana exigia um quantitativo muito alto de mão de obra. Assim, conforme Andrade (1995) a penetração para o interior ocorreu pelas vias do litoral.

Esta penetração teve motivações variadas: no Nordeste, os entradistas que penetraram para o interior à procura de pastagens para o gado bovino, formaram grandes fazendas e, em um século, se apropriaram praticamente de todo o sertão nordestino, mas sem descurar da procura de minerais (ANDRADE, 1995, p. 33).

O contexto apresentado sinaliza a importância da pecuária e a agricultura na ocupação do sertão nordestino, e também na formação dos primeiros municípios interioranos. A produção do algodão também contribuiu no processo de ocupação do território de Alagoas e do Alto Sertão. De acordo com Andrade (1998) a expansão do algodão no sertão ocorreu entre os fins do século XVIII e início do século XIX, associado à expansão da agricultura e da pecuária,

sobretudo, em decorrência da ocupação colonial. “Os relatos mais antigos mencionam que as lavouras de algodão eram manejadas com mão de obra escrava na forma de policultivo, onde as espécies de valor alimentício tinham lugar privilegiado” (MATTOS, 2020, p. 559).

Conforme Andrade (1998) o sistema de cultivo de algodão no sertão nordestino apresentava características que o tornavam fundamentais para a convivência com os períodos de estiagem, sobretudo, por ser uma cultura de ciclo vegetativo curto, de fácil manuseio e baixo custo, e que pode ser cultivado junto às culturas do feijão e do milho, interage com a pecuária, principalmente com caprinos e bovinos. Também por conferir aos camponeses uma renda de “poupança” a longo prazo.

Destarte, através do processo de consolidação da produção algodoeira no Alto Sertão de Alagoas, Delmiro Augusto da Cruz Gouveia instalou, em 1917, uma fábrica de linha com o nome de “Companhia Agro Fabril Mercantil” (conhecida como Fábrica da Pedra). As primeiras lavas de algodão utilizados na fábrica foram advindas do Egito, no entanto, com a crescente produção do algodão da variedade Seridó cultivado na região, a fábrica passou a comprar o algodão produzido nas terras sertanejas.

Portanto, de maneira geral, no processo de ocupação do espaço agrário e formação do território Alto Sertão de Alagoas duas atividades foram fundamentais, a produção “açucareira” e o “criatório” de gado. Conforme Albuquerque (2011, p. 39) “a atividade agropecuária começou no Litoral e na Mata, onde ainda hoje é presente, mas desenvolveu-se com maior força no Agreste e, principalmente, no Sertão, onde estão os maiores rebanhos”. É importante destacar que em ambas atividades (*plantation* de cana e criatório de gado) a concentração de terras se faz presente.

Conforme Vasconcelos (2012, p. 03), a organização do espaço agrário sertanejo não foge à regra do restante do país. “Possui poucas propriedades que detém maior concentração de terra por área total e a maior parte dos estabelecimentos, pequenas e médias propriedades, possuem a menor concentração de terras”. Assim, conforme dados do último censo agropecuário, cerca de 18.345 agricultores desenvolvem atividades no campo. O trabalho é realizado, principalmente, nas pequenas propriedades rurais (IBGE/SIDRA, 2017). O território possui 10.653 estabelecimentos agropecuários, sendo 1.886 considerados como agricultores não familiares e 8.767 considerados agricultores familiares (Tabela 1).

Tabela 1 - Estrutura agrária do Alto Sertão de Alagoas, segundo organização familiar e não familiar - 2017

Grupos de área (ha)	Estabelecimento			Área (ha)		
	Total	Agricultura familiar - não	Agricultura familiar - sim	Total	Agricultura familiar - não	Agricultura familiar - sim
Total	32 962	5 005	27 957	453 145	169 648	283 498
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	289	75	214	9	3	6
De 0,1 a menos de 0,2 ha	337	61	276	51	9	42
De 0,2 a menos de 0,5 ha	1425	252	1173	506	90	416
De 0,5 a menos de 1 ha	4337	709	3628	3265	530	2735
De 1 a menos de 2 ha	5391	805	4586	7895	1177	6718
De 2 a menos de 3 ha	2217	321	1896	5299	762	4537
De 3 a menos de 4 ha	3205	420	2785	10544	1375	9168
De 4 a menos de 5 ha	1617	194	1423	7323	877	6447
De 5 a menos de 10 ha	5084	653	4431	37242	4798	32444
De 10 a menos de 20 ha	4391	505	3886	62893	7267	55626
De 20 a menos de 50 ha	2762	382	2380	84368	12054	72314
De 50 a menos de 100 ha	843	171	672	58309	12149	46160
De 100 a menos de 200 ha	393	128	265	54891	17999	36893
De 200 a menos de 500 ha	182	140	42	55492	X	X
De 500 a menos de 1.000 ha	55	55	-	35424	35424	-
De 1.000 a menos de 2.500 ha	10	10	-	15718	15718	-
De 2.500 a menos de 10.000 ha	4	4	-	X	X	-
De 10.000 ha e mais	-	-	-	-	-	-
Produtor sem área	420	120	300	X	X	X

Fonte: IBGE-Censo Agropecuário 2017. X<sup>1</sup>O IBGE não disponibilizou essa informação.

Conforme a Tabela 1, os estabelecimentos caracterizados como familiares e não-familiares correspondem a cerca de 32.962 estabelecimentos, somando uma área de 453.145 ha, o equivalente a 16,3% do território alagoano. Os dados indicam que o número de estabelecimentos familiar (27 957) é superior ao número de estabelecimentos não-familiar (5 005). Em relação a área do estabelecimento a diferença também é superior, familiar (283 498 ha) e não-familiar (169 648 ha). Todavia, é preciso considerar que a definição do Estado Brasileiro para caracterizar os estabelecimentos como familiar e não familiar é o decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017 e o PRONAF referente ao MCR/BACEN em 31/12/2017 (MCR - Manual de Crédito Rural). Em seu Art. 3º, dentre os critérios para ser definido como agricultor familiar o empreendimento familiar rural deverá atender aos seguintes requisitos: a - possuir, a

qualquer título, área de até quatro módulos fiscais<sup>9</sup>; *b* - utilizar a mão de obra familiar; *c* - ter metade da renda familiar advinda do estabelecimento rural; *d* - estabelecimento estritamente familiar.

Desse modo, conforme a alínea *a* do Art. 3º do referido decreto, os critérios estabelecidos permitem que grandes propriedades sejam definidas como familiar. Pois, no Brasil não existe uma padronização para o módulo fiscal e a dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município ou região onde está localizada a propriedade. Desse modo, no Brasil o valor do módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares.

No Alto Sertão, por exemplo, a dimensão do módulo fiscal em todos os municípios é de 70 (ha), nesse sentido, são considerados estabelecimentos familiares áreas com menos de 1 ha de terras, que não equivalem a um módulo fiscal, até áreas com 280 ha o equivalente a 4 módulos fiscais. Destarte, concordamos com Gomes (2020, p. 151-152) quando escreve que “a história dessa região [Alto Sertão] é marcada pela instalação de grandes latifúndios sob a posse de poucos homens brancos, senhores de terras e das gentes que nela habitassem”. Segundo Albuquerque (2011, p. 69):

A ocupação do território do Semiárido ocorreu segundo um movimento tenso e contraditório: etnias, classes desalojadas da estrutura social colonial, grupos marginais, setores das classes dominantes e forças da ordem estiveram permanentemente em conflito e cada pedaço de terra foi disputado com vigor. É preciso, portanto, se opor às teses que tratam a ocupação do Semiárido como um projeto uniforme do poder colonizador e que minimizam a importância da resistência popular na ocupação e permanência na região.

As reflexões de Albuquerque (2011) apontam para os diversos problemas enfrentados no Sertão de Alagoas, sobretudo, relacionados à concentração de terras. Segundo Cosme (2021), em Alagoas, a concentração fundiária é um legado perpetuado até os dias atuais. “De um lado, grandes propriedades, concentrando suas terras em extensos latifúndios; de outro, a pequena propriedade em sua maioria minifúndios camponeses”. O Alto Sertão alagoano apresenta nessa conjuntura altos índices de concentração fundiária. Contudo, dados obtidos através do SEPLAG-Alagoas (2023), nesse território já foram constituídos 18 assentamentos rurais que abrigam 691 famílias em 10.285,1014 ha.

Outro elemento que podemos considerar, a partir da reflexão de Albuquerque (2011), é o fato da povoação do Alto Sertão de Alagoas ter recebido um amplo fluxo migratório, o qual

---

<sup>9</sup> O módulo fiscal é um dos Índices Básicos Cadastrais utilizados pelo Incra para fixar por município parâmetros de caracterização e classificação do imóvel rural de acordo com a sua dimensão e disposição regional. Os atuais índices foram definidos pelo Incra por meio da Instrução Especial nº 5 de 2022 (BRASIL, 2023).

contribuiu para o surgimento das comunidades tradicionais nesse território. Ao todo, segundo dados do ITERAL (2023), esse território já reconheceu 16 comunidades quilombolas. De tal modo, conforme Albuquerque (2011, p. 83), “a migração de negros para o Semiárido alagoano é fenômeno impossível de ser exatamente avaliado, mas o grande número de comunidades quilombolas existentes na região pode ser um indicador de que ele ocorreu em ampla escala”.

Conforme dados da SEPLAG-Alagoas (2017), o Alto Sertão de Alagoas tem 6 aldeias indígenas. São elas: Kalankó em Água Branca; Koiupanká em Inhapi; Figueiredo, Jeripancó, Ouricuri e Poço da Areia em Pariconha. Dentre as aldeias citadas, somente a Jeripancó tem seu território indígena reconhecido pela União.

Assim, o processo migratório de indígenas e negros africanos escravizados que aconteceu em diferentes períodos históricos foi essencial para formação dos povos tradicionais do Alto Sertão de Alagoas, pois, esses povos buscavam refúgio em território livre.

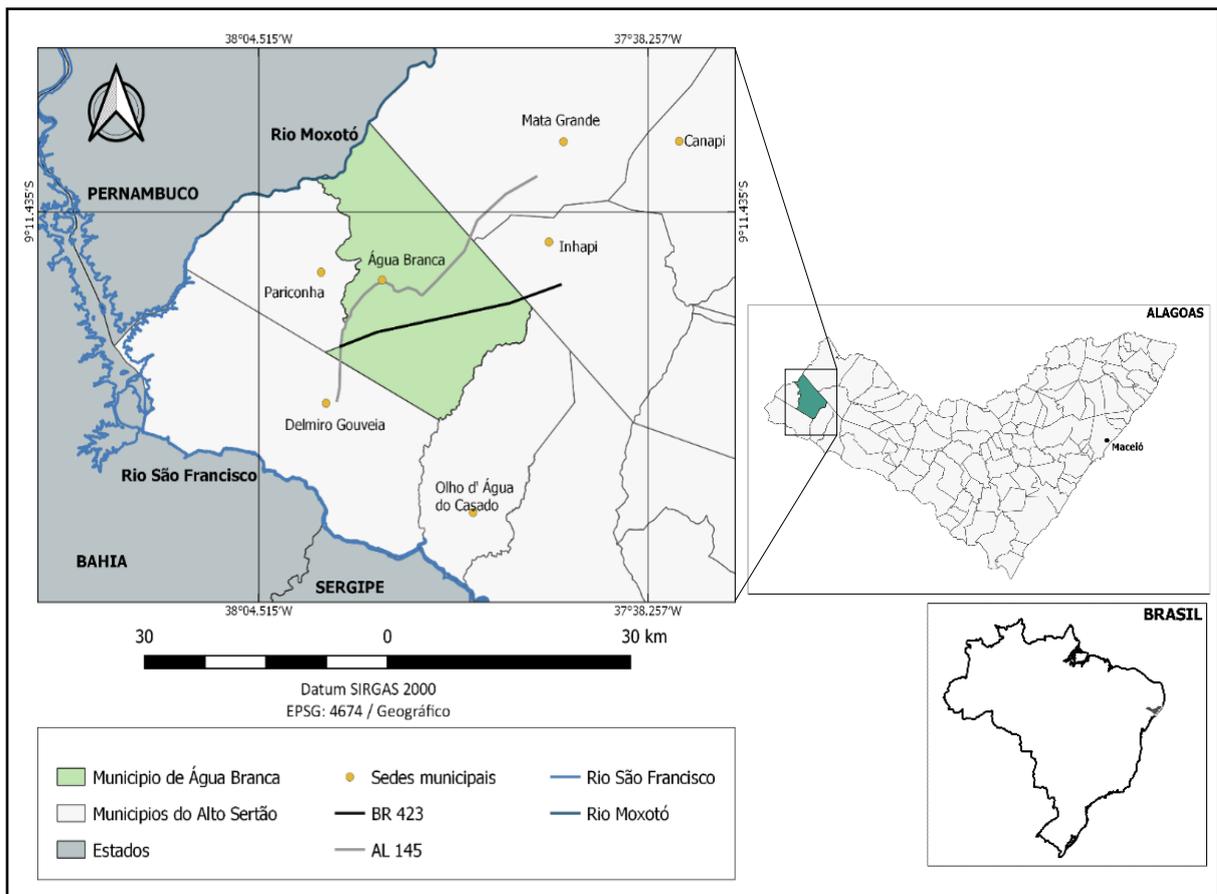
### 2.3. Caracterização socioambiental de Água Branca-AL

O município de Água Branca está localizado no extremo oeste do estado de Alagoas (Figura 5). Limita-se ao norte com o Estado de Pernambuco e o município de Mata Grande, ao sul com os municípios de Delmiro Gouveia e Olho D'Água do Casado, a leste com o município Inhapi e Olho D'Água do Casado, e a oeste com o município de Pariconha. Inserido no território do Alto Sertão de Alagoas, encontra-se aproximadamente a 304 km da capital Maceió.

A Sede do município está situada entre as coordenadas 9°15'46,08" de latitude sul e 37°56'25,44" longitude oeste, a uma altitude de 533 metros em relação ao nível do mar. Segundo o IBGE (2023), a extensão territorial é de 468,229 km<sup>2</sup>, que representa 1,64% do estado de Alagoas. No último censo demográfico (2022), o município de Água Branca tinha 19.008 habitantes, sendo 5.100 residentes na área urbana e 14.276 residentes na área rural (IBGE, 2010). As principais vias de acesso são as rodovias BR 423, e AL 145.

O município encontra-se inserido na unidade geoambiental da Depressão Sertaneja (cerca de 70 % de sua área), que representa a paisagem típica do semiárido nordestino, e o restante se insere na unidade geoambiental do Planalto da Borborema (cerca de 30%), formada por maciços com altitude variando entre 650 e 790 metros (CPRM, 2005).

FIGURA 5 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA



Fonte: Banco de dados: IBGE/ZAAL Software: Quantum GIS (QGIS).  
Elaboração cartográfica: O autor.

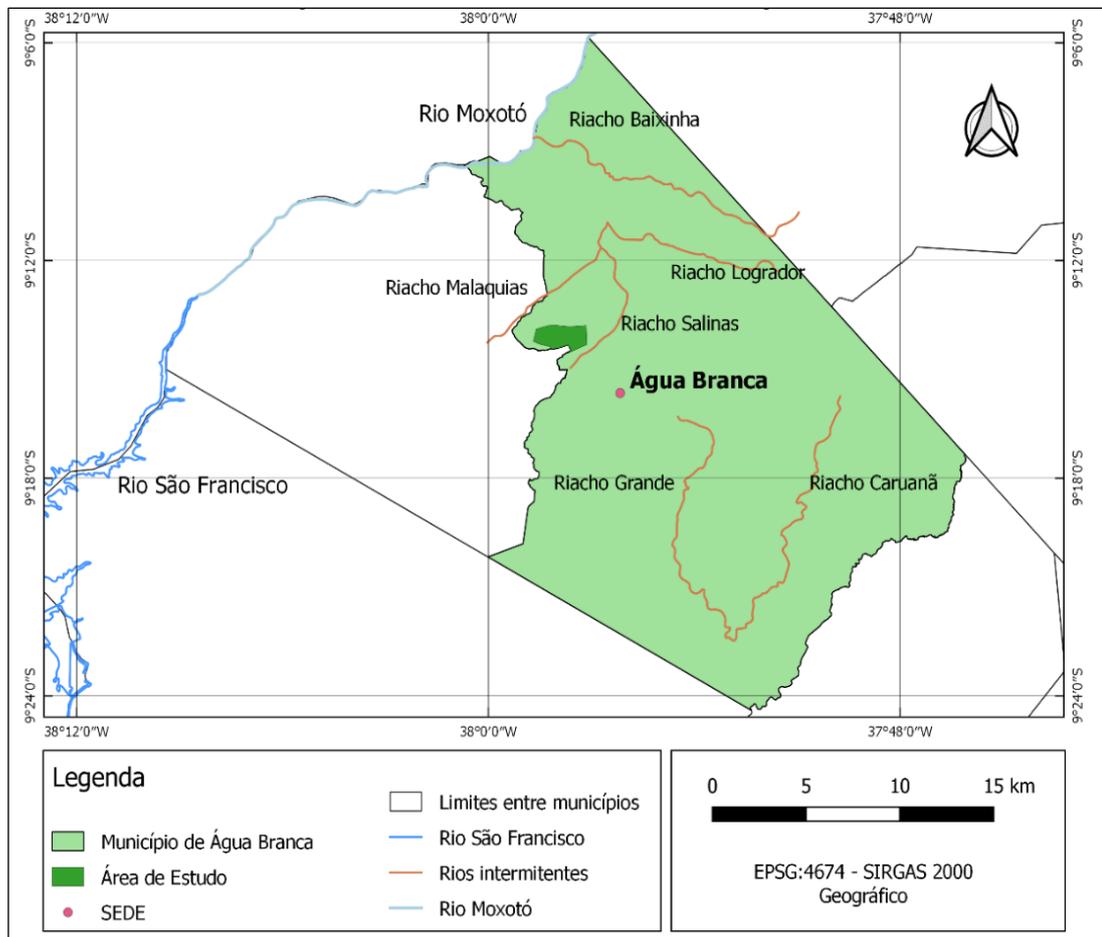
São encontrados cinco tipos de solo no município, alguns mais desenvolvidos, por exemplo, os *argissolos*, encontrados principalmente nas áreas serranas, caracterizado pela boa capacidade de armazenamento de água e enorme potencial para agricultura. E também outros menos desenvolvidos, como os solos *neossolos rególítico e neossolos litólicos*, típicos do ambiente semiárido brasileiro, caracterizados como rasos e pedregosos, que apresentam algumas limitações para o cultivo agrícola.

Há ainda a presença dos solos *cambissolos háplico e planossolos*. Parahyba *et al.* (2006, p. 02) comentam acerca do solo em Água Branca, “de um modo geral, os solos [em Água Branca] são facilmente trabalháveis por apresentar textura leve (arenosa e média) na superfície; no entanto, a principal limitação ao uso agrícola é a deficiência de água, ocasionada pelo clima semiárido da região”.

O município de Água Branca encontra-se totalmente inserido na bacia hidrográfica do Rio São Francisco (Figura 6), sendo banhado pela sub-bacia do Rio Moxotó (CPRM, 2009). Os

rios, em sua maioria, são intermitentes apresentando vazão apenas em períodos de chuvas. O padrão de drenagem predominante é o dendrítico.

**FIGURA 6 - MAPA DA HIDROGRAFIA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA**

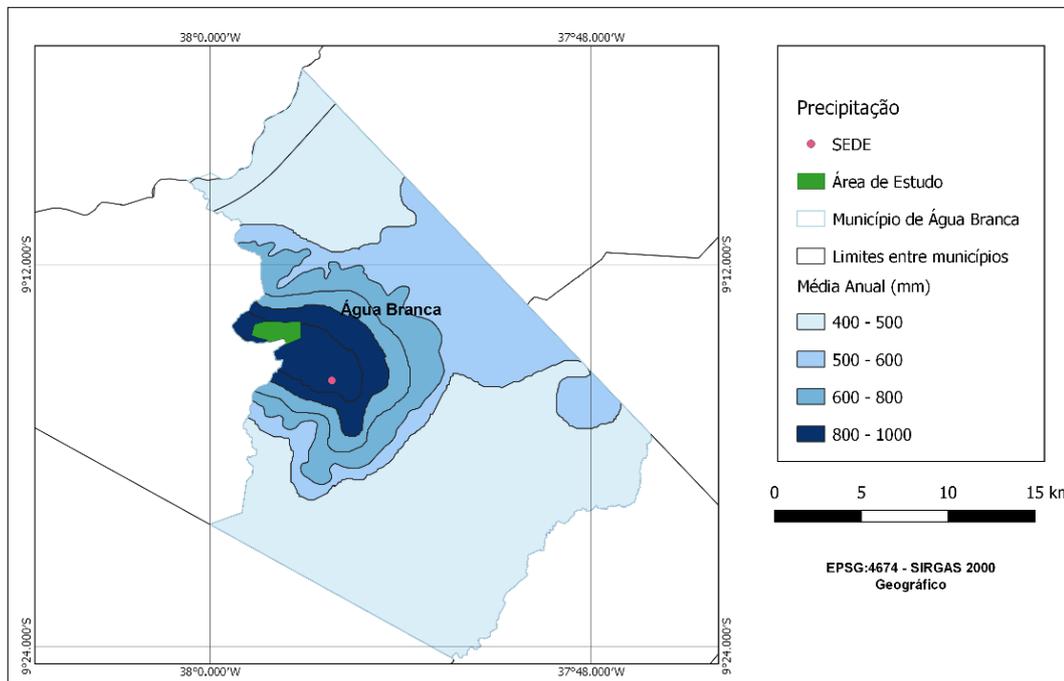


Fonte: Banco de dados: IBGE/ZAAL. Software: Quantum GIS (QGIS)  
Elaboração cartográfica: o autor.

Os principais riachos são: Dois Riachos, Pocinho, Logradouro, Malaquias, Riachos do Miguel, Salina, Bom Nome, Novo, Riacho das Cabras, Grande, Boa Esperança, Boa Vista, Baixinha, Serra Negra e Bom Jesus, Riachos Caiçara, Chupeta, Moreira, da Caruana, Seco e Mandacaru. Todo esse sistema fluvial deságua no Rio São Francisco.

O município apresenta duas características climáticas singulares, a primeira é clima subúmido seco característico das áreas serranas, a segunda é o clima semiárido, típico nas áreas da depressão sertaneja. O período chuvoso se inicia em maio com término em agosto, a precipitação média anual é de 431,80 mm a 1000 mm (CPRM, 2005) (Figura 7).

**FIGURA 7 - MAPA PLUVIOMÉTRICO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA**



Fonte: Banco de dados: IBGE/ZAAL. Software: Quantum GIS (QGIS)  
 Elaboração cartográfica: O autor.

A vegetação de Água Branca é composta basicamente por Caatinga Hiperxerófila de espécies arbustivas e arbóreas de pequeno e médio porte, também ocorrem trechos em caducifólias, em boa parte, dotadas de espinhos. As características físico-naturais de Água Branca colocam o município em um seletivo grupo denominado de “*área de exceção*” (Melo, 1988) no semiárido brasileiro.

Nessas áreas, “o condicionador básico da diferenciação espacial situa-se no fator relevo, a ele prendendo-se os dos planos climáticos, edáfico e florísticos, que também se interrelacionam e, ao mesmo tempo, condicionam as formas de uso da terra” (MELO, 1988, p. 63). Para Ab’Sáber (1999, p. 08), essas áreas são conhecidas como “*serras úmidas, baixios e brejos*”. O autor faz uma tipologia de sítios e brejos para o nordeste seco destacando os,

[...] brejos de cimeira ou de altitude (Triunfo, Garanhuns e Serra Negra, PE); brejos de encostas ou vertentes de serras ou maciços antigos (sudeste da Borborema, AL e PE; Baturité oriental, CE); brejos de piemonte ou de pé-de-serra (Frecheirinha, CE; Alagoa Grande, PB; Buíque, PE; Oliveira dos Brejinhos, BA); brejos de vales úmidos ou de ribeiras (vales úmidos do Rio Grande do Norte e do Ceará; Ribeira do Pombal, BA); brejos de olhos d’água, em situação coalescente (Cariris Novos e Baturité oriental, CE; Borborema oriental, entre Areia e Alagoa Grande, PB) (AB’SÁBER, 1999, p. 08).

Os brejos de altitude são subsetores mais úmidos que existem no interior do semiárido, ou seja, são porções de terras com altos níveis de altitude e em decorrência apresentam maior umidade, “onde é possível produzir quase todos os alimentos e frutas peculiares aos trópicos úmidos” (AB'SÁBER, 1999, p. 08). Segundo Marques *et al.* (2014, p. 18), os Brejos de Altitude correspondem a:

Refúgios Florestais Úmidos ou Brejos Altitude (relevo), Exposição (massas de ar) e Posição (sopé de serra), ou simplesmente Brejos do semiárido brasileiro fazem parte da diversidade biológica do semiárido, e são encontrados nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, cobrindo uma área original de aproximadamente 18.500km<sup>2</sup>. A existência destas ilhas de floresta na zona oriental do Nordeste está associada à ocorrência do Planalto da Borborema – Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Andrade (1998) em “A terra e o homem no Nordeste”, também traz algumas considerações sobre essas áreas de exceção no nordeste brasileiro. Para o autor as áreas serranas do Nordeste são manchas úmidas no meio do sertão, onde as condições climáticas e a abundância em água, diferenciam do restante da região (ANDRADE, 1998), sendo os principais locais de cultivo agrícola. Os aspectos físicos proporcionaram maior produtividade agrícola nas terras de Água Branca, passando a fornecer, alimentos (carnes, frutas, feijão, farinha, milho, rapadura, mel, açúcar mascavo, etc.) para os mercados periódicos da região.

#### 2.4. Formação territorial de Água Branca-AL

A formação territorial de Água Branca tem origens na implantação das sesmarias em Alagoas. Tendo em vista que Água Branca-AL, até meados do século XVII, fazia parte das sesmarias de Paulo Afonso que compreendiam os atuais municípios de Mata Grande, Piranhas, Pariconha e Delmiro Gouveia. Somente em 1864 através da lei provincial nº 413 foi criado o distrito com a denominação de Água Branca. Em 1875, a lei provincial nº 681 elevou o distrito à categoria de vila e desmembrou esse território do município de Paulo Afonso tornando-o independente (IBGE, 2023).

Segundo Feitosa (2014), o processo de colonização de Água Branca ocorreu com a chegada de colonos portugueses vindos do Arquipélago de Açores, em Portugal. Assim, ao chegar ao Brasil:

A família Vieira Sandes instalou-se ao sul da região Nordeste, no litoral de Alagoas, expandindo-se para a Vila de Viçosa, Itiúba e Penedo, à margem esquerda do rio São Francisco, onde recebeu as primeiras sesmarias doadas pelo rei de Portugal, D. Pedro II, e a incumbência de desenvolver o território e fixar os imigrantes portugueses que chegavam ao Brasil. Com os Vieira Sandes, vieram 48 famílias de colonos para povoar a região. Essa povoação estendeu-se em pontos alternados, desde a foz do rio São Francisco até a cachoeira de Paulo Afonso (FEITOSA, 2014. p. 20).

Conforme destaca Feitosa (2014), às terras de Água Branca foram colonizadas pela família Vieira Sandes, que encontrou ali condições favoráveis ao seu desenvolvimento, sobretudo, pelas características físicas do território (clima, solos, vegetação, hidrografia). Outro fator determinante foi a disponibilidade da mão de obra. Nesse período, Água Branca contava com a força de trabalho livre e também escrava. Segundo Araújo (2017, p. 72 e 73),

A participação dos escravos na riqueza dos moradores fica evidente nos dados pesquisados. Sabemos que a população livre e sua oferta de mão de obra foram significativos na região. Pela fonte trabalhada, é difícil determinar o quanto cada escravo produzia nas lavouras e nos campos de criação. A necessidade de mão de obra escrava extrapolava fatores econômicos: quando Olímpia Carolina de Oliveira faleceu, em 1869, deixou uma filha bebê; neste mesmo tempo, sua escrava Cecília tinha uma criança de um ano. Supomos o quanto a escrava Cecília seria útil naquele momento para o seu senhor João Alves Feitosa Franco Filho: podia servir como ama de leite e cuidar de Maria Olímpia, que contava com apenas quatro meses.

Nesse contexto, a mão de obra escrava foi fundamental no processo de construção desse território. Assim, nas áreas ao entorno do brejo, mais precisamente, na depressão sertaneja, foram instaladas grandes fazendas<sup>10</sup> de gado. Do mesmo modo, como no desenvolvimento do Nordeste a atividade pecuária teve um papel fundamental. Em Água Branca a realidade foi muito semelhante, pois, através da pecuária, a família Vieira Sandes conseguiu explorar economicamente essas terras e acumular riquezas que serviram para exploração da área do brejo de Água Branca.

Na depressão sertaneja, também foram cultivadas grandes áreas de algodão. Nesse período, era comum no Nordeste o cultivo de dois tipos de algodão, o arbóreo e herbáceo. Vale salientar que em Água Branca, foi adotado o algodão herbáceo, “popularmente chamado de mocó, era cultivado principalmente em: Pernambuco, Ceará, Piauí, Rio grande do Norte e Paraíba. Em menor proporção na Bahia e Alagoas” (OLIVEIRA, 2018, p. 05).

Nas áreas serranas (brejo), desenvolveu-se a monocultura da cana-de-açúcar a partir da implantação dos grandes latifúndios. Segundo Feitosa (2014, p. 28), “o cultivo da cana tornou-se monocultura na região, deixando a cidade circundada por canaviais. A maioria das terras em seu entorno pertenciam aos nobres das famílias Vieira Sandes e Siqueira Torres”. A pequena agricultura camponesa se desenvolveu em terras não utilizadas para o plantio da cana, nesses pequenos espaços o trabalhador meeiro cultivava o milho, o feijão, a mandioca, a batata, a banana e variadas espécies de árvores frutíferas, uma agricultura de autoconsumo.

---

<sup>10</sup> Fazendas: Matinha, Boqueirão, Cobra, São Bento, Paraíso e Pedra (FEITOSA, 2014, P. 21).

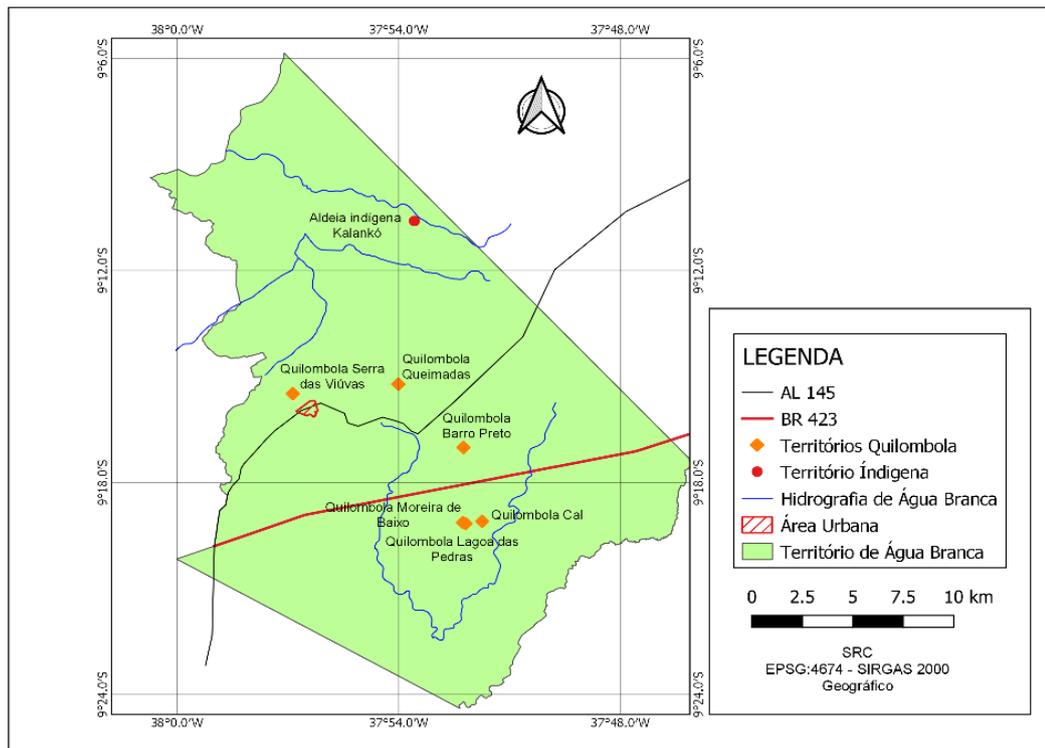
Feitosa (2014, p. 29) destaca que: “trabalhadores livres e sem-terra que necessitassem dela [terra] para o plantio de culturas de subsistência, conhecidos como rendeiros, eram obrigados a participar da moagem a cada quinze dias, para pagar em serviços pelo uso da propriedade rural”, realidade comum em todo o Nordeste, e reproduzida em Água Branca. Concordamos com Martins (1983, p. 26) ao afirmar que: “a história do Brasil é uma história das suas classes dominantes, é uma história de senhores e generais, não uma história de trabalhador e de rebeldes”.

Assim, em meados do século XVII, em meio a mata foi construído um pequeno povoado encravado entre as serras. Inicialmente chamado de Mata Pequena e depois Matinha de Água Branca, e por fim, Água Branca. A formação do território de Água Branca é marcada pelo poderio das elites agrárias, pela formação do baronato e pelo coronelismo profundamente presente nesse território. De tal modo, queremos destacar que a historiografia de Água Branca, muitas vezes é romantizada (conta-se a história do homem branco, o homem que trouxe a civilidade, o desenvolvimento) e essa narrativa mascara a presença de outros atores sociais, os indígenas, os negros africanos escravizados, os posseiros, fundamentais para formação desse território, seja através do trabalho, seja através do próprio sangue derramado. Assim, concordamos com Marques *et al.* (2017, p. 09) quando destacam que na historiografia de Alagoas “desde o século XIX, privilegia-se uma história de homens brancos, escravocratas e católicos”. Continuando em suas reflexões, os referidos autores também destacam que “índios, negros e pardos, bem como mulheres e mesmo branco pobre ou apartados das esferas das famílias tradicionais foram relegados aos esquecimentos – os chamados “homens esquecidos”.

Conforme apontou Lima (1965 *apud* SANTOS FIRMINO, 2022) a presença dos povos indígenas em Alagoas é anterior à chegada do colono português, pois, a colonização europeia foi o segundo movimento de ocupação do território alagoano, o movimento pioneiro nesse processo foi realizado pelos povos indígenas, que com a chegada dos europeus no litoral espalharam-se por toda as áreas do interior no Nordeste.

Como já referido anteriormente, o Alto Sertão de Alagoas possui 13 aldeias indígenas, e isso, sinaliza que a presença do índio nesse território foi ampla. Em Água Branca existe a aldeia indígena Kalankó, localizada no povoado Lajeiro do Couro (Figura 8). Os povos Kalankó são descendentes de povos indígenas que ocuparam essa grande área do sertão Alagoano e Pernambucano, mais precisamente do povo Pankaruru de Brejo dos Padres, em Tacaratú, Pernambuco.

**FIGURA 8 - LOCALIZAÇÃO DOS POVOS QUILOMBOLAS E POVOS INDÍGENAS EM ÁGUA BRANCA-AL (2023)**

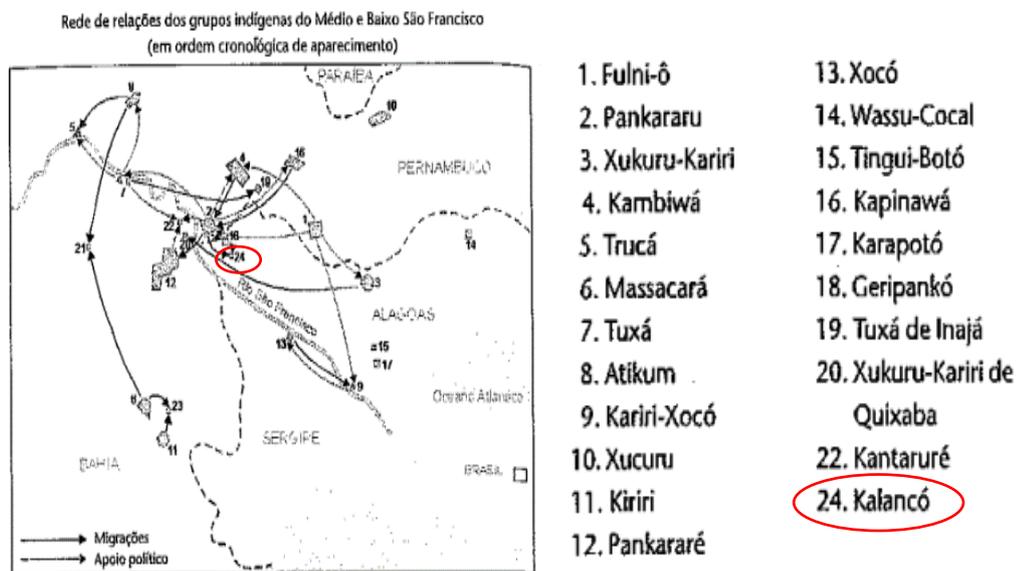


Fonte: Banco de dados: IBGE/ZAAL. Software: Quantum GIS (QGIS)  
Elaboração cartográfica: O autor.

O impacto da colonização refletida na implantação de grandes fazendas de gado no sertão nordestino, o acultramento dos povos indígenas, o trabalho escravo, entre outros fatores, obrigou os povos indígenas a se refugiarem cada vez mais distante das áreas de ocupação colonial. Assim, conforme Arruti (2004) entre o final do século XIX e início do século XX uma parte deste grupo (Pankaruru) teria atravessado o rio Moxotó (divisor de água natural entre Alagoas e Pernambuco) e migrado em direção ao sertão alagoano numa tentativa de melhorar suas condições de existência, constituindo, assim, a tribo indígena Kalankó (Figura 9).

A Figura 9 mostra as relações dos grupos indígenas no Médio e Baixo São Francisco, no século XIX, sobretudo a origem e a direção da migração realizada pelo povo Kalankó. Conforme Arruti (2004), essa formação dos Kalankós é caracterizada como “pontas de ramas do Pankaruru”. Assim, o povo Kalankó foi formado no século XIX quando um dos filhos do antigo pajé da Pankaruru se instalou no território de Água Branca. “O nome Kalankó está relacionado a um outro, Cacalancó, que é o etnônimo de uma das populações que viveram, durante o século XIX, no aldeamento Brejo dos Padres, em Pernambuco” (HERBETTA, 2018, p. 01).

**FIGURA 9 - REDE DE RELAÇÕES DE GRUPOS INDÍGENAS NO MÉDIO E BAIXO SÃO FRANCISCO – SÉCULO XIX**



Fonte: ARRUTI (2004). “A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco”.

Adaptação: O autor.

Os Kalankó somam cerca de 310 indígenas (ALAGOAS, 2017) divididos em três núcleos de povoamento: Januária, Gregório e Lageiro do Couro. Atualmente a comunidade é organizada por dois líderes, o pajé e o cacique. O pajé tem a incumbência de organizar os rituais, trabalhar os valores culturais da tribo e auxiliar nos conflitos. “Além disso, fica bastante atento ao cumprimento das “obrigações” de cada pessoa, especialmente àquelas ligadas às práticas rituais. O cacique, por sua vez, leva as reivindicações da comunidade para fora, representando-a junto ao Estado e à sociedade nacional” (HERBETTA, 2018, p. 05).

Conforme Herbetta (2018), os Kalankó possuem lavouras de auto consumo durante o período de inverno (de maio a setembro), plantam feijão, milho, mandioca e algumas árvores frutíferas, como o cajueiro, a aceroleira, o coqueiro e o umbuzeiro - que é uma árvore bastante comum e cujo fruto é muito apreciado. Algumas pessoas trabalham em forma de “diária” nas lavouras de outros proprietários. Outros, no entanto, migram no verão para o litoral, onde trabalham na lavoura de cana-de-açúcar.

O povo negro (escravos ou livres) também contribuíram como processo de formação do território de Água Branca. Albuquerque (2016) destaca o lugar do negro no semiárido alagoano, destaca a forte presença do negro na ocupação desse território. Conforme o autor até o século XVIII as áreas interioranas recebiam fortes grupos de migrantes negros. “Pra lá migravam os que não tinham espaço e vez no Litoral e na Mata. Durante o segundo período de domínio

português, o Sertão era um espaço ainda bem delimitado, considerado selvagem por muitos, oposto a civilização [...]” (ALBUQUERQUE, 2016, p. 76). Esse espaço ainda em ocupação era temido, porém, era perseguido por muitos que buscavam a liberdade.

Em solo nordestino, as terras do Sertão eram as mais distantes e menos acessadas. Em diferentes momentos, milhares de negros tomaram esse destino seja fugindo do jugo da escravidão ou da repressão aos quilombos. Nesse período, as fronteiras sob o controle do poder colonial ainda eram muito estreitas, logo, todo território que não estava sob o jugo da cana e do latifúndio era chamado de sertão (ALBUQUERQUE, 2016, p. 76).

Conforme destaca o autor, a presença negra foi parte fundamental na ocupação e desenvolvimento das áreas interioranas do Nordeste. No tocante a Água Branca, é preciso considerar que os escravos e os povos remanescentes foram essenciais na formação territorial desse município. Não sabemos ao certo o número da população escrava desses municípios, todavia, o número expressivo de comunidades quilombolas é um indicador da presença dessa população em Água Branca.

Conforme dados apresentados por Marques *et al.* (2017, p. 67), a posse de escravos na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Água Branca (1851-1871) era de 143 escravos. Os autores destacam que as posses de escravos eram em grande maioria pequenas, um número máximo de 4 escravos, todavia, a família Vieira Sandes contava com o maior número de posses, acima de 20 escravos. Outro dado apontado por Marques *et al.* (2017, p. 68) está relacionado ao sexo dos escravos, assim, “as escravas representavam 73,68%, enquanto os homens, 26,32% dos escravizados”. Dados apresentados por Albuquerque (2016) apresentam mais clareza sobre a população de escravos em Água Branca. Observe o quadro abaixo:

## Quadro 2 - Demonstrativo da população livre e escrava por sexo de Água Branca em 1872

PARÓQUIA	LIVRES			ESCRAVOS			TOTAL
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
Água Branca	2.617	2.665	5.282	143	195	338	5.620

Fonte: Andrade (2014, p. 116) citado por Albuquerque (2016, p. 81)

Adaptação: O autor.

Em Água Branca estão localizadas 6 comunidades quilombolas, a saber: Serra das Viúvas (2009)<sup>11</sup>, Barro Preto (2009), Lagoa das Pedras (2009), Povoado Cal (2010), Moreira de Baixo (2015) e Sitio Queimadas (2018) (Figura 08 / pág. 55). Como pode ser observado, as

<sup>11</sup> A data após o nome da comunidade quilombola é referente ao ano em que houve o reconhecimento pelo Estado (titulação).

comunidades quilombolas em Água Branca, foram certificadas recentemente, porém, nenhuma das comunidades citadas tem a titulação das terras, o que dificulta a reprodução econômica e social dessas comunidades. Pois, o acesso às terras é um bem essencial para o trabalho das famílias quilombolas. Assim, concordamos com Albuquerque (2017, p. 85) ao afirmar:

Semiárido alagoano, por exemplo, os negros, destacadamente, participaram dos processos de ocupação e de colonização. O que encontramos lá hoje, certamente, é o resultado dessa dupla dinâmica social e de outras que não conseguimos identificar, mas que certamente ocorreram. E nada disso pode ser subestimado.

Desse modo, ao analisar a formação territorial desse espaço é preciso considerar os diversos fatores que contribuíram na consolidação desse processo. O povo de Água Branca tem origens nas matrizes negras, indígena e portuguesa. Assim, o brejo de Água Branca tem essas muitas faces, ambas centrais na formação desse território.

## 2.5 Estrutura econômica e organização agrária do município de Água Branca

A economia do município de Água Branca gerou um PIB da ordem de 161,6 milhões de reais em 2020. O que resulta em um PIB *per capita* da ordem de R\$ 8.238. Como ocorre com a quase totalidade dos pequenos municípios brasileiros, em Água Branca o setor de serviços e administração pública são os responsáveis pela maior parte da riqueza gerada 85,1%, em seguida o setor agropecuário com 10,4% e, por último, o setor industrial contribuindo com 4,5% do valor agregado bruto (Tabela 2).

**TABELA 2 - PIB PER CAPITA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA/AL (2020)**

SEGMENTOS ECONÔMICOS	Valor (R\$)	Valor (%)
Administração pública	96.402,060	59,7
Serviços	40.594,49	25,4
Agropecuária	16.891,82	10,4
Indústria	7.359,750	4,5
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 161.248,120</b>	<b>100%</b>

Fonte: IBGE (2020)

Organização dos dados: O autor.

Se comparado com os 102 municípios do estado de Alagoas o PIB *per capita* de Água Branca está na 92ª posição. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal- IDHM em 2010 era de 0,549. A população ocupada em 2021 era de 1.453 pessoas. O salário médio mensal era de 2 salários mínimos. Conforme o IBGE (2023), a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 7.2%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 53% da população nessas condições, o que o colocava na

posição 39 de 102 dentre os municípios do estado e na posição 792 de 5570 dentre os municípios do Brasil.

Analisando mais atentamente o PIB *per capita* do município de Água Branca, podemos considerar que a participação do setor agropecuário é muito significativa no tocante à organização econômica do município. O número de camponeses que produz uma agricultura alimentar, faz desse município como descreveu Andrade (1979) “um celeiro no meio do sertão”. Assim, é importante apresentar a organização agrária deste município, para corroborar a importância das atividades agropecuárias nessa região.

Conforme os dados do Censo Agropecuário de 2017, o percentual dos estabelecimentos familiares representa 76,8 % em todo o território nacional. Realidade que se repete no estado de Alagoas com 86,6% estabelecimento familiares e também no município de Água Branca com uma porcentagem de 79,6%. Em número absolutos dos 2.122 dos estabelecimentos existentes no município, 1.689 são familiares (Tabela 3). Esses dados revelam a importância econômica da produção camponesa na realidade agrária do município.

**TABELA 3 - BRASIL, ALAGOAS E ÁGUA BRANCA: NÚMERO DOS ESTABELECEMENTOS TOTAIS, NÃO FAMILIARES E FAMILIARES – 2017**

Estabelecimentos						
Especificação	Total	%	Não familiar	%	Familiares	%
Brasil	5.073.324	100	1.175.916	23,2	3.897.408	76,8
Alagoas	98.122	100	16.173	16,4	82.369	83,6
Água Branca	2.122	100	433	20,4	1.689	79,6
Área (hectares)						
Brasil	351.289.816	100	270.398.732	77	80.891.084	23
Alagoas	1.636.712	100	1.085.678	66,3	551.034	33,7
Água Branca	19.445	100	7.369	37,8	12.077	62,2

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRE, 2023)

Organização dos dados: o autor.

Em relação à área (hectares) no Brasil, os estabelecimentos não-familiares detêm o maior percentual de terras, cerca de 77%, enquanto os estabelecimentos familiares 23%. Essa realidade se repete no estado de Alagoas, onde 66,3% das terras são destinados a estabelecimentos não-familiares, contra 33,7% familiares. No município de Água Branca, esses percentuais são diferentes, a grande parcela de terras está concentrada nos estabelecimentos familiares, cerca de 62,2%, em números absolutos um total de 12.077 hectares são de propriedades familiares.

É importante destacar que o acesso à terra é fundamental no processo de reprodução camponesa. Pois, enquanto os estabelecimentos não-familiares tendem a sempre buscar o lucro,

visando o máximo de retorno dos seus investimentos, a família camponesa utiliza-se da terra como um objetivo simples, “reproduzir-se enquanto unidade de produção econômica camponesa” (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 43).

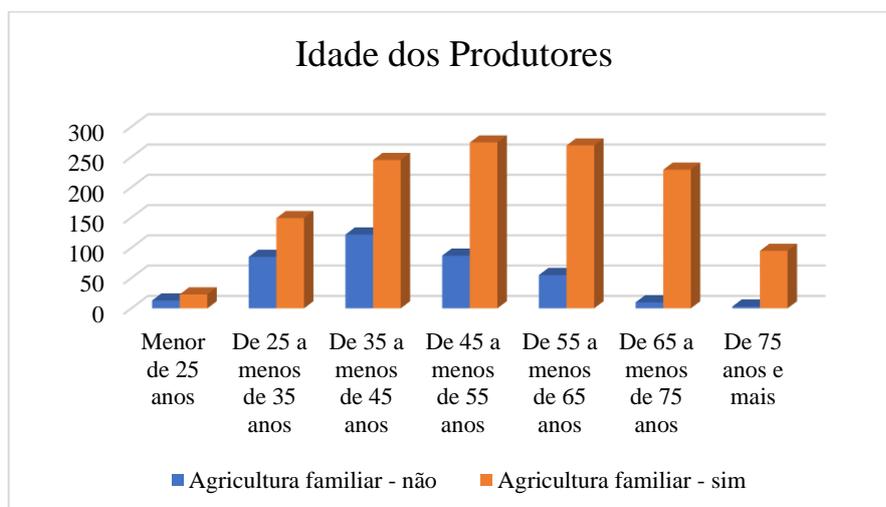
Desse modo, conforme Cosme (2019, p. 558), a posse da terra permite ao camponês “a possibilidade de ser sujeito de sua própria criação, de dispor livremente de seu tempo, de seu espaço e de seu saber”. É através da apropriação do território que a reprodução camponesa acontece. No município de Água Branca, grande parcela do seu território é destinado ao campesinato. A política agrária tem corroborado essa posição, pois existem oito assentamentos rurais (Cobra I, Cobra II, Todos os Santos, Paraíso, Navio, Salinas, Pau de Arara e Malhada Vermelha). Os estabelecimentos familiares fundamentais no tocante à autonomia camponesa e a sua libertação das relações de sujeição no campo.

Em relação ao sexo do produtor, os familiares e não-familiares são predominantemente do sexo masculinos. Os produtores não-familiares do sexo masculino somam um percentual de 86,6%, contra 13,4% do sexo feminino. Já os produtores familiares do sexo masculino somam um percentual de 76,5%, enquanto do sexo feminino 23,5%.

Quanto ao nível de escolaridade, os produtores familiar apresentam índices muito baixos, 47,3% sabem ler e escrever, enquanto 52,7 não sabem ler e escrever. Entre os produtores não-familiares os índices são melhores, porém, o número dos que não sabem ler e nem escrever é bastante elevado, um percentual de 69,2% sabe ler e escrever, enquanto 30,8% não sabem ler e nem escrever.

Em relação à idade do produtor, atentamos para duas questões, a saber: primeiro é o número elevado de produtores com mais de 65 anos desenvolvendo trabalho na agricultura. Conforme Targino (2017, p.136), “esses dados parecem indicar que os ganhos da aposentadoria não são suficientes para os produtores familiares cobrirem as necessidades das famílias, sendo obrigados a continuar trabalhando apesar da idade avançada”. O segundo aspecto observado são os baixos índices da faixa etária de 25 a 35 anos que desempenham alguma atividade na agricultura camponesa, revelando o desinteresse dos jovens em relação ao trabalho na propriedade familiar.

### GRÁFICO 01 – IDADE DOS PRODUTORES RURAIS EM ÁGUA BRANCA-AL (2017)



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2023)  
Organização dos dados: O autor.

No município de Água Branca, as lavouras permanentes somam um total de 51 hectares de área plantada, enquanto as lavouras temporárias somam um total de 7.284 hectares (Tabela 4). Dentre as culturas permanentes com maior área de produção temos o cultivo de coco, da banana e do caju. Entre as lavouras temporárias o destaque é o cultivo do feijão, do milho e da mandioca.

**TABELA 4 - PRODUÇÃO AGRÍCOLA (LAVOURAS PERMANENTES E TEMPORÁRIAS) EM ÁGUA BRANCA/AL – 2021**

LAVOURA PERMANENTE		LAVOURA TEMPORÁRIA	
Tipo	Área plantada (ha)	Tipo	Área plantada (ha)
Abacate	2	Algodão	6
Banana	6	Batata doce	4
Castanha de caju	6	Cana de açúcar	12
Coco da baía	25	Feijão	4.500
Goiaba	2	Mandioca	140
Laranja	4	Melancia	10
Mamão	3	Milho	2.600
Manga	1	Tomate	2
Maracujá	2	Mamona	10
<b>TOTAL</b>	<b>51</b>	<b>TOTAL</b>	<b>7.284</b>

Fonte: IBGE (2023)

Organização dos dados: O autor.

Esses dados revelam a importância das culturas temporárias nos estabelecimentos familiares, sobretudo, por se tratar de alimentos para as famílias. Por exemplo, a soma do milho, feijão e mandioca representam quase toda a área produzida, cerca de 7.240 hectares. Isso demonstra a relevância das lavouras temporárias para o espaço agrário de Água Branca.

### 3. CONCEPÇÕES TEÓRICAS E ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE O CAMPESINATO

Neste capítulo, vamos analisar concepções teóricas e históricas sobre o campesinato. Buscamos em autores clássicos e contemporâneos situar o debate sobre a classe camponesa ao longo da história social. Também vamos abordar o processo de formação do campesinato no campo brasileiro e também no Estado de Alagoas. Por fim, situar o campesinato desenvolvido em Água Branca-AL, sobretudo, no tocante ao desenvolvimento da atividade mandioqueira.

#### 3.1. O campesinato ao longo da história: trajetória em constante transformação

O campesinato historicamente se constituiu como uma força marginal a expansão do modo capitalista de produção no campo, por vezes a ele se opondo. Os camponeses, classe social formada por agricultores independentes tem encontrado formas de resistência à exploração econômica de grandes empresas no campo, que busca, entre outras coisas: o monopólio das terras; a dominação das atividades agrícolas através do agronegócio e a sujeição do camponês à dominação capitalista. Nesse contexto, conforme destacou Marques (2008), o campesinato é um conceito-chave fundamental para interpretar a questão agrária no Brasil.

Enquanto a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições. Portanto, defendemos a atualidade deste conceito, cuja densidade histórica nos remete a um passado de lutas no campo e ao futuro como possibilidade (MARQUES, 2008, p. 58).

Nesse sentido, a resistência camponesa se manifesta, sobretudo, como mecanismo político e social de luta pela permanência do homem camponês no campo, também pela preservação das terras, pela valorização da agricultura alimentar e pela defesa de formas de produção não capitalistas, buscando o respeito e distribuição justa e igualitária das riquezas produzidas no campo. De acordo com Moura (1986, p. 08):

O camponês controla terras no capitalismo sem ser possuidor de capital e, trabalha com a ajuda da família, a qual não remunera segundo a ótica capitalista, isto num mundo marcado pelo contrato individual de trabalho e pelo pagamento em salários das tarefas desempenhadas.

Desse modo, o fato do campesinato se reproduzir dentro da formação social capitalista, sinaliza a importância dessa classe social como mecanismo de luta entre os camponeses e os proprietários de terras. “Isso acontece pelo fato de a sociedade capitalista negar aos camponeses o acesso aos meios de produção” (DINIZ, p. 2010). Assim, a luta camponesa é forjada dentro

da estrutura social capitalista. Não é um movimento isolado, e sim, uma organização que é reflexo das relações de poder entre as classes sociais no modo capitalista de produção. É uma classe que se organiza diante das injustiças, desigualdades e exploração que enfrentam no campo.

Shanin (1979) apresenta importantes reflexões sobre o campesinato no mundo. Conforme o referido autor o campesinato é uma classe social “estranha” aos padrões do modo de produção vigentes. O autor destaca que:

A principal dualidade da posição dos camponeses na sociedade consiste em que eles são, por um lado, uma classe social (em geral dominada pelas outras classes) e, por outro, um mundo diferente, uma sociedade autossuficiente em si mesma, exibindo os elementos de um padrão de relações sociais separadas (SHANIN, 1979, p. 228, tradução nossa<sup>12</sup>).

Portanto, a organização social camponesa não é moldada somente pela forma de produção. O “ser” camponês se faz presente, também, no modo de vida, nas relações sociais estabelecidas com o grupo e também, pela resistência ao capitalismo. Desse modo, a luta na e pela terra é a luta contra a sua própria extinção. Os camponeses, ao seu modo, criam estratégias para não se submeterem aos ditames do modo de produção capitalista e continuarem sua recriação.

A partir do exposto, faz-se necessário fornecer uma explicação sobre o que é uma classe, suas funcionalidades e como ela se manifesta. Desse modo, é válido ressaltar as contribuições de Thompson (1987, p.10) para definir classe:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nascem – ou entram involuntariamente.

Conforme Thompson (1987), a classe social é produto do desenvolvimento histórico entre indivíduos que compartilham as mesmas condições socioeconômicas, as mesmas experiências de vida (consciência de classe comum) e os seus interesses divergem dos outros indivíduos. A inserção do indivíduo nos meios de produção, seja onde nasceram ou onde foram obrigados a ingressar, é conforme o autor, aspectos definidores de classe.

---

<sup>12</sup> La dualidad principal de la posición de los campesinos en la sociedad consiste en que son, por una parte, una clase social (una de escasso “carácter de classe” y em general dominada por las demás clases) y, por la otra, “um mundo diferente”, uma “sociedade em sí misma” muy autosuficiente, que ostenta los elementos de un patrón de relaciones sociales separado, claro y cerrado (SHANIN, 1979, p. 228).

Thompson também destaca que essa formação de classe não se baseia somente nas relações econômicas. E que a construção das experiências dos indivíduos, a defesa dos valores, a formação cultural, também são fundamentais na construção da consciência coletiva, à consciência de classe. “A classe é definida pelos homens enquanto vivem suas próprias histórias e, ao final, esta é sua única definição” (THOMPSON, 1987, p. 12).

Marx (2011) em 18 Brumário de Luís Bonaparte, citando os camponeses franceses também apresenta algumas reflexões sobre a formação das classes.

Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma (MARX, 2011, p. 142-143).

Marx (2011) destaca a formação da classe a partir das desigualdades econômicas entre os camponeses franceses. Todavia, o autor também apresenta o “modo de vida”, os “interesses” e a “cultura”, como novos arranjos definidores da classe social. Marx também destaca que é preciso a união dos indivíduos, união que deve transpor o lugar onde estão inseridos, é preciso uma coesão da identidade, dos interesses, da consciência de classe para se reconhecer como classe. Esses fatores dentre outros vão inflamar o agrupamento de indivíduos na formação de uma organização política, que vai lutar pelos interesses do grupo, a classe social.

O campesinato é, nesse contexto, uma classe social. Apesar de muitas vezes ser negado, ou apontado como uma classe "estranha", o “campesinato permanece como conceito-chave no campo brasileiro” (MARQUES, 2008, p. 58). Desse modo, ao contrário do que advoga uma vasta produção acadêmico-científica, o campesinato não se restringiu à Idade Média, tampouco se desintegrou na Idade Moderna, ao contrário, continua atual e permanente diante dos contrastes sociais e econômicos do mundo contemporâneo.

Conforme Bottomore (2013) o campesinato é um conjunto daqueles que trabalham na terra, possui meios de produção: ferramentas e a terra. Para diferenciar a classe camponesa de outros trabalhadores agrícolas o autor apresenta os seguintes aspectos:

Há pequenos agricultores ou fazendeiros que são proprietários ou arrendatários da terra e podem, dentro de limites, dispor dela, de seus produtos e do próprio trabalho da maneira que julgarem mais conveniente. Por outro lado, os servos, que constituem uma das classes fundamentais do modo de produção feudal na Europa, são trabalhadores presos diretamente à terra por relações coercitivas não econômicas. À proporção que as relações sociais de produção pré-capitalistas se foram desintegrando, os servos que continuaram na terra transformaram-se em um campesinato cujo acesso

à terra passou a se fazer igualmente por meios extraeconômicos, através de uma relação de dependência com um grande proprietário de terras (BOTTOMORE, 2013, 76).

Segundo Bottomore (2013) o campesinato que surge na Europa Ocidental, no período da Idade Média, era caracterizado pela relação de servidão com os proprietários dos meios de produção: a terra. O camponês era obrigado a pagar pelo uso da terra, “essa renda pode tomar a forma de pagamento em trabalho (o camponês deve trabalhar por períodos definidos nos campos do proprietário), de pagamento em espécie ou de um tributo monetário” (BOTTOMORE, 2013, p. 76). O camponês, nesse contexto, difere do trabalhador agrícola principalmente pela posse da terra, o principal meio de reprodução camponesa.

Desse modo, conforme Bottomore (2013, p. 76) o modo de produção camponesa “baseia-se na pequena produção de mercadorias, contendo apenas uma classe, e, portanto, caracteriza-se pela ausência de relações de exploração entre os próprios camponeses, cuja produção tem sua organização baseada na unidade familiar”. A busca por “mais-valia” não é realidade dentro do campesinato (MOURA, 1986). Os populistas (narodniks) eram criticados por defender essa economia não capitalista, todavia, autores contrários a essa interpretação defendiam que cedo ou tarde o campesinato cederia, e a expansão do capitalismo no campo se tornaria realidade em todos os lugares.

Kautsky (1980), um dos principais pensadores do marxismo do final do século XIX e início do século XX, interpretava a classe camponesa como conservadora e desprovida de ardor revolucionário. Em sua obra “A Questão Agrária”, o autor discute o expansionismo do capitalismo no campo alemão, analisando a incorporação do capital à agricultura. Também apontou para o fim do campesinato, prevendo sua desintegração diante da consolidação do capitalismo no campo. “Só a indústria capitalista se reveste de tão grande superioridade, de molde a eliminar rapidamente a indústria doméstica do camponês que produz para seu próprio uso” (KAUTSKY, 1980, 13). Ainda de acordo com Kautsky, 1980:

O camponês deixa de ser, pois, senhor na sua exploração agrícola. Esta se torna um apêndice da exploração industrial, por cujas conveniências deve orientar-se. Ele se torna um operário parcial da fábrica. Frequentemente, também, cai sob a dependência técnica da exploração industrial, na medida em que esta, como já observamos, lhe fornece forragem e esterco (KAUTSKY, 1980, 160).

A expansão do domínio capitalista no campo tem como consequência a separação do camponês dos seus meios de produção. A descamponização resulta na vulnerabilidade e submissão do trabalhador à indústria, por isso, teria como fim, a desintegração do campesinato.

As interpretações de Kautsky (1980) são norteadas pelo caráter reformista. O autor evidencia que a revolução só seria possível após a incorporação social e política da sociedade ao modo de produção capitalista. Só após o fim das economias não-capitalistas através da sujeição do campesinato ao modo de produção capitalista que a sociedade poderia buscar de forma pacífica a superação desse sistema.

Kautsky deixa claro a dependência do camponês sobre a indústria urbana, “o camponês ia certamente ao mercado, mas unicamente para vender o sobejo do que produzia, e apenas comprava o supérfluo, exceto o ferro que empregava, aliás na menor quantidade possível” (KAUTSKY, 1980, 12). Ainda de acordo com o autor:

Quanto mais tal processo avançava, e mais se desagrega a indústria doméstica a que se dedicava primitivamente o camponês, tanto mais aumentava a sua necessidade de dinheiro, não apenas para comprar de coisas dispensáveis, e mesmo supérfluas, mas também para a comprar de coisas necessárias. Ele não pode mais lavrar a sua terra, não pode mais prover a sua manutenção sem dinheiro (KAUTSKY, 1980, 13).

Kautsky descreve o fim para os camponeses, que seriam obrigados a qualquer custo a se integrar à lógica produtiva capitalista, não como detentor de meios de produção, e sim, como vendedor da força de trabalho. Portanto, o desenvolvimento da indústria é apontado como “germe de dissolução da família rural primitiva”. Segundo Silva (2019, p. 228) “quando o camponês se inseria no mercado, para trabalhar fora de sua unidade familiar, dedicando mais tempo à essa atividade que às de autoconsumo, ele passava a vender sua força de trabalho em troca de salários”. Para Kautsky (1980) esse camponês passa a fazer parte do proletariado.

Kautsky (1980, p. 15) destaca que o modo de produção capitalista vai modificando gradativamente as realidades no campo e, na perspectiva do autor, essa realidade vai “transformando novas esferas de produção camponesa para o consumo pessoal em domínios de produção de mercadorias, aumentando das mais diversas maneiras a procura de dinheiro por parte do lavrador, substituindo o trabalho familiar pelo trabalho assalariado”. E, assim, mudanças do modo de produção capitalista ocorrendo na cidade influenciam e transformam a existência do camponês. Desse modo, o que permaneceu do campesinato na modernidade é tido como “restos” de modos de produção pré-capitalistas que se mantiveram até hoje.

Prosseguindo na mesma trajetória de análise, Lênin (1985) ao analisar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, também considerou a desintegração do campesinato. Lênin possuía uma perspectiva muito pragmática sobre os camponeses, definindo os camponeses como uma classe heterogênea e tinha como principais ideais a “proletarização dos camponeses”.

Conforme Lênin (1985, p. 113) o campesinato russo assemelhava-se à economia do tipo mercantilista, “o camponês está inteiramente subordinado ao mercado: depende dele tanto para seu consumo pessoal como para sua atividade, sem falar dos impostos”. Essa subordinação do camponês ao mercado é um ponto de convergência entre Lênin (1985) e Kautsky (1980), pois, ambos afirmam que o camponês não resistiria perante a sua dependência do mercado, já que o mercado é muito incerto para atender suas necessidades de reprodução social.

Nesse contexto, para Lênin (1985) todas as relações econômicas existentes no campesinato revelam a existência das contradições econômicas do tipo mercantilista e até mesmo capitalista, a saber:

O sistema de relações econômicas e sociais entre o campesinato (agrícola e comunitário) mostra a existência de todas as contradições próprias de qualquer economia mercantil e de qualquer capitalismo: a concorrência, a luta pela independência econômica, o açambarcamento da terra (comprada ou arrendada), a concentração de poder pela minoria, a proletarianização da maioria e a sua espoliação pela minoria que detém o capital comercial e emprega operários agrícolas (LÊNIN, 1985, P. 113).

O autor é incisivo ao destacar que a comunidade camponesa russa não é antagônica ao capitalismo, e sim, sua base mais sólida, a matéria principal para sua formação. O campesinato é a base pré-capitalista na formação do capitalismo no campo.

A partir do exposto, Lênin define três tipos de campesinato: “o campesinato rico, o campesinato pobre e o campesinato intermediário”. O campesinato rico é formado pelos camponeses que conseguiram resistir no campo, agregando terras, técnicas e formas de produção mais eficientes. Numericamente, essa burguesia do campo representa uma pequena parte do campesinato, “no entanto, considerando o papel que ela exerce no conjunto da economia camponesa, a parte dos meios de produção que detém e a parte dos produtos agrícolas que fornece, ela exerce uma predominância absoluta no campo” (LÊNIN, 1985, p. 116). Esse grupo concentra a grande parte da produção camponesa e consegue manter as relações mercantis com o capitalismo. Uma divergência presente entre Lênin e Kautsky é a forma de compreender o campesinato rico e o campesinato pobre. Enquanto o primeiro observa o nível de desenvolvimento técnico que tornasse a propriedade mais produtiva, o segundo observa somente a extensão da propriedade.

O segundo grupo é formado pelos camponeses pobres, incluindo também os que não possuem terras. Para Lênin (1985), esses camponeses são desprovidos de terras, vivem em total decadência e só conseguem se reproduzir socialmente transformando-se em proletários e vendendo sua força de trabalho. O seu representante típico, inclui o assalariado, o diarista, o

peão, etc. e por fim, o autor apresenta um tipo de “campesinato misto”. Esse grupo, conforme Silva (2019, p.) “detém terras, mas com uma pequena exploração, trabalhando ele mesmo e a família ou contratando com poucos assalariados (algo raro), que produz mais viveres do que necessidades”.

O terceiro grupo, o campesinato médio, oscila entre o grupo superior – em torno do qual gravita e no qual só uma pequena minoria de favorecidos consegue penetrar – e o grupo inferior – onde ocorre todo o processo de evolução social (LÊNIN, 1985). Para o autor, esse grupo é o mais próximo a ceder ao capitalismo, pois, como órbita entre os dois extremos não consegue se manter em nenhum dos grupos, assim, ocorria a eliminação do campesinato médio.

Para Marx (2011), o campesinato constitui uma classe conservadora, isolada em sua forma de produzir e que não seria capaz de buscar a revolução social almejada na Europa do século XIX, chegando a compará-los a um saco de batatas. Citando como exemplo o campesinato francês o autor destaca as particularidades dessa classe social: pequenos proprietários, com produção familiar autossuficiente, isolada nacionalmente e também localmente. Assim, conforme destaca Cunha (2012, p. 25) “seu modo de produção o isolava, em vez de criar um intercâmbio mútuo”. Por essa razão, também advertiu para a desintegração gradativa do campesinato, sobretudo, diante de sua condição de existência.

As análises dos pensadores clássicos é um exercício de reflexão sobre os desdobramentos do campesinato no campo ao longo do desenvolvimento das sociedades. Ambas as previsões não foram concretizadas. Pois, conforme Mendras (1978, p. 43), “assistimos à “campesinização” de um continente como a África, a uma “recampesinização” da Ásia e a um reforço dos campesinatos latino-americanos: paradoxalmente, jamais houve, pelo mundo, tantos camponeses quanto hoje”.

Outro autor que merece destaque é Tchayanov (1924), que assumiu uma postura contrária à Kautsky e Lênin. O autor desenvolveu interesse em outro aspecto da economia, a agricultura. Conforme o autor, era preciso direcionar os estudos para as economias não-capitalistas. Seus estudos apontavam que os camponeses seguiam uma forma de organização econômica diferente dos modelos capitalistas urbanos. “Teórico, antes de mais, da exploração camponesa familiar, isto é, exploração que não compraria e nem venderia senão excepcionalmente força de trabalho assalariado” (CHAYANOV, 1924, p. 478). O referido autor destacou a importância da família e da produção autossuficiente no campesinato. Criticou veemente o marxismo que direcionava interesses somente à classe operária industrial como únicos agentes de transformação social.

Segundo Chayanov (1924), a economia camponesa tem como base de sustentação o trabalho familiar. A família camponesa trabalhava de maneira a suprir suas necessidades de sobrevivência. Diferente do que ocorre em economias capitalistas, cujo objetivo é a obtenção do lucro. “Numa exploração com base no trabalho familiar, a família, equipada de meios de produção, utiliza a sua força de trabalho para cultivar o solo e obtém como resultado do trabalho de um ano, uma certa quantidade de bens” (CHAYANOV, 1924, P. 481). Dessa produção, o camponês comercializa o excedente para suprir as necessidades dos bens não produzidos pela família. Esse produto do trabalho é o único bem possível de rendimento para a família, na sua composição não estão incluídos itens essenciais ao cálculo capitalista como lucro, salário e juros, portanto, é impossível aplicar cálculo capitalista na produção camponesa.

Desse modo, as teorias dos economistas liberais e dos marxistas do século XIX, de que a agricultura iria submeter-se às leis da indústria e o campesinato cederia lugar à agricultura moderna não se concretizaram, pois, ao serem ameaçados os camponeses recriaram estratégias de sobrevivência. Assim, o campesinato é uma classe social do capitalismo, necessária à sua reprodução, ainda que contraditoriamente.

Shanin (1979) destaca a diversidade de definições para o campesinato. O leque de trabalhos produzidos desde o início do século XX sinaliza sua importância e contribuição no tocante ao entendimento da questão agrária. Assim, de acordo com as teorias do autor, “o campesinato é formado por pequenos produtores agrícolas que, com a ajuda de equipamentos simples e do trabalho de suas famílias, produzem principalmente para consumo próprio e para cumprir suas obrigações com os detentores do poder político e econômico” (SHANIN, 1979, p. 215-216, tradução nossa<sup>13</sup>). O campesinato, nesse contexto, é caracterizado principalmente pelo uso do trabalho familiar e como objeto de reprodução da classe. “O camponês não realiza um empreendimento no sentido econômico, ele sustenta uma família e não uma empresa” (WOLF, 1976, p. 14).

Conforme Mendras (1978), o camponês trabalha na terra para alimentar sua família e dela retirar meios para sua reprodução. Portanto, para compreender o campesinato é preciso compreender, principalmente, a família camponesa. Na definição de Mendras (1978), a família é: “unidade indissolúvel do grupo doméstico e de seus membros, que são ao mesmo tempo produtores e consumidores, e o fato de que a terra, do ponto de vista da economia do grupo, é

---

<sup>13</sup> El campesinado se compone de pequeños productores agrícolas que, con la ayuda de equipo sencillo y el trabajo de sus familias, producen sobre todo para su propio consumo y para el cumplimiento de sus obligaciones con los detentadores del poder político y económico (SHANIN, 1979, p. 215-216).

um meio de vida e não um capital que deva ser rentabilizado” (MENDRAS, 1978, p. 48). No campesinato, a família e a terra são elementos centrais da reprodução camponesa. A terra não é monetizada, ela é a base material de sustentação do grupo familiar. A família não é uma empresa, é uma organização que busca meios de reprodução social através do trabalho na terra.

Moura (1986) define o campesinato como “modo de vida”. A autora afirma que: “o camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza. A céu aberto, é um observador dos astros e dos elementos. Sabe de onde sopra o vento, quando virá a primeira chuva, que insetos podem ameaçar seus cultivos [...]” (Moura, 1986, p. 10). Nesse sentido, o campesinato não se restringe ao processo de produção agrícola, envolve também as formas de viver do camponês: o trabalho familiar, uso coletivo dos meios de produção, relações de vizinhanças pautadas na ajuda mútua, engloba também a identidade, as práticas sociais e culturais, os valores e costumes, aspectos caros nessa forma tão singular de organização social.

Ainda de acordo com Moura (1986), a classe camponesa continua viva nos dias de hoje e provavelmente continuará existindo por muito tempo. Esse fato é decorrente das diferentes formas de recriação do campesinato, mesmo que o sistema capitalista se aproprie da terra e exerça dominação em diferentes instâncias da sociedade, não será capaz de erradicar o campesinato inteiramente, pois dele tem também necessidade (LUXEMBURG, 1985). Entre outras palavras, os processos sociais que viabilizam a existência do campesinato têm sido mais expressivos e fortes do que aqueles que o levam à extinção.

Todavia, é válido destacar que a resistência não implica dominação ou ganho de poder por parte do campesinato, e sim, a oposição, aos ditames do capital, pois, conforme destaca Moura (1986, p. 16) “em qualquer tempo e lugar a posição do camponês é marcada pela subordinação aos donos da terra e do poder, que dele extraem diferentes tipos de renda: renda em produto, renda em trabalho, renda em dinheiro”. Nesse sentido, essa é a própria contradição camponesa, inserir-se numa classe à qual é antagônica.

Mendras (1978) ao situar a economia camponesa no modo de produção capitalista, apresenta-o como uma “economia envolvente”. Conforme o autor, o campesinato passa a fazer parte de uma economia mais ampla, dominante. E, ao mesmo tempo, procura se proteger e dela utilizar-se em seu proveito. Portanto, apesar de contraditório, a integração do campesinato nesse sistema maior (capitalismo) é uma forma do próprio sistema buscar sua reprodução. Enquanto o camponês, tem uma única preocupação, a manutenção de seu gênero de vida e a continuidade de sua família ou grupo doméstico.

Mota e Zarth (2008) também compreendem o campesinato como uma força opositora ao capitalismo, sobretudo, na contemporaneidade. Os autores consideram a participação dos camponeses junto ao mercado (locais, regionais, nacionais e internacionais) como forma de resistência e reprodução social. Também identificam a propriedade dos meios de produção e o trabalho familiar na organização camponesa. Para além da perspectiva econômica, os autores citados também apontam a importância dos aspectos culturais no campesinato. Desse modo, a forma de produção e organização da propriedade camponesa, também incorporam referências de gestão produtiva, segundo valores sociais dos indivíduos, modos de agir, “socialização dos filhos, a construção de diferenciados projetos de inserção das gerações” (MOTA e ZARTH, 2008, p. 08).

A partir do exposto, compreendemos o campesinato como uma força divergente do modo de produção capitalista. É uma classe composta por “poliprodutores” (MOTA e ZARTH, 2008) de alimentos que através do trabalho familiar na terra busca o seu sustento e do grupo familiar. A produção camponesa é norteadada por relações não capitalistas e o trabalho não objetiva o lucro. Concordamos com Diniz (2010, p. 40) ao falar do esforço camponês, sobretudo, “para construir um lugar familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores”. Assim, a pequena propriedade camponesa é um mecanismo de resistência e superação da lógica exploratória capitalista.

### 3.2 Breves considerações sobre o campesinato no Brasil

Encontramos aqui uma tarefa árdua e extremamente desafiadora – tecer reflexões sobre o campesinato brasileiro. Para iniciar nossa reflexão é preciso considerar que o termo “campesinato”, conforme apontou Martins (1983), foi transplantado do modelo europeu do século XIX para enquadrar e explicar as lutas no campo brasileiro. De tal modo, as interpretações do campesinato brasileiro foram norteadas por um entendimento estrangeiro do termo.

Destarte, consideramos equivocadas as interpretações do campesinato somente a partir da ocupação portuguesa. Pois, é preciso considerar que as origens do campesinato latino-americano são profundas; anterior ao período colonial. Conforme Albuquerque (2008, p. 27), “os índios não eram camponeses, mas não é possível falar de campesinato nesse continente sem, com justiça, um reporte às suas matrizes indígenas.

Stédile (2012) analisou pesquisas com indícios de populações no Brasil há mais de 50 mil anos. Os relatos históricos apontam para grupos de populações (famílias, tribos, clãs) que viviam de forma nômade nesse território dedicando-se basicamente à caça, à pesca e à extração de frutas, dominando parcialmente a agricultura. Nesse período, destaca Stédile (2012, p. 20):

Como a natureza era pródiga no fornecimento dos alimentos para suas necessidades básicas, os povos de nosso território pouco desenvolveram a agricultura. Domesticaram apenas algumas plantas existentes na natureza, em especial a mandioca, o amendoim, a banana, o abacaxi, o tabaco; muitas frutas silvestres também eram cultivadas. Essas tribos, em 1500, já cultivavam o milho, originário de outras regiões do continente, em especial da América Andina e da América Central, o que comprova a existência de intercâmbio e contato entre esses povos.

Ao longo dos anos, os povos nativos foram domesticando outros tipos de plantas e consolidando-se em aldeias com organizações sociais próprias. “Todos os bens da natureza existentes no território – terra, águas, rios, fauna, flora – eram, todos, de posse e de uso coletivo eram utilizados com a única finalidade de atender as necessidades de sobrevivência do grupo” (STÉDILE, 2012, p. 21). Assim, pode-se dizer que, os povos originários formavam um tipo singular de organização pré-camponesa.

Todavia, a ocupação portuguesa a partir de 1500 modificou as relações até então estabelecidas no campo brasileiro. A agricultura nascente foi alicerçada no modelo *plantation* europeu, com destaque para a monocultura da cana de açúcar e para as relações de trabalho escravo. Segundo Neves (2009, p. 308):

As colônias de *plantation* ... foram desde o início uma fonte de acumulação primitiva capitalista ...; embora não necessariamente para a própria mãe-pátria. No caso do Brasil, boa parte do excedente extraído eventualmente encontrou o caminho da Grã-Bretanha, em relação à qual Portugal, sobretudo depois de 1703, mantinha um *status* dependente semicolonial.

No bojo desse processo, surgiu o campesinato brasileiro, situado como foi descrito pela vasta literatura “às margens do latifúndio” (MARTINS, 1986), como uma “agricultura acessório” (PRADO JÚNIOR, 2004). No entanto, sabemos que a agricultura camponesa brasileira surgiu nas brechas da agricultura capitalista, mas, também, como um mecanismo de oposição às suas implicações no campo. Conforme Albuquerque (2009, p. 27), quando o mercado impôs sua hegemonia e a agricultura camponesa coexistiu com ele (por conveniência do sistema de *plantation* ou por ter se imposto a ele), “ela foi ampliada e se constituiu como alternativa para milhões de homens e mulheres que passaram a viver à margem ou na periferia do sistema”. Assim, a agricultura camponesa apontou como uma solução histórica que homens

e mulheres criaram para suprir suas necessidades de sobrevivência no período colonial. Segundo Andrade (1989, p. 14):

A formação do campesinato, não entendido como tipo feudal europeu, mas como grupos de pessoas pobres que se estabeleceu em terras não juridicamente apropriadas, mas com o consentimento do proprietário, para desenvolver culturas alimentícias para o próprio sustento, deu-se vagarosamente e persistentemente, desde o tempo da colonização.

Nesse modo, a formação do campesinato no Brasil ocorreu por intensos processos de lutas no campo. Segundo Martins (1983), nesse período, quem não tivesse sangue limpo estava excluído do sistema de propriedade das terras (sesmarias). Os indígenas que resistiram a toda violência decorrente da ocupação branca foram reduzidos à condição de escravos e obrigados a trabalhar nas fazendas. Os mestiços também foram impedidos do acesso à terra, os que se submeteram ao trabalho nas terras de grandes proprietários eram obrigados a pagar tributos aos donos das terras que trabalhavam.

De acordo com Martins (1983, p. 32), “um terceiro grupo veio engrossar e diferenciar o campesinato durante o período colonial: o dos excluídos e empobrecidos pelo sistema de morgadio, regime que tornava o primogênito herdeiro legal dos bens de um fazendeiro (MARTINS, 1983, p. 32). Portanto, o grupo excluído e empobrecido privado de suas heranças juntamente com os mestiços e indígenas formavam a massa de camponeses excluídos da posse de terras nesse período.

A abolição da escravatura ampliou a massa de camponeses pobres no campo brasileiro. Até o ano de 1850 não existia propriedade privada da terra no Brasil. Todavia, com a abolição da escravidão (1888) e com objetivos claros de impedir o acesso à terra aos escravos libertos, foi promulgada em 1850 a Lei nº 601, que normatizou a propriedade privada de terras no Brasil. A lei visava:

impedir que os futuros ex-trabalhadores escravizados, ao serem libertos, pudessem se transformar em camponeses, em pequenos proprietários de terras, pois, não possuindo nenhum bem, não teriam, portanto, recursos para “comprar”, pagar pelas terras à Coroa. E assim continuariam à mercê dos fazendeiros, como assalariados. A Lei nº 601, de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil (STÉDILE, 2012, p. 25).

A Lei de Terras impactou diretamente o campesinato brasileiro, pois, muitas terras que antes eram utilizadas por indígenas, quilombolas e posseiros foram confiscadas e distribuídas para grandes latifundiários. Esse mecanismo de coerção social obrigava os trabalhadores a sujeição do trabalho nas grandes propriedades. Conforme Andrade (1989), a abolição

intensificou a massa de pobres no campo. Pois, os escravos libertos por não disporem de terras para trabalhar, voltam aos engenhos e fazendas através do sistema de “morada”<sup>14</sup>.

Desastre, além de ser o último país a realizar a abolição, o Brasil não propiciou condições dignas de sobrevivência aos recém libertos. Conforme Martins (1983, p. 38) “o camponês era, portanto, duplamente excluído: da condição de proprietário de terras e da condição de escravo, já que não podia ser convertido em renda capitalizada do tráfico colonial”.

Desse modo, Martins (1983) e Stédile (2012) vão destacar duas vertentes antagônicas de campesinato no Brasil. Os camponeses-posseiros, caracterizados pela perambulação, buscando terras no interior do Brasil. E os camponeses-proprietários do sul, migrantes europeus que através de fortes campanhas do governo foram incentivados a imigrar e ocupar terras no sul do país. Todavia, a grande massa de camponeses que se encontrava em território nacional foi impedida de ter acesso à terra. Segundo Stédile (2012, p. 28) vieram

quase dois milhões de camponeses pobres da Europa, para habitar e trabalhar na agricultura nas regiões Sudeste e Sul, do Estado do Espírito Santo para o sul. A segunda vertente de formação do campesinato brasileiro teve origem nas populações mestiças que foram se formando ao longo dos 400 anos de colonização, com a miscigenação entre brancos e negros, negros e índios, índios e brancos, e seus descendentes. Essa população, em geral, não se submetia ao trabalho escravo e, ao mesmo tempo, não era capitalista, eram trabalhadores pobres, nascidos aqui. Impedida pela Lei de Terras de 1850 de se transformar em pequenos proprietários, essa população passou a migrar para o interior do país, pois, nas regiões litorâneas, as melhores terras já estavam ocupadas pelas fazendas que se dedicavam à exportação.

Os camponeses pobres sem acesso à terra migraram em direção às áreas interioranas do Brasil, sobretudo, para o interior do Nordeste, onde foram se dedicando a atividades de produção agrícola alimentar. Não tinham a propriedade privada da terra, mas a ocupavam, de forma individual ou coletiva, provocando, assim, o surgimento do camponês brasileiro e de suas comunidades.

Desse modo, os camponeses, tinham a responsabilidade de cultivar as terras e produzir alimentos para si e para a população. Essa classe não tinha a posse da terra, porém, através das relações estabelecidas com os proprietários, os camponeses poderiam utilizar as terras. Para Oliveira (2007, p. 41) a posse de terras é uma das características essenciais da produção agrícola camponesa. A terra é seu local de trabalho, onde encontra meio para reprodução familiar.

g) – *a propriedade da terra* – é, na unidade camponesa, propriedade familiar, privada para muitos, porém diversa da propriedade privada capitalista (a que serve para

---

<sup>14</sup> Para uma abordagem mais aprofundada sobre o sistema de Morada veja Heredia (1979), Andrade (1998) e Melo (1975).

explorar o trabalho alheio); na propriedade familiar se está diante da propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador, é terra de trabalho, é propriedade do trabalhador, não é, portanto, instrumento de exploração; nesse particular, três situações podem-se colocar para o camponês: ele ser *camponês proprietário*, ser *camponês-rendeiro* (pagar renda para poder ter acesso à terra), ou ser *camponês-posseiro* (recusar-se a pagar a renda e apossar-se da terra) (OLIVEIRA, 2007, p. 41).

A partir do exposto, compreendemos que a luta da classe camponesa no Brasil ocorreu na terra e pela terra. Segundo Fernandes (2001, p. 01) a luta pela terra é uma estratégia desenvolvida pelos camponeses para entrar na terra e resistir contra a expropriação. “A resistência do campesinato brasileiro é uma lição admirável. Em todos os períodos da história, os camponeses lutaram para entrar na terra. Lutaram pela terra das mais diferentes formas, construindo organizações históricas”. Destarte, a busca incansável pelo acesso à terra, e isso inclui a luta pela reforma agrária e a redistribuição de terras em áreas rurais, muitas vezes em oposição aos grandes proprietários de terras, tem sido um objetivo perseguido por muitos grupos camponeses.

Nesse sentido, a presença plural em suas diversas formas de organização social e política camponesa (agricultores, coletores, extrativistas, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, etc.), bem como, nas diversas condições de posse de terras (proprietários, posseiros de terras públicas e privadas, meeiros, rendeiros, etc.), revelam a importância dessa classe em diversos espaços e em diferentes tempos para a sociedade brasileira.

O campesinato nordestino se desenvolveu em duas vertentes: os moradores que viviam nas terras às margens dos engenhos e fazendas, “cultivando produtos alimentares para o próprio sustento e pagando ao proprietário um foro em serviços ou em mercadorias produzidas” (ANDRADE, 1989, p. 16). E os parceiros e pequenos arrendatários, esses eram os brancos pobres livres, a grande maioria formada por agricultores que recebiam sítios para cultivar a terra e plantavam algodão, milho, feijão, fava, mandioca. Esses, “pagavam a renda da terra com uma contribuição fixada anteriormente, uma “clientela”, de dependentes dos proprietários, cujas ordens deveriam respeitar cegamente (ANDRADE, 1989, p. 16).

Esse camponês interiorizado foi reflexo da intensa concentração de terras nas áreas litorâneas. Esse fenômeno expulsou muitos indígenas e escravos para o interior dessa região. Conforme Neves (2009, p. 309) “a contrapartida era a criação de alternativas para a constituição de um campesinato tutelado no interior das fazendas, sob a forma de colonos ou moradores.

Se as *plantations* do litoral aglutinavam a efervescência da vida econômica e política, muitos dos trabalhadores adentravam-se optando por uma vida isolada ou marginal, por vezes redefinindo pertencimentos comunitários nas margens dos rios navegáveis

ou nos pequenos povoados, marcando assim a conquista e a apropriação nos termos dos apoios estratégicos às bandeiras ou à expansão da pecuária. A imobilização da força de trabalho no interior das fazendas contrapunha-se a alternativas criadas para constituição do (pequeno) sesmeiro, do posseiro ou intruso, formas toleradas como atividade complementar à economia mercantil exportadora (NEVES, 2009, p. 309).

Como foi possível demonstrar, o campesinato no Brasil é uma classe que resistiu aos diferentes mecanismos de extinção. As diferentes formas de campesinato que eclodiram nos diferentes espaços do país demonstram sua resistência e importância social, econômica e cultural em nossa sociedade. Se por um lado as *plantations* enalteciam uma classe oligárquica coronelista, no caso do Nordeste, por outro, o campesinato era reflexo das lutas do indígena, do negro, do pobre livre, no campo (TARGINO, 2002; MEDEIROS, 1989). Demonstrando a inconformidade com a organização social, econômica e política do país.

### 3.3. Formação do campesinato em Alagoas

A formação do campesinato de Alagoas, assim como no restante do país, foi decorrente da necessidade alimentar no período colonial. Conforme Albuquerque (2016), antes mesmo da instituição do sistema de moradia, os senhores de engenho tiveram de conviver com o desvio de parte de suas terras para a produção de alimentos, pois, a grande propriedade precisava alimentar-se. Assim, brancos e pretos foram alimentados com a pequena produção que surgiu margeando a *plantation*.

Desse modo, a pequena produção camponesa desenvolvida nas áreas de fronteira agrícola foi essencial para a formação da sociedade alagoana. Segundo Albuquerque (2016), compreender a formação do campesinato em Alagoas é deveras importante, não só pela sua resistência ao sistema de *plantation* implantado nos campos alagoanos, ou pela sua funcionalidade na produção de alimentos para as fazendas e também para as cidades, e sim, “para compreender como ela foi capaz de existir dentro de uma ordem social que a negava e, também, como isso foi decisivo para a formação do campesinato no Nordeste brasileiro e para o seu desenvolvimento enquanto fração da classe trabalhadora brasileira” (ALBUQUERQUE, 2016, p. 44).

Todavia, conforme destacou Lindoso (2019), a historiografia da classe camponesa em Alagoas foi realizada sob a perspectiva do homem branco e isso fez com que sua importância enquanto classe basilar fosse negligenciada. Pois, os olhares dos senhores de engenho buscaram sempre enaltecer uma sociedade perfeita e acabada, invisibilizando a presença do povo camponês nesse território. No entanto, “[...] a sociedade alagoana é uma sociedade composta

de classes sociais, que se estruturaram em aliança, em contradições e oposições” (LINDOSO, 2019, p. 54).

Destarte, Lindoso (2011) destaca três aspectos fundamentais na formação de Alagoas, a saber: *a*) criação do Quilombo dos Palmares; *b*) conquista do sertão; *c*) sociedade tutelada formada pelas *plantation*. Esses caminhos interpretativos ajudam a desmistificar as rasas interpretações que utilizaram a ocupação litorânea como único meio na formação de Alagoas.

Segundo Lindoso (2011), o Quilombo dos Palmares teve uma importância significativa na formação de Alagoas. O quilombo, localizado na região da Serra da Barriga, foi um dos maiores e mais duradouros do período colonial, existindo por mais de um século (século XVI e início do século XVIII). No quilombo, desenvolveu-se uma sociedade autônoma e igualitária, onde não havia a repressão de um povo sobre outro. O historiador também destaca que através da produção campesina o quilombo estabeleceu relações comerciais com a região, principalmente com a cidade de Recife, contribuindo para o desenvolvimento econômico da região.

Nesse sentido, é válido destacar que, enquanto no litoral a expansão da cana de açúcar monopolizava a propriedade fundiária, relegando a produção camponesa às suas áreas marginais (WANDERLEY, 1978), os indígenas e escravos encontravam nas áreas interioranas, sobretudo nos quilombos, condições ideais de sobrevivência. Assim, cabe destacar que o quilombo teve papel central tanto do ponto de vista histórico, como cultural e social na formação de Alagoas.

No tocante a formação do Sertão, segundo Lindoso (2011), esse território era pouco ocupado. Todavia, “[...] era um espaço ecumênico, pois, nele habitavam os índios que desciam para o Sul, em busca de umidade do São Francisco”. O índio, nômade, ainda não se fixava em nenhuma terra. O índio tinha a cultura do caminho. E sabia caminhar muito bem nos caminhos do sertão. “A tribo era a comunidade do índio que caminhava. Que parava para a caça e a coleta, e caminhava. Fazia moradia rústica, e depois a abandonava, e caminhava” (LINDOSO, 2011. P. 30). O índio sertanejo só parou de caminhar quando foi catequisado, quando virou vaqueiro. E quando parou de caminhar, veio o trabalho nas fazendas. “Aí o índio, quando o curraleiro lhe impôs o trabalho, passou a ser servo e escravo dos curraleiros. E, desse jeito, acabou o nomadismo do índio no sertão”.

Todavia, a resistência e a luta do índio sertanejo eram pulsantes nos diversos conflitos travados pela posse da terra. Segundo Albuquerque (2016, p. 66), “no século XVI já se tem notícias de conflitos cruéis nos quais os índios lutaram pela posse da terra e contra a

escravização. Desde os tempos mais primitivos, o elemento indígena ocupou as terras do Semiárido”. Desse modo, os indígenas e escravos fugidos (quilombos) vão compor os primeiros indícios do campesinato nas áreas interioranas de Alagoas, sobretudo, no semiárido. As lutas eram constantes e ocorreram desde o início da ocupação portuguesa. Todavia, como destaca Albuquerque (2016, p.77), “[...] no século XIX, o poder branco oligárquico nas margens do São Francisco já estava instituído, superando a duradoura resistência indígena”. Apesar de serem atacados, perseguidos e violentados de forma cruel, os povos indígenas resistiram bravamente nas terras do Semiárido.

De maneira geral, a formação do território de Alagoas foi um processo violento e de submissão. O latifúndio, de um lado, representava toda uma elite oligárquica coronelista e, do outro lado, um campesinato representado por indígenas, quilombolas e pobres livres, muitas vezes sujeito à dominação das oligarquias. Como destacou Albuquerque (2016, p. 17):

No Litoral, o latifúndio ocupou as terras indígenas e espalhou sobre elas grandes plantações de cana; a pequena propriedade tem sido historicamente audaz na disputa de espaço com o latifúndio, muitas vezes sua existência tem sido uma desfeita à monocultura. Nas demais regiões de Alagoas, há fortes sinais de que o processo foi outro: o campesinato chegou primeiro e ocupou importantes áreas. Nos vales dos rios Paraíba do Meio e Mundaú; nas serras de Palmares, Chã Preta, Atalaia, Anadia e Palmeira dos Índios; nas margens dos rios São Miguel, Coruripe, São Francisco e Ipanema; assim como nos vales úmidos do Semiárido, os pequenos proprietários excluídos da sociedade da plantation tiveram a primazia ou, há muito, disputam espaço com a grande propriedade. O latifúndio nem sempre abriu os caminhos, muitas vezes sua afirmação ocorreu pelo combate e encurralamento da cultura campesina.

A partir do exposto, compreendemos que a espacialização do latifúndio não foi homogênea em todos os recantos do território de Alagoas. Muitas vezes, incorremos no erro que a historiografia já vem corrigir, ou seja, atribuir a formação do estado unicamente ao desenvolvimento da cana de açúcar. Pois, é preciso considerar “outros coadjuvantes menores e até minúsculos que precisaram ser visibilizados” (COSME, 2019, p. 145). Portanto, nas três mesorregiões que compõem o território (Leste, Agreste e Sertão) houve o desenvolvimento do campesinato, até mesmo no Leste, onde houve a predominância do latifúndio da cana de açúcar.

Analisando a conformação das mesorregiões, o campo no Leste é marcado pela desigualdade no acesso e permanência na terra. O poder das oligarquias agrárias fez desse espaço o principal foco de investimentos. Conforme Albuquerque (2009, p, 29), “a presença da cana é tão preponderante em Alagoas que ainda hoje parece impossível pensar o Estado sem ela”.

Segundo Cosme (2019, p. 145), “essa dinâmica espacial da aliança do atraso – capital e propriedade capitalista da terra – em Alagoas [...]”, provocou a formação de uma sociedade hierarquizada nas relações de poder. Isso ainda hoje é refletido na organização social e política no Estado. No entanto, como destaca Cosme (2019), a proletarização do trabalhador não foi um processo absoluto. Mesmo com o predomínio do latifúndio houve nesse espaço o florescimento do campesinato, ou seja, pelo lavrador, “que tinha terra, mas moía sua cana no engenho do senhor, ou mesmo sem terra, plantava e moía a cana do mesmo modo, em terras daquele. Lá estavam presentes também os moradores, que ao bem prazer do senhor de engenho, recebia a autorização deste para fazer a sua moradia (choupana) e uma roça (COSME, 2019, p. 152)”.

Na mesorregião do Agreste o campesinato se desenvolveu ainda sob a sombra da cana de açúcar, porém, outras atividades são desenvolvidas, a saber: *I*) produção do algodão; *II*) produção do fumo; *III*) produção agropecuária (bacia leiteira do estado). Pode-se dizer que, nessa região, o campesinato foi mais desenvolvido. Na mesorregião do Sertão alagoano, a presença do latifúndio se desenvolveu de maneira mais tímida. “Na forma de grandes fazendas – os currais de gado –, de produção de algodão e espaços pontuais de exploração da cana-de-açúcar como no município de Água Branca” (COSME, 2019, p. 152). Ainda conforme o autor citado, “por receio das ocupações de terras e de seus imóveis serem declarados como improdutivos, muitos proprietários dividiram seus latifúndios entre seus familiares, uma estratégia para burlar a lei e contra a luta pela reforma agrária”. De acordo com Albuquerque (2016, p. 31):

No Sertão e no Agreste, a terra é mais bem distribuída e por isso as duas regiões são mais justas. Entretanto, tal constatação precisa ser melhor apurada. As vantagens econômicas e sociais do Semiárido despontam quando a região é comparada às regiões da Zona da Mata e do Litoral que são profundamente injustas e desiguais, isso não quer dizer que o Semiárido é exemplo de justiça social. Um esclarecimento importante é que nada disso é obra do acaso ou resulta de um imprevisto histórico qualquer. Por razões conhecidas, os conflitos deslocados da zona canavieira para o Semiárido, somados à tradição de luta dos índios, forçaram uma configuração de apropriação menos desigual da terra e, conseqüentemente, uma sociedade menos hierarquizada na região. O encontro dos perseguidos e alijados socialmente do sistema de plantation (negros e pobres livres) com os oprimidos pelo sistema do curral (índios, negros e agregados) constituiu-se num evento de grandes significados.

Em síntese, o autor explica que no Sertão e no Agreste, as terras são mais bem distribuídas, o que resulta em uma maior justiça social nessas regiões. No entanto, o autor ressalta que essa constatação precisa ser melhor investigada. Pois, existem mecanismos utilizados pelos grandes proprietários de terras para burlar a real situação agrária desse território.

Conforme Albuquerque (2019, p. 75), é preciso olhar esse território para além do que está posto, é preciso desconstruir o discurso hegemônico que só percebe a grande propriedade, a criação de gado e a produção de carne. “Índios, negros e levas de camponeses pobres tiveram presença marcante desde os primeiros movimentos de sua ocupação, produziram alimentos, tabaco, algodão, criaram animais diversos – e outras formas de existência –, consumiram, trocaram e venderam produtos e, ontem como hoje, marcaram e marcam a vida da região”.

#### 3.4. A produção camponesa da mandioca em Água Branca-AL

*“Começarei a cantar a raiz concedida aos povos do Brasil por dádiva dos deuses, da qual a terra mãe fornece aos seus filhos o sustento [...] (MELO e AMARAL, 1997, p. 73).*

Tem razão Melo e Amaral (1997) quando destacam a importância da mandioca na vida do povo brasileiro. Pois, antes mesmo da chegada dos europeus a essa terra, esse tubérculo já fazia parte da alimentação dos povos aqui existentes. Silva e Murrieta (2014) destacam que os ameríndios já haviam domesticado a mandioca há pelo menos 8.000 anos e no decorrer do tempo o cultivo da planta foi se espalhando por toda América do Sul, tornando-se parte da alimentação dos nativos.

Segundo Martins (1983) e Prado Júnior (2004), a mandioca desempenhou um papel crucial na alimentação da população existente no Brasil, presente na alimentação dos povos nativos (indígenas), agregando-se posteriormente à alimentação da população de imigrantes europeus e posteriormente à africana (escravizada). Para Silva e Murrieta (2014, p. 38):

(...) “há registros do século XVI – tanto secundários quanto em fontes primárias – sobre o uso e o consumo da mandioca em terras brasileiras, especialmente na capitania de São Vicente(...). O mesmo acontece nos séculos XVII e XVIII, época em que os viajantes, como Gaspar Barléu (1974), preocuparam-se em registrar a presença da mandioca entre populações indígenas e não indígenas. No século subsequente, os viajantes estrangeiros que por aqui estiveram também deixaram inúmeros relatos, incluindo neles suas observações sobre o cultivo e o uso da mandioca, além de sua importância para os habitantes da província de São Paulo.

Conforme destacam os autores, a história do Brasil também se fez pelas vias da mandioca. Pois, foi através da colonização que essa atividade aumentou significativamente, tornando-se um dos tubérculos mais cultivados nos primeiros anos da ocupação. Segundo Prado Júnior (2004), essa raiz foi a base da alimentação vegetal da colônia e seu cultivo dar-se-á em toda a parte. Depois da mandioca, o milho, o arroz e o feijão seguem na lista das culturas alimentares mais significativas nesse período.

Parreiras (2007) é enfático ao afirmar que a mandioca teve grande importância para o Brasil. “Mais do que qualquer outra cultura, talvez possa ser considerada a lavoura símbolo da nossa nacionalidade, embora não apareça nas aulas de história do Brasil com o mesmo destaque da cana-de-açúcar e do café” (PARREIRAS, 2007, p. 136). Além disso, a mandioca é uma das culturas agrícolas mais antigas e ainda hoje é a base da alimentação de parcela considerável da nossa população, principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

Na dimensão política, “[...] em 1824, quando o Imperador Dom Pedro I outorgou a Primeira Constituição do Brasil, estabeleceu-se que só podiam votar os indivíduos possuidores de renda superior ou igual a 150 alqueires de mandioca, daí o apelido de Constituição da Mandioca”. Desse modo, ao lado da cana, do algodão e do café a mandioca foi importante para a economia do Brasil. Segundo Melo; Amaral (1997, p. 75) a mandioca é um

[...] arbusto digno de ser lembrado antes que as demais plantas, cuja raiz alimenta os homens e substitui o trigo, já que a terra (em outras coisas fecunda) o trigo negou. Ela é de tronco frágil e, com muitos nós, reparte-se em vários braços: na parte superior, verdejam folhas divididas em raios que, pela bela disposição, assim com outras tantas estrelas, coroam os extremos dos ramos. Ela também se veste das suas flores; destas, porém, não produzem quaisquer frutos; é rica somente pelas raízes e esconde as suas no chão profundo.

As reflexões do autor corroboram a importância dessa cultura agrícola para a sociedade brasileira. Um primeiro aspecto a ser considerado é o fato da raiz servir como alimento principal para o homem. Como destaca o autor, se falta o trigo utiliza-se a farinha de mandioca e seus derivados. O segundo aspecto é a resistência e adaptação da raiz às adversidades de solos e climas no Brasil. Assim, seja no Sul ou no Nordeste a mandioca consegue se adaptar e produzir. Pois, essa raiz se especializou em todas as regiões do Brasil, no semiárido, por exemplo, existe produção da mandioca em diversos espaços, isso demonstra a resistência e fácil adaptação em qualquer parte do país.

No século XVIII, com o crescimento dos núcleos urbanos, diversas crises relacionadas à insuficiência alimentar começaram a eclodir no Brasil, isso era resultado da secundarização atribuída à mandioca. “Esse declínio é particularmente espantoso frente ao expressivo papel que a mandioca desempenhou no sucesso da colonização portuguesa e, por conseguinte, na formação socioeconômica e cultural do país, especialmente entre os grupos camponeses” (SILVA e MURRIETA, 2014, p. 38). O fato da atividade mandioqueira no Brasil ocorrer concomitante ao desenvolvimento da cana de açúcar, fez com que os proprietários de terras se interessassem somente pela produção da cana para a exportação.

Segundo Prado Júnior (2004), o açúcar encontrava-se em ascensão e com preços vantajosos, isso, fez com que os esforços dos produtores fossem direcionados para sua produção. Desse modo, havendo pouco interesse na produção da mandioca, a colônia passou por longos períodos de crises de alimentos. Buscando reverter a situação a Provisão do Conselho Ultramarino de 24 de abril de 1642, determinava que estava facultado “aos moradores do Brasil semear gengibre e anil, em terras que não sejam próprias para plantação da cana, porém estavam obrigados a plantar mandioca em outra igual porção de terreno; podendo navegar aqueles gêneros para este reino, pagando os competentes direitos”. O referido decreto reforça a importância da mandioca para a formação do Brasil. A mandioca era fonte de alimentos para populações no campo e na cidade, seus derivados (farinha, goma) eram utilizados como fonte nutricional, sobretudo, pelos camponeses pobres.

Em Alagoas, desde a colonização o maior destaque sempre foi a produção da cana de açúcar. No entanto, nas margens do latifúndios, surgiu um campesinato dedicado à produção da mandioca. A interiorização da produção ocorreu na medida que os indígenas e negros, ambos perseguidos pelos colonizadores, começaram a ocupar as terras do Agreste e do Sertão alagoano. Desse modo, a disseminação da mandioca no estado de Alagoas é decorrente, principalmente, da criação dos quilombos no Agreste e da ocupação das serras úmidas no Sertão.

Destarte, as atividades produtivas no tocante à produção, beneficiamento e comercialização da mandioca, além de proporcionar uma valiosa fonte nutricional, também é símbolo de resistência de índios e negros camponeses sob a dominação da grande monocultura. Lindoso (2019) caracteriza essa resistência como a “brecha camponesa”, ou seja, formas de resistir ao processo homogeneizador do capital no campo. O termo foi cravado pelo autor para “designar as atividades econômicas que fogem ao sistema de plantation escravista, tem por premissas: a economia de subsistência dos negros fugidos; a concessão ou usufruto de lotes para cultivos de subsistência aos escravos não-domésticos” (LINDOSO, 2019, p. 134).

Segundo Lindoso (2019), a produção da mandioca e a transformação em farinha e outros derivados foi fundamental para a formação de Alagoas. A farinha de mandioca, conforme o autor, é o alimento básico do campesinato. Sua presença na alimentação das populações rurais é bastante difundida, ou seja,

a farinha de mandioca comida seca, jogada em bocados com a mão à boca, e acompanhado um pedaço de carne assada - de caça, ceará ou charque, carne de sol de sertão, carne de vento, peixe seco, de marisco, de peixe moqueado, de feijão ao tempero. Com a farinha de mandioca se faz o mingau para o doente, para o convalescente e é também, servida ao prato fundo, o caldo grosso de sustento (LINDOSO, 2019, p. 223).

Essa citação descreve a importância e versatilidade da farinha de mandioca na alimentação do povo alagoano. Como disse Amaral, a mandioca é um presente ao povo brasileiro e, como enfatizou Lindoso (2019), encontra-se na dieta alimentar e na nutrição das diversas populações rurais em Alagoas. Assim, a mandioca é raiz símbolo de resistência, adaptabilidade e fonte de vida para os indivíduos que, muitas vezes, sobrevivem apenas de produtos derivados dessa importante raiz.

Em Alagoas, a mandioca ganha relevância, principalmente, por ser cultivada em todas as partes do estado. A raiz é cultivada tanto para alimentação humana, quanto para utilização na criação de animais para corte, principalmente, bovinos. Apesar do estado não ser destaque na produção nacional, junto com os demais estados do Nordeste e Norte compõem, as regiões que mais produzem mandioca, possuem juntas aproximadamente 61,18% da produção nacional de mandioca (t) em 72% das áreas cultivadas (ha) e, por esse motivo, detêm as maiores produções nacionais (EMBRAPA, 2017).

A mandioca, seja ela produzida no Nordeste ou em Alagoas, tem por base a pequena propriedade rural. O sistemas de beneficiamento da mandioca em grande parte não apresenta tecnologias modernas, especialmente no processo de cultivo. Em Alagoas, o cultivo da mandioca está distribuído por todo o estado, constituindo uma das principais atividades agrícolas. Segundo dados do IBGE (2023), a quantidade de mandioca produzida no estado em 2022 foi de 569.894 toneladas, ocupando uma área de 37.735 hectares, cultivada em 20.044 estabelecimentos. Na Tabela 5 temos um levantamento com os 10 municípios que mais produzem mandioca no estado de Alagoas.

Tabela 5 - Os 10 municípios maiores produtores da mandioca em Alagoas (2020)

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>TONELADAS (t)</b>	<b>MESORREGIÃO</b>
Teotônio Vilela	85.680	Leste Alagoano
Junqueiro	80.500	Leste Alagoano
São Sebastião	40.300	Agreste Alagoano
Arapiraca	32.500	Agreste Alagoano
Girau do Ponciano	27.126	Agreste Alagoano
Limoeiro de Anadia	33.000	Agreste Alagoano
São Luís do Quitunde	21.300	Leste Alagoano
Maragogi	16.040	Leste Alagoano
Taquarana	12.780	Agreste Alagoano
União dos Palmares	10.900	Leste Alagoano

Fonte: IBGE – (2022).

Organização dos dados: O autor.

Apesar de ser uma atividade distribuída em todo o estado de Alagoas, a região que mais se destaca na produção da mandioca é o Agreste alagoano, onde se encontra aproximadamente 60% da área cultivada (IBGE, 2017). O Leste também é bastante expressivo na produção da mandioca, conforme dados informados na Tabela 05 é no Leste que está localizado o município Teotônio Vilela, maior produtor estadual da mandioca. Outros municípios também se destacam, como: São Sebastião, Junqueiro, Arapiraca, Girau do Ponciano, Limoeiro de Anadia, São Luís do Quitunde, Taquarana e outros municípios. Contudo, é preciso considerar que na mesorregião do Sertão Alagoano também existe em escala menor a produção da mandioca. É o caso, por exemplo, de Água Branca, Sertão de Alagoas.

No tocante ao uso da mandioca, conforme destaca Santiago (2015, p. 01) “o aproveitamento das raízes de mandioca na fabricação de farinha constitui-se na principal forma de utilização. Entretanto, nos últimos anos vem sendo aproveitada como integrante de rações para alimentação animal”. Desse modo, em Alagoas, o beneficiamento da mandioca e transformação em farinha seca é uma das principais formas de utilização dada ao tubérculo.

No município de Água Branca, o cultivo da mandioca ocorre na área do brejo de altitude. A produção da mandioca nos séculos XVIII, XIX e XX ocupava um lugar secundário na produção agrícola do município, pois, o destaque era o cultivo da cana de açúcar. A cidade de Água Branca ainda no século XX era circundada de canaviais. Nesse período, os engenhos faziam o beneficiamento da cana para a produção de rapadura, principal produto comercializados nas feiras da região.

Todavia, a modernização da atividade açucareira na Zona da Mata alagoana fez com que o açúcar refinado ocupasse o lugar da rapadura na alimentação da população. Desse modo, a atividade açucareira perde forças na produção agrícola. Com o fim do ciclo do açúcar, a produção da mandioca ganha mais destaque, tornando-se um dos principais produtos da agricultura alimentar.

A produção camponesa da mandioca é realizada por pequenos agricultores, quilombolas e indígenas. A produção ocorre em pequenas propriedades rurais e é caracterizada sobretudo pelas relações de trabalho familiar. Conforme dados do IBGE (2022), a produção municipal da mandioca atingiu em 2022 uma média de 2 000 toneladas. Na Tabela 6, temos uma sequência temporal com as médias anuais da produção da mandioca em Água Branca-AL.

Tabela 6 - Produção de mandioca em Água Branca-AL (2004-2022)

ANO	ÁREA PLANTADA (HA)	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)
2004	700	7 000
2005	580	5 800
2006	500	4 500
2007	500	7 200
2008	700	8 400
2009	560	6 500
2010	300	3 000
2011	260	2 600
2012	100	1 000
2013	100	1 000
2014	100	1 000
2015	195	1 950
2016	105	808
2017	97	770
2018	115	517
2019	114	1 184
2020	108	1 008
2021	140	1 302
2022	145	2 450

Fonte: IBGE (2022)

Organização dos dados: o autor.

Os dados presentes na Tabela 03 mostram a importância da produção da mandioca no município de Água Branca. É preciso considerar que essa atividade é desenvolvida por agricultores camponeses em pequenas propriedades. As relações de trabalho são familiares e a posse da terra segue acordos no sistema de meeiros e rendeiros. Também, podemos perceber uma oscilação na quantidade de mandioca produzida, isso decorre dos longos períodos de estiagem. Por fim, queremos destacar a importância da farinha de mandioca produzida em Água Branca e comercializada no mercado de feiras regionais. Através de pesquisa de campo, constatamos que a farinha de Água Branca é comercializada nos seguintes municípios de Alagoas: Mata Grande, Inhapi, Canapi, Delmiro Gouveia, Pariconha, Piranhas, também no município de Paulo Afonso (BA), e em Tacaratu (PE) e Petrolândia (PE).

Desse modo, a produção da mandioca tem uma significância para o estado de Alagoas. No território do Alto Sertão de Alagoas essa atividade serve como fonte de alimentos para as populações do campo e da cidade, bem como, é um meio de reprodução dos camponeses, pois, a comercialização da farinha e seus derivados gera um valor econômico para as famílias produtoras.

#### **4. ATIVIDADE MANDIOQUEIRA NOS POVOADOS SERRA DO CAVALO E PREGUIÇOSO EM ÁGUA BRANCA-AL**

Neste capítulo, analisamos os dados primários obtidos através da pesquisa de campo. Inicialmente, apresentamos uma breve historiografia da área de estudo (povoado Serra do Cavalo e povoado Preguiçoso). Para isso, utilizamos relatos orais dos moradores mais antigos dos povoados, resgatando como se deu o processo de formação desse território, principalmente, no tocante ao desenvolvimento da atividade mandioqueira. Posteriormente, analisamos as técnicas e tecnologias empregadas na produção da farinha de mandioca, buscando compreender o processo de modernização dessa atividade. E por fim, examinamos como a atividade mandioqueira desenvolvida na Serra do Cavalo e Preguiçoso tem contribuído para a conformação de território da esperança, colaborando assim para a manutenção do campesinato em Água Branca-AL.

##### **4.1. A produção camponesa da mandioca nos povoados Serra do Cavalo e Preguiçoso em Água Branca-AL**

A ocupação dos povoados Serra do Cavalo e Preguiçoso remonta ao século XIX, período em que o município de Água Branca fazia parte da sesmária de Paulo Afonso. De acordo com a investigação de campo, as primeiras famílias a ocuparem o espaço onde hoje se localizam os povoados Serra do Cavalo e Preguiçoso são oriundas do vasto território que compunha a sesmária de Paulo Afonso e também famílias oriundas do município de Viçosa, localizado na mesorregião do Leste Alagoano. Ao se estabelecerem no brejo de Água Branca as famílias encontraram as condições naturais favoráveis para o desenvolvimento de atividades agropecuárias, como o cultivo de feijão, milho e mandioca, bem como a criação de bovinos, caprinos e suínos.

O cultivo da mandioca foi a primeira atividade econômica desenvolvida nos povoados. Vinda originalmente do Agreste alagoano, a maniva da mandioca encontrou nos solos da Serra do Cavalo e Preguiçoso as condições ideais para sua reprodução. Desse modo, constatamos que a atividade mandioqueira foi extremamente importante para o desenvolvimento econômico e social dos povoados citados.

Outra atividade agrícola que também contribuiu para o desenvolvimento dos povoados foi a atividade canavieira (cultivo e beneficiamento da cana-de-açúcar). Conforme levantamento em campo, nas primeiras décadas do século XX foram construídos dois engenhos na Serra do Cavalo (Engenho de Lino e Engenho de Manoel Minervina) e um engenho no

Preguiçoso (Engenho de Zé de Santa). Os engenhos citados eram do tipo “banguê<sup>15</sup>” e funcionavam a tração animal com almanjarras (madeira que se prende aos bois) (Figura 10). O movimento circular realizado pelos animais fazia girar a moenda que prensava a cana, extraindo o caldo (garapa) para posterior produção do mel e outros derivados da cana.

**FIGURA 10 - ENGENHO BANGUÊ TRACÃO ANIMAL EM ÁGUA BRANCA, ANO 1921**



Fonte: Prefeitura Municipal de Água Branca (2023)

Disponível: <https://www.aguabranca.al.gov.br/a-historia/>

As atividades dos engenhos eram organizadas conforme as características a seguir: a) corte da cana-de-açúcar, realizado no dia de segunda-feira; b) transporte, realizado nos lombos de burros e também em carroças puxadas por bois; c) processamento da cana, realizado através das moendas com almanjarras. As formas de trabalho nos engenhos se davam em duas maneiras, a saber: 1) *trabalho alugado*: homens eram contratados pelos senhores de engenho para realizar o corte da cana, o transporte e também para o processamento da cana (moagem), em troca, recebiam uma pequena quantia em dinheiro pelo trabalho prestado; 2) *pagamento de renda da terra*: as famílias que trabalhavam nas terras dos proprietários de engenho, cultivando mandioca e outras culturas agrícolas, tinham que pagar a renda da terra, que se dava através do trabalho nos engenhos, seja no corte da cana, no transporte ou no processamento. Conforme Feitosa (2014, p. 29), trabalhadores livres e sem-terra que necessitassem dela para o plantio de culturas de subsistências, conhecidos como rendeiros, eram obrigados a participar da moagem e, a cada quinze dias, pagar em serviços pelo uso da propriedade [terra] rural.

<sup>15</sup> Os engenhos tipo “bangüê” eram movidos a tração humana, animal (engenho trapiche) ou rodas-d’água (engenho real) e produziam açúcar mascavo (demerara), que depois era submetido a um processo de alvejamento utilizando argila, destinado à exportação. Os engenhos que produziam rapadura para ser vendida no mercado interno eram denominados de enghococas. Disponível em: <http://www.museudouna.com.br/engenho.htm>.

Essa forma de pagamento era muito rentável ao proprietário do engenho, pois os camponeses tinham a obrigação de pagar a renda pelo uso da terra. Deste modo, muitas famílias foram obrigadas a trabalhar nos engenhos para garantir a sobrevivência familiar. Se não pagassem a renda ficava sem a terra para plantar a mandioca, o feijão e o milho. Conforme relatos do Entrevistado 01 (2023) *“quem não tinha terras, tinha que se sujeitar nas terras dos outros e ainda trabalhar no engenho para pagar a renda da terra, se não fizesse isso não sustentava a família”*.

O processamento da cana tinha duas finalidades, a produção da rapadura e do mel. A rapadura, nesse período, era muito utilizada para fins domésticos, principalmente, na alimentação do camponês, do vaqueiro, do índio, do quilombola, por isso, o constante aumento na produção. A rapadura e o mel produzidos na Serra do Cavalo e no Preguiçoso eram comercializados nas feiras-livres da região, porém, as populações que margeava os engenhos adquiriam os produtos no próprio local da produção. Segundo o entrevistado 2 (2023) *“era comum as pessoas irem comprar a rapadura e o mel no engenho, pois, era mais barato, e se comprasse muito tinha desconto. Naquele tempo era muito bom, era um tempo saudável”*. Todavia, a maior parte da produção era comercializada nas feiras de Água Branca, Pariconha, Delmiro Gouveia, Piranhas e em Tacaratu-PE. Conforme Melo (1988, p. 45):

Como se sabe, a rapadura difere do açúcar comum pelo seu sabor, sua forma de apresentação, sua consistência e suas qualidades nutritivas. A essas características, vincula-se o hábito tradicional do seu consumo por amplos contingentes populacionais dos sertões. Hábito que se originou na época em que as dificuldades de acesso embarçavam ou impediam a concorrência do açúcar de engenho banguê e de usina. Essa tradição alimentar, que permanece como parte integrante do complexo cultural de amplas áreas da hinterlândia nordestina, situa-se por trás de um mercado consumidor que assegura a sobrevivência das regiões produtoras ainda existentes.

A exposição de Melo (1988) indica como a rapadura tornou-se importante para as populações do interior nordestino. Uma rapadura que alimentava os camponeses, os vaqueiros, os indígenas, os quilombolas. Todavia, essa mesma rapadura era produzida com a exploração do camponês, tendo em vista as jornadas excessivas de trabalho que muitos trabalhadores eram submetidos. Jornadas que se iniciavam às 4 horas da manhã e seguia até às 18 h, contabilizando assim, mais de 12 horas de trabalho, no corte, no transporte, nas fornalhas, nas caldeiras, etc. e, em muitos casos, sem remuneração condizente com o esforço e a jornada de trabalho realizada. Portanto, a rapadura foi, nesse período, símbolo de riqueza e também de pobreza.

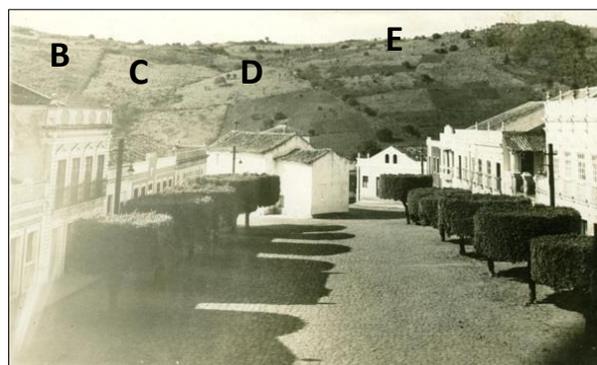
As atividades canavieiras espalharam-se por todo o brejo de Água Branca. Segundo pesquisa de campo, em meados do século XX, as serras do município eram tomadas de

canaviais (Figura 11 e 12) e cerca de 100 engenhos estavam em pleno funcionamento no município, indicando a importância dessa atividade econômica para o município.

**FIGURA 11 - CANAVIAIS EM ÁGUA BRANCA**



**FIGURA 12 - CANAVIAIS EM ÁGUA BRANCA**



Fonte: IBGE (2023). Adaptação: O autor  
Nota: A, B, C, D, E (plantação de cana de açúcar).

Segundo Feitosa (2014, p. 28), “Água Branca teve sua economia representada pela cana de açúcar, utilizada na fabricação de rapadura, mel e açúcar mascavo. Vários foram os engenhos e seus senhores”. A cana tornou-se monocultura em todo o município, sobretudo, nas áreas de brejo.

Todavia, a partir de 1950 e 1960 os engenhos existentes na Serra do Cavalo e em Preguiçoso começaram a reduzir sua produção. Dentre os principais motivos para o fim dos engenhos nos povoados citados destacamos: *a*) falta de modernização (compra de equipamentos modernos, estrutura adequada para produção e armazenamento, etc.), segundo Melo (1988) o processo da produção da rapadura era muito rudimentar e isso interferia na produção e também na qualidade do produto. Também é preciso destacar a falta de diversidade dos produtos, pois, os engenhos em geral produziam apenas mel e rapadura; *b*) escoamento da produção, pois, quando o açúcar produzido nas usinas começou a chegar nas áreas do interior do Nordeste a procura por rapadura para o consumo doméstico diminuiu. Sem escoamento para a produção, os donos de engenhos reduziram a produção, ao ponto de em 1960 interromperem totalmente as atividades nos engenhos.

Esses fatores, entre outros, foram aos poucos contribuindo para o fim da cana de açúcar nos povoados citados. O fim das atividades canavieiras também chegou em outras áreas do brejo, impactando e fechando dezenas de engenhos banguês em todo o município. Atualmente, apenas um engenho está em funcionamento, o engenho São Lourenço (Figura 13), localizado na cidade de Água Branca. O engenho foi fundado em 1920 pela família Brandão e através do

processo de modernização ainda desenvolve atividades no tocante a produção e beneficiamento das atividades canavieiras.

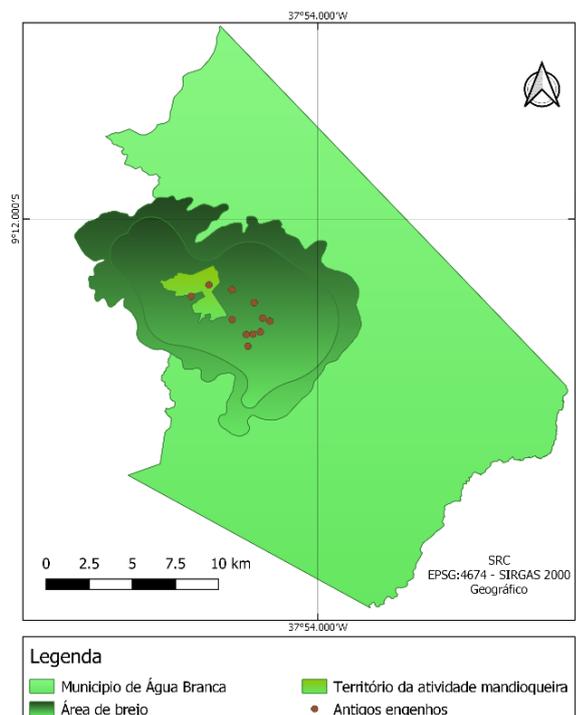
**FIGURA 13 - ENGENHO SÃO LOURENÇO, ÁGUA BRANCA**



Fonte: o autor (2023)

Através de levantamento em campo, conseguimos realizar um mapeamento da localização de alguns engenhos em Água Branca (Figura 14). Após nosso levantamento, constatamos que todos os engenhos se localizavam na área de brejo, isso se explica pela necessidade da proximidade dos engenhos aos canaviais e também pela abundância em água (fontes), tendo em vista que essa atividade demanda a utilização de grande quantidade de água.

**FIGURA 14 - LOCALIZAÇÃO DOS ANTIGOS ENGENHOS EM ÁGUA BRANCA-AL**



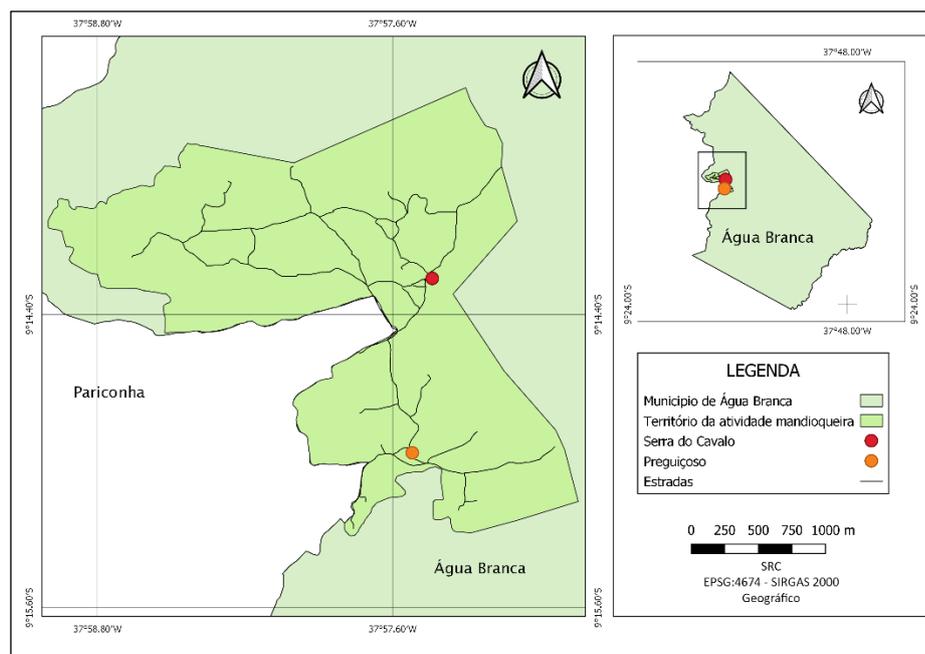
Dados coletados em campo / Software: Quantum GIS (QGIS)

A partir do exposto constatamos que a produção agrícola foi determinante para o surgimento dos povoados Serra do Cavalo e Preguiçoso. O trabalho na terra foi o principal mecanismo da construção dos povoados. Foi na terra que o camponês encontrou meios para sua sobrevivência e permanência. Foi através da mandioca, da cana, do feijão, do milho, que novas famílias foram se formando, novos objetos (casas, estradas, escolas, igrejas, etc.) foram construídos modificando o espaço, de modo, que o espaço antes ocupados por pequeno número de famílias, se transforma, e hoje é territorializado por milhares de famílias.

#### 4.2. Território da Atividade Mandioqueira

A pesquisa foi realizada no município de Água Branca, região oeste do estado de Alagoas. Os esforços foram direcionados para um recorte espacial mais específico: o povoado Serra do Cavalo ( $9^{\circ}14'14.40''S$  e  $37^{\circ}57'27.42''O$ ) e o povoado Preguiçoso, ( $9^{\circ}14'58.17''S$  e  $37^{\circ}57'31.14''O$ ) (Figura 15). O povoado Serra do Cavalo é formado por um conjunto de aglomerados rurais menores (Serra do Meio, Umbuzeiro, Serra dos Cordeiros, Umbuzeiro de Baixo, Fonte do Cavalo e Casa Nova) (Figura 16). Está localizado a 7 km de distância da sede municipal. A principal via de acesso ao povoado se dá pela AL-145.

**FIGURA 15 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DOS POVOADOS SERRA DO CAVALO E PREGUIÇOSO**



Fonte: Dados coletados em campo pelo autor (2023).  
Software: Quantum GIS (QGIS)

**FIGURA 16 - SERRA DO CAVALO, ÁGUA BRANCA-AL**

Fonte: O autor (2023).

Notas: A (Serra do Cavalo); B (Preguiçoso)

Conforme dados coletados na Unidade Básica de Saúde - UBS em 2023, o povoado Serra do Cavalo conta com aproximadamente 427 famílias, somando cerca de 1.475 habitantes. Segundo dados do Cadastro Único para Programas Sociais (2023) 271 famílias estão cadastradas e cerca de 197 recebem o Bolsa Família, um percentual de 72% do total de famílias cadastradas. O valor mínimo que as famílias recebem do Bolsa Família é de R\$ 600,00, podendo superar o valor de R\$ 2.000,00. Ainda segundo o CadÚnico, cerca de 175 famílias se autodeclararam como agricultores familiares.

No povoado existem duas escolas em funcionamento que ofertam da pré-escola até o 5<sup>a</sup> ano do ensino fundamental. Também conta com uma Unidade Básica de Saúde - UBS que atende a população da Serra do Cavalo e também do Preguiçoso. O abastecimento de água no povoado é estruturado com base no Programa Um Milhão de Cisternas<sup>16</sup>. Cerca de 95% das famílias do povoado foram atendidas pelos programas da ASA, primeira água, destinada ao consumo humano. E posteriormente cerca de 25% das famílias do povoado foram atendidas com o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2)<sup>17</sup>, segunda água, destinada à criação de animais e à produção de alimentos, assim, conseguem armazenar água da chuva no período chuvoso para usar no período de estiagem. Nos momentos de insuficiência pluviométrica, o

<sup>16</sup> Para o conhecimento mais aprofundado do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), veja a sua descrição feita pela Articulação do Semi-árido (ASA), disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc>. Acesso em 4 de dezembro de 2023.

<sup>17</sup> Para o conhecimento mais aprofundado do Programa Uma Terra Duas águas (P1+2), veja a sua descrição feita pela Articulação do Semi-árido (ASA), disponível em: [https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2#categoria\\_img](https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2#categoria_img). Acesso em 4 de dezembro de 2023.

sistema é complementado pela Operação Carro-Pipa, uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Regional e o da Defesa<sup>18</sup>.

O povoado tem uma pequena associação denominada de Associação Malhada Vermelha, com 17 agricultores associados. Também existe um pequeno banco de sementes com a participação de 20 camponeses<sup>19</sup>, o banco é utilizado para guardar as sementes crioulas que serão utilizadas em novos plantios.

O povoado Preguiçoso (Figura 17) localiza-se a 6 Km da sede municipal, o acesso principal também ocorre pela AL-145. Conforme dados da UBS (2023), o povoado conta com aproximadamente 72 famílias, somando cerca de 236 habitantes. Segundo informações do CadÚnico (2023) 67 famílias estão cadastradas no CadÚnico e 49 famílias recebem o Bolsa Família, o equivalente a 73% do total de famílias cadastradas. O valor mínimo que as famílias recebem do Bolsa Família é de R\$ 600,00, podendo superar o valor de R\$ 2.000,00. Segundo informações do CadÚnico, 37 famílias se autodeclararam como agricultores familiares. O povoado também dispõe de uma escola que ofertam da pré-escola até o 5º ano do ensino fundamental. O abastecimento de água também é realizado com o sistema de cisternas e complementado através de carro pipa. Cerca de 65% das famílias do povoado foram atendidas pelo Programa Um Milhão de Cisternas do Governo Federal (1ª água, destinado ao consumo humano). O povoado tem uma pequena associação denominada de Associação Rural Comunidade em Ação-ARCA, com 50 agricultores associados.

**FIGURA 17 - PREGUIÇOSO, ÁGUA BRANCA-AL**



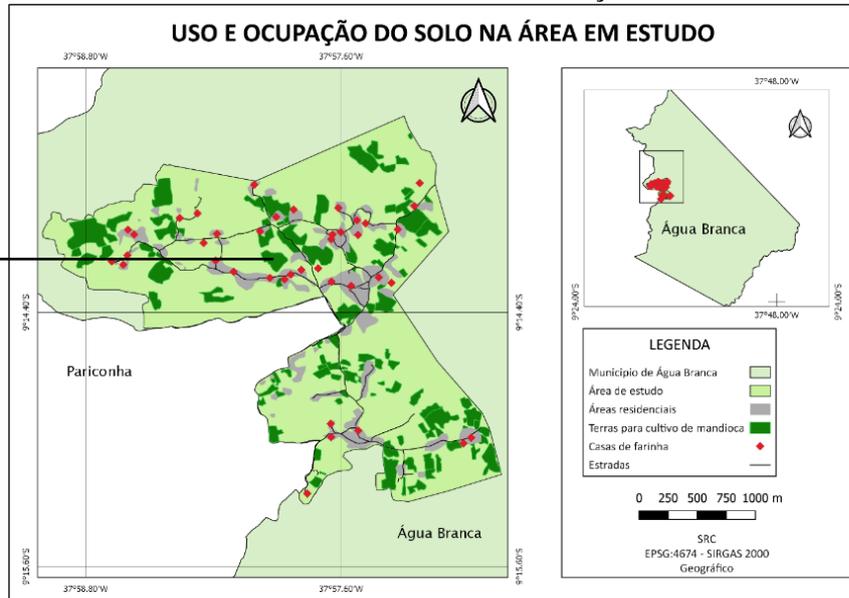
Fonte: O autor (2023).

<sup>18</sup> Uma descrição da Operação Carro-Pipa (OCP) está disponível no site <https://sedec.5cta.eb.mil.br/>. Uma análise crítica dessa Operação veja Carvalho Neto (2019).

<sup>19</sup> Sobre os bancos de semente veja Balensifer e Silva (2016). Balensifer, Pedro Henrique de Medeiros; Silva, Ana Paula de. Metodologia para formação de Bancos de Sementes. Recife: IAP, 2016. Disponível em: <http://www.ipa.br/novo/pdf/metodologia-para-formacao-de-bancos-comunitarios-de-sementes.pdf>

Ao realizar o mapeamento do uso e ocupação do solo (Figura 18) dos povoados Serra do Cavalo e Preguiçoso identificamos que o cultivo da mandioca é bastante expressivo. O elevado número de casas de farinha corresponde à alta demanda pelo processamento do produto. As figuras 19 e 20, respectivamente evidenciam uma parcela do cultivo da mandioca na Serra do Cavalo e na Figura 21 o cultivo no Preguiçoso.

**FIGURA 18 - MAPA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO**



Fonte: Dados coletados em campo pelo autor em 2023.  
Software: Quantum GIS (QGIS)

**FIGURA 19 - CULTIVO DE MANDIOCA NA SERRA DO CAVALO**

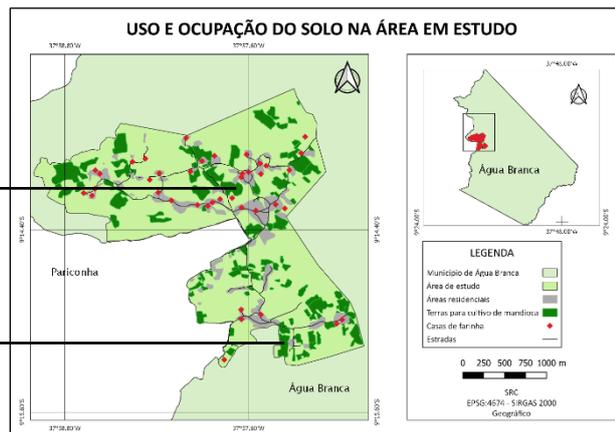


Fonte: O autor 2023.

**FIGURA 20 - CULTIVO DE MANDIOCA NA SERRA DO CAVALO**



Fonte: O autor. (2023)



**FIGURA 21 - CULTIVO DE MANDIOCA NO PREGUIÇOSO**



Fonte: O autor. (2023)

A produção agrícola nos povoados é advinda de três atividades principais: *a)* o cultivo da mandioca, destinada principalmente para a produção de farinha e goma; *b)* cultivo do feijão carioca e do milho, cultivados entre os meses de maio e setembro; *c)* pequenos cultivos agrícolas como: feijão andu, feijão de corda, fava, gergelim, etc. A pecuária nos povoados é pouco expressiva, existe uma pequena produção de bovinos, destinada à produção do leite e para o abate. Também existe a pequena produção de suínos, caprinos, ovinos, destinada ao abate.

#### 4.3. O Sistema mandioqueiro

##### **A) PERFIL DOS CAMPONESES**

Para traçarmos um perfil dos produtores camponeses da mandioca realizamos entrevistas com a participação de 39 produtores camponeses, sendo 25 do povoado Serra do Cavalo e 14 do povoado Preguiçoso. Entre os camponeses entrevistados, 56,4% eram do sexo masculino e 43,6% eram do sexo feminino. Por ser um trabalho que requer muito esforço físico, as atividades no campo, sempre foram tratadas como prioridade entre homens. Todavia, constatamos que na Serra do Cavalo e no Preguiçoso um grande percentual dos camponeses eram mulheres e todas desenvolviam alguma função na atividade mandioqueira. Esse dado revela as mudanças que vem ocorrendo em diversos segmentos da nossa sociedade. As mulheres passam a ocupar profissões que antes eram ocupadas somente por homens e isso tem possibilitado melhores condições de renda na unidade familiar.

Outra variável muito importante no tocante à inserção da mulher na produção da mandioca no território pesquisado, se dá pela migração sazonal de grande parte dos camponeses para o trabalho no corte da cana de açúcar em usinas de Alagoas e de Sergipe. Todos os anos entre os meses de setembro e março, cerca de 300 homens saem dos povoados Serra do Cavalo e Preguiçoso para trabalhar no corte da cana de açúcar. As usinas que mais recebem trabalhadores dos povoados são: Usina Coruripe Açúcar e Álcool S/A, localizada na região sul do Estado de Alagoas no município de Coruripe e a Usina São José do Pinheiro LTDA, localizada no município Laranjeiras no estado de Sergipe.

Desse modo, como alternativa para complementar a renda familiar, os camponeses passam parte do ano se dedicando à produção camponesa da mandioca, do milho, do feijão, do feijão de corda, do andu, etc. E a outra parte do ano se desloca para o trabalho no corte da cana de açúcar. A migração dura em média sete meses. Nesse período o agricultor visita sua família entre 7 e 10 vezes. Os trabalhos que antes eram realizados por toda a unidade familiar,

pincipalmente pelos homens, agora passam a serem desenvolvidos pela mulher, responsável por todos da família.

Conforme Shanin (2008), a resposta do campesinato às situações de crise nas quais os camponeses estão submetidos é complexa. Eles não ficam esperando que alguém traga a solução. Desse modo, “as soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas” (Shanin, 2008, p. 25). Assim, percebemos como os camponeses são resilientes e conseguem sair de situações adversas e continuar com sua reprodução camponesa.

Conforme Oliveira (2007) quando a unidade familiar não consegue encontrar em sua propriedade os meios necessários para o sustento da sua família, faz-se o uso do trabalho acessório. Ou seja, “é o meio através do qual o camponês transforma-se, periodicamente, em trabalhador assalariado, recebendo, via de regra, por período de trabalho; essa transformação periódica constitui uma fonte de renda monetária suplementar na unidade camponesa” (OLIVEIRA, 2007, p. 41). Desse modo, a migração sazonal é uma alternativa encontrada pelas famílias camponesas da Serra do Cavalo e Preguiçoso para a permanência no campo.

Em relação à faixa etária dos camponeses, houve oscilação entre as idades, entrevistamos jovens com 20 anos e também adultos com 70 anos. Para melhor compreendermos essa oscilação de idades organizamos em três grupos, a saber: no primeiro grupo, estão os camponeses com idades de 20 a 30 anos com um percentual de 5,5 %; no segundo grupo estão os produtores com idades de 30 a 60 anos com o percentual de 46,5% e por fim, o terceiro grupo, com idades de 60 a 70 anos com um percentual de 48%. Dos agricultores entrevistados, todos trabalham desde a infância realizando alguma atividade na produção da mandioca.

Os números evidenciam uma realidade constatada a nível municipal, ou seja, os jovens não estão se interessando pelo trabalho no campo (ver Gráfico 1, p.55). Em uma das nossas entrevistas, uma jovem de 27 anos não-produtora de mandioca relatou que não tem interesse em plantar a mandioca pois não é rentável. O trabalho com a mandioca requer dedicação, tanto no cultivo, quanto no processamento e mesmo assim, os preços não são convidativos, por isso, os jovens não tem mais interesse em plantar a mandioca, estão procurando outras alternativas como fonte de renda.

Em relação ao grau de escolaridade dos produtores, 36,5 % revelaram que nunca estudaram, 36,5% tem o fundamental incompleto, 19,5% revelaram que tem o fundamental completo, 2,5% tem o médio incompleto e 5,0 % tem o médio completo. Os dados revelam uma

realidade comum em todo o Brasil, o baixo nível de escolaridade dos produtores camponeses. Os índices baixos na escolaridade se dão por diversos fatores, a saber: baixos investimentos em educação, isso é visível pois as escolas dos povoados só ofertam até a 5ª série do ensino fundamental, desse modo, para o indivíduo avançar para outras séries, finalizar o ensino fundamental e o ensino médio é preciso se deslocar para a cidade. Outro fator determinante é o incentivo dos pais, que na maioria das vezes, retiram o filho da escola para ajudar nas tarefas da agricultura.

Ao analisarmos o percentual dos produtores com fundamental incompleto e completo temos o seguinte resultado: 36,5% não conseguiram finalizar a 8ª série, apenas 19,5% finalizaram a 8ª série. Esse percentual fica mais desigual ao analisar por sexo: nenhum dos entrevistados do sexo masculino finalizou o ensino fundamental, enquanto 100% das mulheres entrevistadas conseguiam finalizar o ensino fundamental. Isso revela que mesmo com dificuldades as mulheres conseguiram avançar nos estudos, enquanto os homens não conseguiram finalizar o ensino fundamental. Conforme os relatos dos entrevistados a mulher estudava mais por não ter que ir para a roça, enquanto para os homens a obrigação era trabalhar na roça todos os dias.

Segundo Gonzáles e Helfand (2003) os baixos investimentos em educação afeta diretamente a produtividade no campo. “Nos setores agrícolas dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, os níveis de educação têm sido fortemente associados com maiores níveis de produtividade e com maior velocidade na adoção de novas tecnologias” (GONZÁLES E HELFAND, 2003, p. 131). Desse modo, fica evidente os efeitos positivos da educação na produção agrícola.

Quanto ao tamanho dos estabelecimentos, há uma predominância da pequena propriedade (Tabela 7). O que indica que a atividade mandioqueira nos povoados Serra do Cavalo e Preguiçosos é realizada por camponeses.

Tabela 7 - Tamanho das propriedades rurais na Serra do Cavalo e Preguiçoso (2023)

GRUPO	ESTABELECIMENTOS	%
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	4	10,3
De 0,1 a menos de 0,2 ha	6	15,3
De 0,2 a menos de 0,5 ha	4	10,3
De 0,5 a menos de 1 ha	15	38,4
De 1 a menos de 2 ha	8	20,5
De 2 a menos de 4 ha	2	5,2
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>100</b>

Fonte de dados: Pesquisa de campo (2023)

Organização: O autor

Conforme os dados apresentados na Tabela 7, os estabelecimentos rurais de Serra do Cavalo e Preguiçoso são caracterizados como pequenas propriedades, um percentual de 38,4% tem área de até 1 hectare, o que equivale a três tarefas de terras. Apenas 5,2% dos estabelecimentos tem mais de 3 hectares, o que equivale a 9 tarefas de terras. Conforme Lobo *et al.* (2018, p. 201), “na produção de mandioca, há predominância da pequena propriedade familiar, portanto é realizada por pequenos produtores”.

## **B) PRODUÇÃO**

O cultivo da mandioca nos povoados Serra do Cavalo e Preguiçoso ocorre em propriedades familiar<sup>20</sup> privadas. Conforme Oliveira (2007, p. 41) “a força de trabalho familiar - é o motor do processo de trabalho na unidade camponesa; a família camponesa é um verdadeiro trabalhador coletivo”. Isso significa que todos os membros da unidade camponesa devem contribuir para o processo de trabalho.

No tocante ao cultivo da mandioca, o preparo da terra tem início nos meses de abril, maio e junho, período em que é realizada a colheita da mandioca (15º mês após o plantio). Todavia, em menor escala os camponeses realizam pequenas colheitas de mandioca ao longo do ano. Segundo Melo (1988), a flexibilidade desse calendário de colheitas da mandioca apresenta várias vantagens para os camponeses.

Em primeiro lugar, porque, permitindo a não concentração temporal da produção de farinha, favorece uma comercialização a preços mais compensadores. Em segundo lugar, porque, contendo um longo período de plantio e uma colheita que, além de longa, se pode realizar, a pouco e pouco, durante o ano inteiro, contribuindo naturalmente para reduzir o desemprego e subemprego sazonais” (MELO, 1988, p. 77).

O autor foi muito feliz em suas colocações, sobretudo, por apresentar alternativas no tocante à produção da farinha de mandioca que geram impactos positivos entre os camponeses. Pois, é através da transformação da mandioca em farinha que muitos camponeses conseguem o sustento das famílias, assim relataram todos os 39 entrevistados em nossa pesquisa de campo. Além de ser a base da alimentação dos camponeses cotidianamente é através da

---

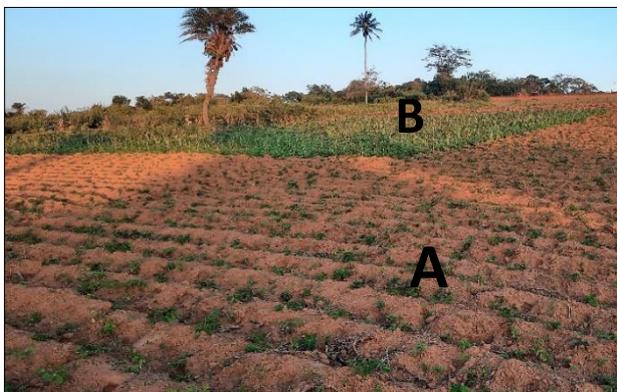
<sup>20</sup> Art. 4º - LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964 (Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências). II - "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros;

comercialização do excedente da farinha que as famílias conseguem adquirir bens que não produzem em suas propriedades.

Questionados sobre o tempo de cultivo da mandioca, os 39 entrevistados relataram que dura em média de 15 a 24 meses. Também constatamos uma estratégia utilizada pelos camponeses no cultivo da mandioca, a saber: utilização de dois tempos de mandioca, por exemplo, nas propriedades existem os cultivos com 12 meses (chamada de mandioca de ano) e os cultivos com 24 meses (chamada de mandioca velha) (Figura 22). Assim, quando a colheita da mandioca velha ocorrer (roça com 24 meses), a roça com a mandioca de ano vai se desenvolvendo até chegar ao ponto ideal para a colheita. Desse modo, com essa estratégia a unidade familiar não vai ficar sem mandioca em ponto de colheita nos demais meses do ano.

O novo plantio da mandioca ocorre nos meses de julho a setembro. O processo ocorre através da limpa manual ou aração da terra (feitas com arado de metal puxado por bois), em seguida são feitas as “covas de mandioca” (buracos ou canteiros onde as manivas de mandioca são plantadas para o cultivo) (Figura 23). A maniva é o único insumo utilizado pelos camponeses na produção da mandioca.

**FIGURA 22 - PLANTAÇÃO DE MANDIOCA**



Fonte: O autor. (2023)

Nota: A (plantação de mandioca com 4 meses);  
B (plantação de mandioca com 12 meses)

**FIGURA 23 - PLANTAÇÃO DE MANDIOCA**



Fonte: O autor. (2023)

A (plantação de mandioca com 2 dias)

Em nossa pesquisa conseguimos observar que a falta de assistência técnica tem impactos negativos diretos na produção da mandioca, uma vez que, o baixo nível na assistência técnica implica diretamente nas práticas agrícolas empregadas nas propriedades familiares nos povoados Serra do Cavalo e Preguiçoso. Conforme levantamento de campo, o cultivo da mandioca, como foi descrito anteriormente, é praticado desde o surgimento dos povoados. No cultivo, por exemplo, os camponeses sempre utilizam a mesma técnica de “covas” para a mandioca. Não se utilizam a rotação de cultura (alternar espécies vegetais no decorrer do tempo,

numa mesma área agrícola), tão pouco há adubação do solo. Em nenhum estabelecimento existe qualquer reservatório de água destinada à irrigação da mandioca. Esses aspectos revelam o quanto a atividade mandioqueira desenvolvida na Serra do Cavalo e Preguiçoso está sujeita às intempéries climáticas.

Quando questionados sobre o Cadastro Ambiental Rural-CAR, documento obrigatório que dá acesso a políticas públicas e também a financiamento de crédito agrícola, somente 20 entrevistados afirmaram que tem o CAR e que já realizaram empréstimos para investimentos na propriedade, por exemplo, aquisição de animais, melhoramento de cerca, contudo, não houve investimento na produção de mandioca. Os demais entrevistados não têm o CAR e não realizaram empréstimos, não tinham conhecimento da importância do documento.

Conforme o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), o Cadastro Ambiental Rural – CAR é um registro público eletrônico nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais. O CAR originou-se da Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, e foi regulamentado pela Instrução Normativa MMA nº 2, de 5 de maio de 2014.

A falta de assistência técnica é muito prejudicial para os camponeses, sobretudo, para o melhoramento da produção, utilização de novas tecnologias, meios de financiamento, e acesso a diversas políticas públicas. Pois, a normativa MMA nº 2, de 5 de maio de 2014 estabelece que um dos critérios para inscrição no CAR é a comprovação da propriedade ou posse rural. Desse modo, muitos camponeses não acessam essa política pública por falta de regularização do imóvel rural, que muitas vezes adquiriram a propriedade sem escritura, ou foi herança familiar, entre outros. Existem também os camponeses que não têm a posse da terra, utilizam no sistema meeiro e em alguns casos o proprietário não faz o comodato rural.

Todavia, é preciso ressaltar que o financiamento agrícola demanda a garantia de algum bem do camponês para o banco financiador. Desse modo, a pequena propriedade rural vai ser o mecanismo de garantia imposto pelo banco. O camponês que não tem acesso à terra não consegue financiamento, pois, não tem algo a oferecer em contrapartida para o banco. O CAR permite o acesso a políticas públicas agrícolas, porém, também é uma porta de entrada para inserção do capitalismo no campo. Pois, ao ser financiado o camponês e toda a sua propriedade ficam sujeitos às regras da instituição financeira. Nos casos extremos em que não seja efetuado o pagamento do empréstimo, o banco se apropria da propriedade camponesa.

Destarte, verificamos que a atuação das políticas públicas e o acesso a crédito rural ainda são insuficientes e poucos efetivos nos povoados Serra do Cavalo e Preguiçoso. Ao serem questionados sobre a assistência técnica no tocante à produção da mandioca, os 39 entrevistados responderam que nunca foram assistidos em suas unidades familiares. Isso dificulta o aprimoramento da produção, também a implementação de novas técnicas no processo produtivo.

No intuito de mitigar esses problemas, seria fundamental que os órgãos competentes, seja municipal ou estadual, garantissem assistência técnica para os camponeses que ainda desenvolvem suas atividades no campo. Assim, a política deixaria de atender somente os grandes produtores. Pois, conforme Targino e Moreira (2017, p. 146-147) “a assistência técnica é reconhecidamente um elemento importante para elevar a produtividade nos estabelecimentos familiares, sobretudo considerando-se o baixo nível de escolaridade dos responsáveis por essas unidades”.

Ao serem questionados sobre a forma de cultivar a mandioca, produzir farinha e seus derivados, cerca de 90% dos entrevistados relataram que o jeito (as técnicas) de produzir mandioca como ocorre nas suas propriedades está bom e não precisa mudar. Somente 10% relataram que precisam mudar muitas coisas, principalmente a forma de comercialização da farinha, pois, é uma atividade que requer muita dedicação, porém os preços são baixos.

No tocante aos meios de produção utilizados para o cultivo da mandioca, no caso a terra, 36 dos entrevistados afirmaram que são proprietários, apenas 02 entrevistados afirmaram que trabalham no sistema meeiro, ou seja, após a produção da mandioca, a colheita é dividida entre o proprietário dos meios de produção e o camponês. Verificou-se também, que 82 % dos entrevistados relataram que não têm casa de farinha para o processamento da mandioca, assim, são utilizadas casas de farinha privadas. Enquanto 18% relataram que têm sua própria casa de farinha para fazer o processamento da mandioca. Em relação aos instrumentos técnicos para a produção da mandioca, os 39 entrevistados utilizam enxada, foice, machado e facão, apenas 5 afirmaram que além dos instrumentos já mencionados, também utilizam o arado de ferro. Desse modo, compreendemos que a melhoria do padrão técnico dos meios de produção é fundamental para o aumento da produtividade e bom funcionamento na atividade mandioqueira. Sobre os meios de produção conforme Oliveira (2007, p.41):

[...] exceto a terra, na maioria dos casos os meios de produção são em parte adquiridos, portanto mercadorias, e em parte produzidos pelos próprios camponeses; como consumidor de mercadorias (instrumentos de trabalho, por exemplo), o camponês se

vê subordinado ao capital, que lhe vende produtos caros e lhe paga preço baixo pelos produtos agrícolas.

Oliveira (2007) evidencia uma realidade comum nas unidades camponesas, os mecanismos utilizados pelos capitalistas na exploração do camponês através do que ficou conhecido na literatura econômica como “troca desigual”<sup>21</sup>. Vamos citar como exemplo, a casa de farinha, pois conforme entrevistas realizadas com donos das casas de farinhas a quantidade de trabalho empregada na produção da mandioca e da farinha é muito superior à quantidade de trabalho necessária à produção dos bens adquiridos pelo camponês no mercado, não obstante o diferencial de produtividade decorrente do trabalho complexo empregado nesses últimos bens. Por outro lado, o custo da eletricidade tem aumentado consideravelmente. Todavia, o preço da saca de farinha é muito baixo. Conforme relatos dos entrevistados, a renda da produção paga a casa de farinha não é suficiente para pagar a conta de luz. Isso é um claro exemplo dessa relação entre o produto do capitalismo e o produto agrícola.

A mão de obra utilizada no cultivo da mandioca é exclusivamente familiar, ou seja, todos os membros da família participam desenvolvendo alguma função. É comum também na comunidade o trabalho em mutirão, no qual as famílias se ajudam mutuamente. Esses mutirões são comuns no preparo do terreno para o cultivo da mandioca, nos momentos de cavar as covas de mandioca. Segundo Oliveira (2007, p. 41), a cooperação entre os camponeses:

“é a prática que eles empregam para suprir, em determinados momentos, a força de trabalho familiar; entre essas práticas está o mutirão ou a troca pura e simples de dias de trabalho entre eles; esse processo aparece em função de os camponeses não disporem de rendimentos monetários necessários para pagar trabalhadores assalariados”.

Os mutirões e as trocas de dias de trabalho ocorrem nos períodos do plantio do feijão, milho e também da mandioca. No caso do feijão e milho, por serem culturas de tempo curto (4 meses) os camponeses se organizam em grupos (mutirões) para realizarem o plantio no tempo certo. O cultivo ocorre entre os meses de maio e junho, e a colheita ocorre nos meses de agosto e setembro. A ajuda mútua também é muito comum no processo de cultivo da mandioca e também na produção da farinha.

---

<sup>21</sup> O termo troca desigual, cunhado por Aghiri Emmanuel (1973), foi inicialmente usado para caracterizar as relações de troca entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Os países subdesenvolvidos exportam bens primários intensivos em trabalho. Como a remuneração do trabalho na periferia é mais baixa do que no Centro, suas exportações são compostas por bens de baixo valor trabalho. Enquanto isso, os países desenvolvidos exportam para a periferia bens de alto valor trabalho em decorrência dos seus altos salários. Pode-se fazer uma analogia com as relações de troca entre a produção camponesa e a produção capitalista. Isto é, há uma transferência de valor do setor camponês para o setor capitalista da economia.

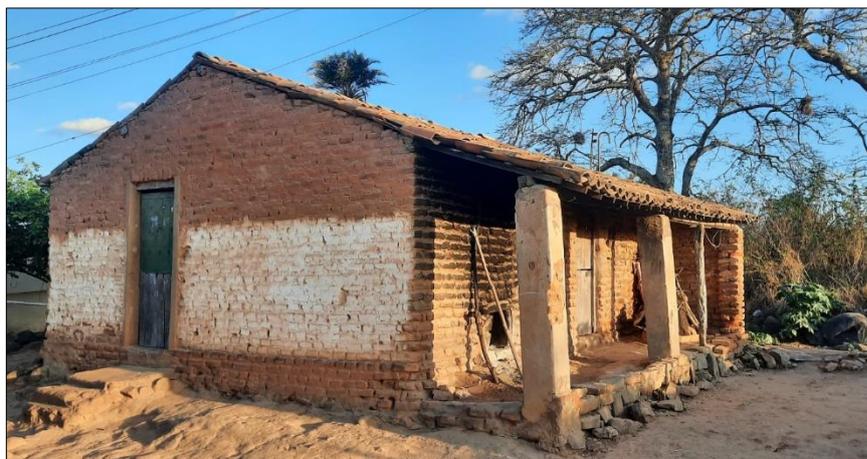
### C) PROCESSAMENTO DA MANDIOCA

O processamento da mandioca nos povoados Serra do Cavalo e Preguiçoso é realizado na casa de farinha (Figura 24). Segundo a Embrapa (2023), as casas de farinha são unidades de processamento onde se transforma a mandioca em farinha e em outros derivados, como goma, beijus e tapiocas. Segundo Coelho (2019, p. 02), a farinha, que está mais para um produto final, pode ser de três tipos: seca, d'água e mista.

“A seca é a mais consumida e a d'água é de origem amazônica, diferindo da seca por conter uma etapa adicional de fermentação em seu processamento. A fécula, amido ou polvilho, é um pó branco, sem cheiro ou sabor, que pode ser comercializado tanto no varejo para uso doméstico[...]”.

A farinha produzida nos povoados é a farinha seca. O processamento da mandioca em farinha e outros derivados nos povoados Serra do Cavalo e Preguiçoso é totalmente artesanal e familiar. A farinhada, como é denominada, é um processamento de mandioca que dura de dois a três dias. O planejamento da farinhada ocorre na unidade familiar, para isso, o responsável comunica aos demais membros da família o dia que será realizada a farinhada; em seguida, solicita a permissão para o uso da casa de farinha ao proprietário. Feito isso, a primeira atividade da farinhada é a coleta de lenha (madeira) para aquecer o forno onde é feita a secagem da farinha. Normalmente a farinhada tem duração de dois dias, podendo chegar a três dias. No dia 01 é realizada a colheita, transporte e raspagem da mandioca; no dia 02 é realizado o processamento da raiz para produção de farinha e outros derivados.

**FIGURA 24 - CASA DE FARINHA**



Fonte: O autor.

A atividade se inicia com a **colheita** das raízes, esse processo é realizado de forma manual por homens, mas também conta com a ajuda da mulher. O transporte é realizado através

do burro, equipado com dois caçuas (Figura 25). Após a *recepção das raízes* na casa de farinha, inicia-se o processo de *raspagem* (retirada das cascas) (Figura 26). Essa atividade é realizada pelas mulheres da unidade familiar e, muitos casos também por crianças, a presença do homem só ocorre em casos excepcionais que não se tenham raspadeiras suficientes. Em dias de farinhadas as casas de farinhas têm grande fluxo de pessoas, pois, os donos da farinha também contam com a ajuda dos vizinhos e amigos, ajuda mútua conforme descreveu Oliveira (2007). No povoado Preguiçoso, o processo de raspagem da mandioca também envolve toda a unidade familiar, todavia, constatamos em nossa pesquisa que existem mulheres que trabalham como raspadeiras de mandioca e cobram cerca de R\$ 30,00 para raspar mandioca o dia todo.

**FIGURA 25 - CAMPONÊS REALIZANDO O TRANSPORTE DE MANDIOCA**



Fonte: Foto do autor (2023).

**FIGURA 26 - RASPAGEM DA MANDIOCA EM CASA DE FARINHA NA SERRA DO CAVALO**



Fonte: Foto do autor (2023).

Após a raspagem da mandioca as raízes são **raladas** em um ralador movido a eletricidade (Figura 27), nesse processo a mandioca é triturada e se transforma em uma massa pastosa. É válido destacar que o ralador é um dos poucos recursos tecnológicos usados na trituração da raiz. Essa forma de ralar a mandioca é bastante perigosa, tendo em vista que, o camponês utiliza sua própria mão para empurrar a mandioca em direção ao ralador, isso, sem nenhum equipamento de proteção, podendo ocorrer acidentes e até amputações de dedos.

**FIGURA 27 - CAMPONÊS NA MOAGEM DA MANDIOCA NA SERRA DO CAVALO**



Fonte: Foto do autor (2023)

Após a ralação, a massa fresca pode passar por dois processos distintos. O primeiro é a **separação da manipueira**, para a **extração da goma** (Figura 28). Para esse processo as mulheres misturam a massa com água e extraem um líquido amarelado (Figura 29) que é colocado em um recipiente onde ocorre a separação entre a goma e a manipueira (líquido tóxico). O segundo processo é a **prensagem da massa**, onde toda a manipueira é extraída (Figura 30). A manipueira não tem nenhuma utilidade nos povoados em estudo, assim, é descartado em pequenos reservatórios próximo à casa de farinha.

**FIGURA 28 - CAMPONESES EXTRAINDO A GOMA DA MASSA DE MANDIOCA**



Fonte: O autor. (2023)

**FIGURA 29 - SEPARAÇÃO DA GOMA E MANIPUEIRA**



Fonte: Foto do autor. (2023)

**FIGURA 30 PRENSAGEM DA MASSA DE MANDIOCA**



Fonte: Foto do autor. (2023)

O *peneiramento* (Figura 31) ocorre após a extração de toda a manipueira da massa de mandioca. Nesse processo são retirados pedaços da mandioca que não foram triturados no processo de ralação. Por ser uma etapa que requer pouco esforço físico, essa tarefa pode ser realizada por qualquer pessoa do grupo familiar. Após a massa ser peneirada, ocorre o processo de **torração** (Figura 32). Nessa etapa da produção a farinha vai sendo colocada em um grande forno (formato circular) e aos poucos sendo torrada. O processo é realizado por homens

manualmente e requer muito esforço, pois, essa etapa não pode ser interrompida, sendo fundamental para a qualidade da farinha.

**FIGURA 31 - PENEIRAMENTO DA MASSA DE MANDIOCA**



Fonte: Foto do autor (2023).

**FIGURA 32 - CAMPONÊS NA SECAGEM DA MASSA DE**



Fonte: Foto do autor (2023).

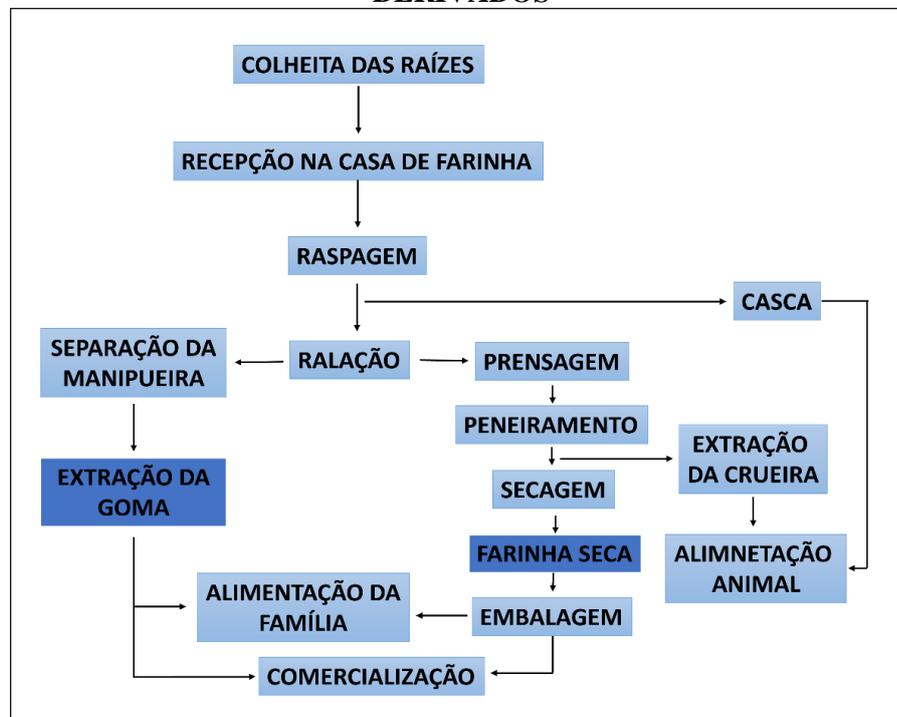
Por fim, a farinha é *embalada* em sacas de 60 kg para ser utilizada posteriormente, seja no consumo doméstico ou para comercialização. Após analisar todo o processo de produção da farinha seca, compreendemos que o cumprimento de cada etapa da produção é fundamental para concretização do objetivo final, produzir a farinha de boa qualidade.

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, é preciso seguir determinações técnicas para a produção da farinha de mandioca. Portanto, é através da instrução Normativa nº 52, de 7 de novembro de 2011 que são estabelecidos alguns critérios para a produção da farinha.

Assim, considera-se que a farinha de mandioca é um produto obtido de raízes de mandioca, do gênero *Manihot*, submetidas a processo tecnológico adequado de fabricação e beneficiamento. A variedade de farinha produzida em Serra do Cavallo e Preguiçoso é do tipo seca, caracterizada pelo MAPA como: “produto obtido das raízes de mandioca sadias, devidamente limpas, descascadas, trituradas, raladas, moídas, prensadas, desmembradas, peneiradas, secas à temperatura adequada, podendo novamente ser peneirada e ainda

beneficiada” (BRASIL, 2011). A partir da pesquisa de campo organizamos uma cadeia de produção artesanal da farinha seca de mandioca e seus derivados (Figura 33).

**FIGURA 33 - CADEIA DE PRODUÇÃO ARTESANAL DA FARINHA SECA E SEUS DERIVADOS**



Organização: O autor.

No tocante ao pagamento pelo uso da casa de farinha, em Serra do Cavallo ainda são aplicadas formas de pagamentos como a “renda em farinha”, ou seja, o camponês paga pelo uso da casa de farinha através da produção. Assim, a cada saco (60 kg) de farinha produzido, 6 kg ficam como renda para casa de farinha.

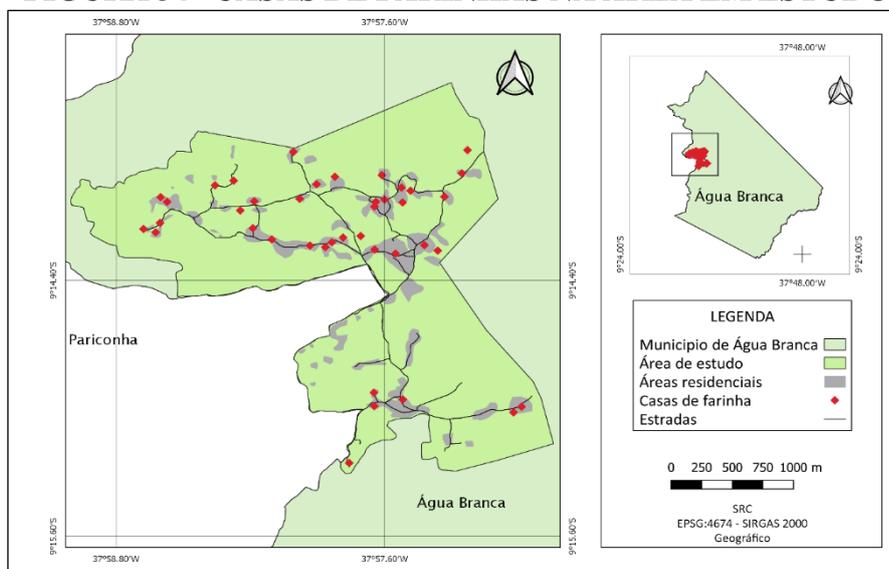
Segundo os donos de casas de farinha, a renda obtida através das farinhadas é utilizada para manutenção (energia elétrica, graxa, manutenção dos objetos, etc.). Outras formas de rendas também são aplicadas, por exemplo, no Preguiçoso, o pagamento pelo uso da casa de farinha é realizado em dinheiro, assim, a cada 5 cargas (uma carga equivale a dois caçúas cheios) de mandioca são pagos 10 reais aos donos de casas de farinha.

Em relação ao rendimento da mandioca e sua transformação, constatamos que, em média, é necessária uma tonelada de raiz de mandioca para produzir cinco sacos de farinha de 60 kg e extração de 50 kg de goma. A força de trabalho empregada para a produção da farinha é decorrente da quantidade de mandioca. Todavia, como o processamento da mandioca é desgastante, são necessários cerca de 12 a 15 mulheres para raspar uma tonelada de mandioca

e em média três trabalhadores do sexo masculino para o processamento da raiz e transformação em farinha.

Em nossa área de estudo existem cerca de 40 casas de farinhas artesanais (Figura 34) em pleno funcionamento. A produção ocorre em todos os meses do ano, porém, é nos meses de maio a julho que ocorre o pico na produção da farinha de mandioca e seus derivados. Estima-se que a produção anual da farinha nos povoados Serra do Cavalo e Preguiçosos chegue a 300 toneladas de farinha seca, e cerca de 150 toneladas de goma de mandioca.

**FIGURA 34 - CASAS DE FARINHAS NA ÁREA EM ESTUDO**



Elaboração cartográfica: O autor.

Fonte: Banco de dados: IBGE/ZAAL. Software: Quantum GIS (QGIS)

Na tabela abaixo, conseguimos pormenorizar alguns dados sobre a produção da farinha de mandioca. Nossa análise foi norteadada pelos dados obtidos através dos 39 camponeses entrevistados.

**TABELA 8 - PRODUÇÃO ANUAL DA FARINHA DE MANDIOCA NA SERRA DO CAVALO E PREGUIÇOSO (2022)**

Número de propriedades	Saco de farinha (60 kg)	Kg	Produção anual (em t)
24	10	14.400	14,4
03	15	2.700	2,7
05	20	6.000	6
01	25	1.500	1,5
01	30	1.800	1,8
01	35	2.100	2,1
02	40	4.800	4,8
02	50	6.000	6
<b>39</b>	<b>225</b>	<b>39.300</b>	<b>39,3</b>

Fonte: Pesquisa de campo (2023).

Organização: O autor.

Analisando os dados da Tabela 8, verificamos que 24 propriedades produzem 14,4 t de farinha de mandioca nos povoados pesquisados. Porém, apesar do número elevado em toneladas, a produção individual é muito baixa. Nesse grupo, estão inseridas as pequenas produções para o consumo doméstico e também para comercialização. As 15 propriedades restantes somam cerca de 24,9 t de farinha produzida, apesar de ser um grupo pequeno, sua produção individual é bastante elevada.

Destarte, a produção camponesa de mandioca no território pesquisado constitui uma estratégia para a segurança alimentar das unidades camponesas, e também uma fonte de renda semanal/mensal que garante ao camponês o mínimo de autonomia para sua reprodução enquanto classe adversa ao capitalismo.

#### **D) COMERCIALIZAÇÃO**

*“O camponês trabalha a terra para se nutrir: toda teoria da economia camponesa não é mais do que o comentário dessa frase lapidar” (MENDRAS, 1978, p. 44).*

A terra é o meio de produção mais importante na unidade familiar. É da terra que brota a sobrevivência dos camponeses, é na terra que são cultivadas a autonomia e a liberdade do povo do campo. A propriedade familiar não busca a exploração do trabalho alheio, tão pouco, objetiva a obtenção de lucro, mas a reprodução da família. Conforme Paulino e Almeida (2010, p. 46) “[...] é preciso salientar que o campesinato não vive da renda fundiária, porque a produção é seu meio de subsistência imediato, logo apenas uma parte do produto de seu trabalho (o excedente) assume a forma de mercadorias”.

O camponês trabalha a terra para produzir, principalmente, valor de uso, assim, através do processo de trabalho agrícola, no qual as matérias-primas são transformadas pela atividade humana (trabalho), os camponeses utilizam os meios de produção para produzir valores que serão consumidos na unidade familiar e só o excedente é comercializado. Portanto, o trabalho camponês envolve uma relação não-capitalistas. Conforme Chayanov (1924), a produção camponesa não busca a renda absoluta, pois, a renda absoluta supõe que, além do preço do produto, se realiza um excedente do valor do produto, e isso não ocorre nas produções camponesas.

Mendras (1978) complementa que o camponês também produz para o mercado, todavia, isso não o transforma em capitalista, apenas utiliza a economia envolvente para sua reprodução social. “[...] Sua participação em uma economia mais ampla, que a domina, contra a qual ela se

protege e que procura também utilizar seu proveito” (MENDRAS, 1978, p. 46) é uma alternativa de reprodução camponesa.

A produção da farinha de mandioca nos povoados Serra do Cavalo e Preguiçoso, por exemplo, além de ser utilizada como base da alimentação do povo, é também objeto de troca camponesa. Conforme Oliveira (1986), a comercialização do excedente, sob a forma de mercadoria é um mecanismo da reprodução camponesa. É a maneira encontrada para aquisição de mercadorias que não são produzidas na unidade camponesa.

Segundo a pesquisa de campo, identificamos que 89,7% dos camponeses entrevistados utilizam a farinha como fonte de alimentação, pois, “a comida é o elemento central na produção camponesa” (PAULINO e ALMEIDA, p.39, 2010) e o excedente produzido é destinado para comercialização em feiras populares. O valor obtido com a venda da farinha é utilizado para o pagamento de despesas da família e também para aquisição de produtos industrializados que a unidade familiar não produz. Os demais camponeses entrevistados, cerca de 10,3% informaram que não vendem a farinha, sua utilidade é apenas para o consumo da unidade familiar.

Através das entrevistas com os produtores camponeses constatamos que cerca de 46,1% vendem a farinha de mandioca (saco de 60 kg) na feira de Água Branca aos atravessadores (indivíduos que atuam como intermediários na compra e venda de produtos dentro das cadeias produtivas). Os 43,5% dos produtores vendem a farinha de mandioca aos atravessadores na própria casa de farinha. E 10,4% não vendem a farinha, produzem apenas para o consumo.

No Brasil, as feiras surgem no período colonial e perduram até os dias atuais. Pode-se dizer que dentre as regiões brasileiras, a região Nordeste se destaca quanto à importância da feira. Segundo Santos (2013, p. 764), “as feiras-livres brasileiras, em especial as do Nordeste, tiveram papel de destaque na produção do espaço de diversas cidades, e serão, ainda, responsáveis pelo aparecimento de diversos núcleos urbanos”.

Conforme Corrêa (2011), esses pequenos centros situam-se no início da distribuição de produtos de origem rural, por exemplo, milho, feijão, farinha de mandioca, pequenos animais, hortaliças, etc., e no fim da cadeia de distribuição de produtos industrializados: alimentos industrializados, utensílios domésticos, vestimentas em geral, objetos de trabalho, etc. Os espaços (ruas, calçadas, pátios, etc.) são territorializados por agricultores camponeses, por feirantes, por consumidores e por grupos sociais organizados (associações, cooperativas), etc. que objetivam manter trocas comerciais.

A feira-livre nesse contexto, é um território democrático que permite aos camponeses um espaço para comercialização de seus produtos, também proporciona o acesso dos menos

favorecidos a uma alimentação de qualidade e acessível, além de garantir a resistência e permanência dos camponeses no campo.

A feira-livre de Água Branca funciona na segunda-feira, das 06 h às 16 h. Os camponeses da Serra do Cavalo e Preguiçoso vendem a farinha de mandioca na “feira de cereais” (Figura 35). A feira de cereais é realizada às margens da AL 145, na rua Lourenço Bezerra de Melo. O local não oferece nenhuma infraestrutura que permita a realização da feira, todavia, esse é o local que o produtor camponês encontra para comercializar a farinha de mandioca. Sem dispor de nenhuma estrutura, ao chegar no local da feira o camponês deposita seus sacos de farinha no chão e inicia a venda com os atravessadores e também com alguns consumidores que desejam comprar a farinha.

**FIGURA 35 – FEIRA DE CEREAIS**



Fonte: O autor (2021).

Santos (2018) destaca que a precarização da feira de cereais é resultado da desvalorização da farinha de mandioca, sobretudo, pelos baixos preços pagos pela farinha. O transporte da farinha de mandioca é realizado em carros do tipo D20 (Figura 36), que saem dos povoados por volta das 6 h transportando a farinha e também os camponeses que se deslocam para a feira-livre.

**FIGURA 36– TRANSPORTE DA FARINHA EM D20**

Fonte: O autor (2021).

Os camponeses que vendem a farinha de mandioca no local da produção também se sujeitam ao atravessador. Porém, não precisam fazer uso de transporte para deslocamento da farinha, e isso acarreta em ganho para o camponês. Essa comercialização ocorre sempre aos sábados e domingos, dias escolhidos pelos atravessadores para comprar a farinha. O valor da produção, tanto na feira, quanto na casa de farinha, é determinado pelo atravessador.

Quando questionados sobre o preço do saco de farinha, 50,5% dos camponeses revelaram que havia uma negociação com o atravessador, porém, o preço final sempre favorecia o comprador. Já 35,5% dos camponeses entrevistados revelaram que não havia negociação, o comprador já vinha com o preço estipulado. E 10% restantes revelaram que o atravessador tinha que acatar o preço imposto pelo camponês, caso isso não ocorresse, a farinha não era comercializada.

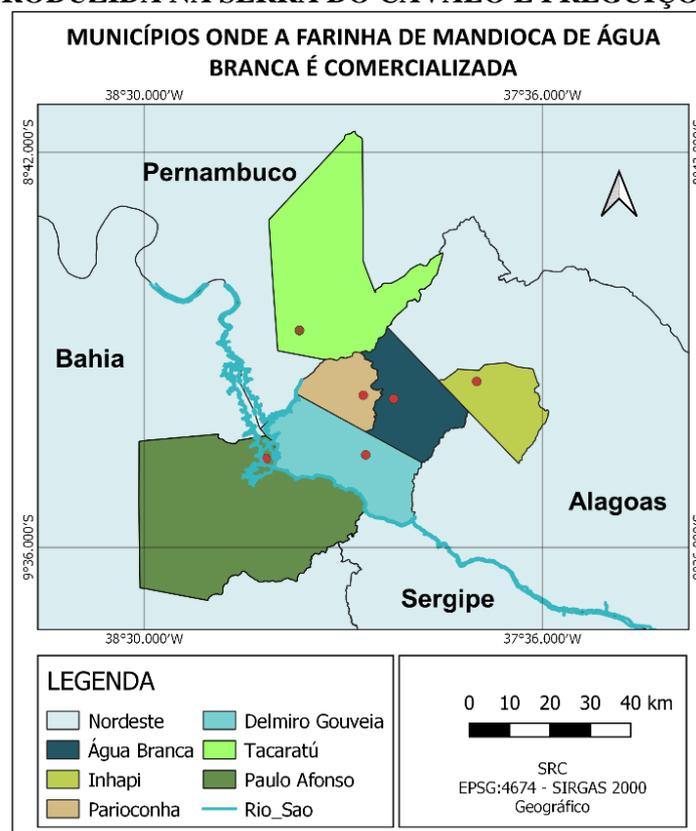
Santos (2018) destaca que o camponês fica sujeito ao preço do atravessador, sobretudo, pela dependência financeira no ato da venda, pois, se a venda da farinha não for efetivada o camponês não consegue adquirir os produtos industrializados que a unidade familiar necessita, assim, é obrigado a vender a farinha. Isso demonstra a dependência do atravessador para o processo de comercialização da farinha de mandioca. Conforme Lobo *et al.* (2018, p. 208), “os atravessadores controlam a variação do preço, tornando-se um empecilho para os agricultores, pois, apesar de produzirem não têm autonomia em relação ao preço final do produto”.

Destarte, isso não impede a produção da farinha de mandioca no Brasil, sobretudo, no Nordeste brasileiro, pois, como nos ensina Marx (2004, p. 43), “o trabalhador tem sempre de

ser alimentado, de um ou de outra maneira, enquanto estiver empregado num trabalho diário; a renda pode ficar inteiramente suprimida”, desse modo, os pequenos proprietários não deixam de produzir mesmo que o preço da produção esteja baixo, pois, esses não desenvolvem sua produção baseado nos preços que podem vender seus produtos, e sim, para garantir suas necessidades alimentares básicas, o mínimo para sobreviver.

É importante destacar que a farinha adquirida pelos atravessadores nos povoados Serra do Cavalo e Preguiçoso é revendida em estabelecimentos comerciais (mercearias, supermercados de bairros, etc.) que vendem a farinha por 1kg, e outra parte é comercializada nas feiras-livres de outros municípios da região. Através de levantamento de campo, conseguimos mapear os principais pontos de comercialização da farinha de mandioca do brejo de Água Branca (Figura 37).

**FIGURA 37 – LOCAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DA FARINHA DE MANDIOCA PRODUZIDA NA SERRA DO CAVALO E PREGUIÇOSO**



Fonte: O autor (2023)

Fonte: Banco de dados: IBGE/ZAAL / Software: Quantum GIS (QGIS)

No mapa temos o fluxo da farinha produzida na Serra do Cavalo e Preguiçoso para as feiras de Paricoonha, Delmiro Gouveia, Inhapi, todos localizados em Alagoas e também chega em Tacaratu-PE e em Paulo Afonso-BA.

A partir das informações coletadas em campo e também conforme a literatura consultada, identificamos que não existe interesse governamental no tocante à atividade mandiogueira desenvolvida em pequenas propriedades. No Brasil, o maior interesse é destinado à produção realizada no Centro-Sul, de modo especial a produção da fécula.

Os baixos preços pagos pela saca (60 kg) da farinha de mandioca é um claro exemplo dessa negligência. Em nossa área de estudos, constatamos que muitas vezes os preços pagos são baixos e irregulares, e ainda são determinados pela dinâmica do atravessador, isso acarreta em prejuízos no final do cultivo da mandioca.

Conforme dados da CONAB (2023), no mês de setembro as regiões Norte e Nordeste do Brasil, ocorreu elevação nos preços da saca de farinha, principalmente em virtude da demanda dentro das próprias regiões que permanece alta em praticamente o ano todo. Utilizando como referência o estado da Bahia, o saco de farinha de 50 kg no mês de setembro estava a R\$ 237,52, todavia, os produtores camponeses de Água Branca comercializam o saco de farinha de 60 kg por R\$ 180,00 (preço em novembro de 2023). O valor pago pela produção da farinha na Serra do Cavalo e Preguiçoso é determinado pelo mercado regional. A vinda de farinha da Bahia, de Sergipe e de Lagedo-PE determina o valor da saca da farinha produzida no brejo de Água Branca. Apesar da farinha de Água Branca ser das melhores possíveis, os atravessadores também compram farinha de outras áreas produtivas. Desse modo, é preciso maior atuação do governo brasileiro no tocante a regularização e fiscalização dos preços da farinha de mandioca. Sobretudo, nos mercados interioranos, onde a predominância do atravessador afeta diretamente o valor das pequenas produções.

#### 4.4. Técnicas e tecnologias na produção da farinha de mandioca

Conforme Marx (2017), o que distingue o homem dos animais é o fato de que as criações humanas se constroem primeiro na imaginação. Somos seres dotados de inteligência, que conseguem projetar, para depois, criar, ao contrário das abelhas, que através dos seus instintos naturais conseguem criar, porém, não sabem o que estão criando, tão pouco, têm noção da técnica que utilizam. Desse modo, o que permite o ser humano dotado de inteligência transformar a natureza em objetos artificiais são as técnicas, ou seja, “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida” (Santos, 2006, p. 24).

Conforme Bottomore (1964, p. 581), é a tecnologia e não a natureza que tem importância fundamental. “A natureza não fabrica máquinas, locomotivas, ferrovias, telégrafo elétrico, máquina de fiar automática, etc. Tais coisas são produtos da indústria humana; material

natural transformado em órgãos da vontade humana que se exerce sobre a natureza, ou da participação humana na natureza”. Portanto, os objetos materiais são produtos da intervenção humana na natureza. Os produtos obtidos através da transformação da primeira natureza são decorrentes das necessidades específicas do homem. Assim, a vontade humana é a força motriz do desenvolvimento das técnicas e das tecnologias.

Para Marx (2017), a história da tecnologia é uma história da mutável relação de forças antagônicas de classe. Segundo o autor, no processo evolutivo das tecnologias as forças de classes estão imbuídas e são determinantes para concretização desse processo, que ao longo da história é impulsionada por forças econômicas e políticas de grupos sociais distintos. Ao longo do tempo, as classes dominantes têm frequentemente empregado a tecnologia para consolidar e expandir seu poder. Enquanto isso, as classes exploradas têm lutado para usar a tecnologia como uma ferramenta de libertação e também como forma de resistência à dominação conferida.

No tocante ao desenvolvimento das técnicas e tecnologias utilizadas na atividade mandioqueira na Serra do Cavalo e Preguiçoso, constatamos uma tímida modernização do processo produtivo. No Quadro 2, podemos ver as tímidas mudanças tecnológicas e também técnicas empregadas na atividade mandioqueira no território estudado.

**QUADRO 2 - PRINCIPAIS MUDANÇAS TECNOLÓGICAS E TÉCNICAS EMPREGADAS NA ATIVIDADE MANDIOQUEIRA NA SERRA DO CAVALO E PREGUIÇOSO (1900-2023)**

<b>TÉCNICAS E TECNOLOGIAS EMPREGADAS NO CULTIVO DA MANDIOCA E PRODUÇÃO DA FARINHA</b>					
<b>ANO</b>	<b>1900</b>	<b>1950</b>	<b>1992</b>	<b>2005</b>	<b>2023</b>
<b>CULTIVO DA MANDIOCA</b>	Limpeza manual da terra (enxadas)	Aração do terreno com ajuda de bois			Aração da terra através de trator agrícola
	Plantio em sistema de encosto	Plantio em sistema de cova			
<b>TECNOLOGIAS EMPREGADAS NA CASA DE FARINHA</b>	Descascamento manual das raízes de mandioca				
	Motor manual movido pela tração humana	Motor movido a gasolina	Motor movido a eletricidade		
	Prensa manual feita de madeira			Prensa manual de ferro	
	Peneiramento manual				
	Torrção manual				

Organização: O autor.

Conforme os dados apresentados no Quadro 3, constatamos que a atividade mandiqueira nos Povoados Serra do Cavalo e Preguiçoso passou por um tímido processo de modernização. No tocante às técnicas de cultivo da mandioca o processo passou por pequenas mudanças. A primeira se deu no preparo da terra, que era realizada de forma manual com enxadas, passando a partir de 1950 a ser preparada através da aração manual da terra realizada com a ajuda de bois e arado de metal. Essa forma de preparo da terra é a mais utilizada pelos camponeses da nossa área de estudo, todavia, em 2023, constatamos que alguns camponeses produtores da mandioca tiveram o terreno preparado através do trator agrícola disponibilizado pela Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. Isso revela que apesar de lento, algumas mudanças começam a ocorrer no cultivo da mandioca nos povoados em questão.

O segundo aspecto se deu pela técnica de plantio da maniva, antes realizada através de encosto (Figura 38), nessa técnica, após a terra estar pronta para o plantio é cavado um buraco onde a maniva é depositada. Esse tipo de plantio ainda é utilizado nos povoados, porém, apenas em terrenos arenosos.

**FIGURA 38 - CULTIVO DA MANDIOCA ATRAVÉS DA TÉCNICA DE ENCOSTO**



Fonte: O autor (2023).

A técnica do encosto foi substituída pela cova. Essa maneira de cultivar a mandioca ocorreu, sobretudo, pela facilidade proporcionada pela aração da terra realizada com a ajuda de

bois. Assim, as covas são cavadas em fileiras (Figura 39), acompanhando a declividade do terreno. A técnica do cultivo em cova permitiu maior aproveitamento do terreno, bem como, o aumento na produção, pois, quando a maniva é depositada no topo da cova as raízes vão se desenvolver em um solo bastante oxigenado devido a aração da terra e também pelo aumento da umidade, uma vez que, o acúmulo de água entre as covas permite que a planta acumule bastante água e expanda suas raízes por toda a cova.

**FIGURA 39 - CULTIVO DA MANDIOCA ATRAVÉS DA TÉCNICA DE COVAS**



Fonte: O autor (2023).

A técnica de cultivo em covas é a mais utilizada pelos produtores camponeses. Quando questionados sobre as técnicas de produção da mandioca, 100% dos entrevistados revelaram que estava tudo bom, que não precisava melhorar em nada.

Outro aspecto a ser destacado no tocante à produção se dá pela não utilização de fertilizantes e/ou adubos químicos. A mandioca produzida na Serra do Cavalo e Preguiçoso é totalmente orgânica, livre de qualquer produto químico, tanto no cultivo, quanto no processamento da raiz. Isso demonstra a importância da produção camponesa de mandioca nesse território, pois, como não objetiva lucro em sua produção, o camponês respeita o tempo da natureza.

O processo de ralação da mandioca foi a tecnologia que mais se modernizou na casa de farinha. Em 1900 a ralação era realizada através de motor puxado por roda (Figura 40), nesse processo, duas pessoas ficavam girando a roda manualmente, assim, a mandioca poderia ser

triturada e transformada em massa. A partir de 1950, o motor de roda é substituído pelo motor a gasolina (Figura 41), essa nova tecnologia vai permitir maior autonomia dos camponeses no processo de ralação da mandioca, bem como, aumento da produtividade, pois, não será mais necessário a força humana para o motor funcionar.

Em 1992, o motor movido a gasolina é substituído pelo motor elétrico (Figura 42). A chegada da eletricidade nos povoados vai dinamizar o processamento da mandioca, pois, não será preciso desligar o motor para abastecer, uma vez que a eletricidade é constante. Também, por melhorara as condições de iluminação nas casas de farinha, podendo o processo de produção durar o dia e a noite.

**FIGURA 40 - MOTOR PUXADO POR RODA**



Fonte:

<https://www.flickr.com/photos/10015563@N03/9484047602>

Acesso: 25/10/2023

**FIGURA 41 - MOTOR A GASOLINA**



Fonte: O autor (2023).

**FIGURA 42 – MOTOR ELÉTRICO**



Fonte: Foto do autor (2023).

A tecnologia utilizada para extração da manipueira da massa de mandioca é a prensa. A prensa é feita com madeira (Figura 43). É um objeto rústico onde a massa é depositada em

camadas e prensada por um parafuso grande, que se movimenta com a força humana, esse processo é fundamental para a extração da manipueira. A prensagem da massa de mandioca na prensa de madeira demanda muita força, sendo realizado exclusivamente por homens adultos, são necessários no mínimo 2 homens para realizar esse processo. Somente em 2005 ocorreu a mudança da prensa de madeira, para a prensa manual de ferro (Figura 44). A prensa de ferro facilita o processo de extração da água, pois, não requer grandes esforços, nesse tipo de prensa, um homem consegue fazer a extração de toda manipueira.

**FIGURA 43 - PRENSA DE MADEIRA**



Fonte: O autor (2023).

**FIGURA 44 - PRENSA DE FERRO**



Fonte: O autor (2023).

No tocante ao peneiramento e a secagem da massa de mandioca, não identificamos mudanças técnicas. As técnicas no peneiramento e na secagem da mandioca são as mesmas desde o início dessa atividade nas comunidades.

A partir das análises realizadas, constatamos que houve um tímido processo de modernização da atividade mandioqueira na Serra do Cavalo e Preguiçoso. Percebeu-se também, que as mudanças implantadas sempre buscaram otimizar o processo de produção da farinha de mandioca. É válido destacar que tais mudanças ocorreram seu auxílio de técnicos especializados.

#### 4.5. Atividade mandioqueira na conformação de território da esperança

A agricultura camponesa desenvolvida na Serra do Cavalo e Preguiçoso enfrenta diversas dificuldades, desde a falta de assistência na produção até a escassez de tecnologias e

recursos financeiros nos estabelecimentos. Os diversos problemas têm limitado a produtividade de suas terras, bem como, provocado o desinteresse dos camponeses jovens no tocante à produção da mandioca.

Todavia, mesmo com as dificuldades, encontramos nesse território camponeses com disposição e muita força de vontade em continuar produzindo a mandioca e seus derivados. Conforme Moreira (2007), apesar das dificuldades enfrentadas pela agricultura camponesa existem vários caminhos que têm sido buscados pelos pequenos produtores para melhorarem sua condição no campo. Assim, conforme a autora citada, “a busca de alternativas de convivência com o semiárido, mobilizando energias sociais para o uso sustentável da terra, da água e da biodiversidade tem implicado notadamente na adoção do paradigma da agroecologia, em olhar a natureza a partir de suas potencialidades [...] (MOREIRA, 2007, p. 15).

Desse modo, podemos elencar algumas tecnologias sociais existentes no território pesquisado que são mecanismo de convivência com o semiárido, a saber: a) implantação de *cisternas de placas* (P1MC) e *cisterna-calçadão* (P1+2) (Figura 45). As cisternas de placas utilizam tecnologia simples, porém são essenciais para a permanência dos camponeses no campo. A cisterna de placa (P1MC) consegue armazenar 16 mil litros de água, utilizada para beber e cozinhar. As cisternas do tipo calçadão (P1+2) são responsáveis por complementar a alimentação e a renda da família, pois, através da água das cisterna-calçadão os camponeses conseguem cultivar hortaliças (alface, coentro, salsinha, cenoura, tomate, etc.) que além de ser consumido pela família, também são comercializados nos povoados.

**FIGURA 45 – CISTERNA-CALÇADÃO**



Fonte: O autor (2023)

Conforme a ASA (2005) as cisternas-calçadão aumentam a disponibilidade de água para as famílias, possibilitando a diversificação da produção. Com isso, os camponeses podem garantir sua soberania e segurança alimentar e nutricional. O acesso à água perto de casa evita que mulheres e crianças tenham que percorrer grandes distâncias em busca de água para o abastecimento da família.

O banco de sementes também simboliza essa resistência camponesa nesse território, pois, como destacam Targino e Moreira (2007, p. 17) os bancos de sementes no Nordeste têm uma função excepcional: “uma forma de superação da dependência histórica dos agricultores e agricultoras familiares em relação aos patrões, aos políticos ou ao Estado para obtenção de sementes, e para dispor das mesmas nos períodos de plantio”. Pois, esse banco funciona de forma simples, guardar as sementes “crioulas” ou tradicionais para o plantio no período chuvoso, bem como, garantir a alimentação das famílias, libertando-as da “oligopolização do mercado de sementes” (TARGINO e MOREIRA, 2017).

A atividade mandioqueira também é símbolo da resistência e convivência no semiárido. A mandioca consegue sobreviver a longos períodos de estiagem, armazenando água em suas raízes. E nos piores momentos de escassez de alimento e também de recursos financeiros que o camponês utiliza essas raízes para prover alimentos e fonte de renda para a unidade familiar. A mandioca é um “banco natural” onde estão depositadas as esperanças do povo camponês. Um povo que mesmo nos momentos mais extremos, conseguem sobreviver e semear esperança de dias melhores.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa investigação nos faz perceber o quanto a atividade mandioqueira é fundamental para a reprodução da classe camponesa no espaço agrário de Água Branca. A produção da mandioca e sua transformação em farinha seca é tida como essenciais para autonomia do camponês nesse território. A mandioca por ser resistente aos longos períodos de estiagem funciona como uma “reserva” de valor nas unidades camponesas. Assim, sempre que o camponês precisar de algum bem que não é produzido na unidade familiar, a mandioca e seu processamento em farinha e em goma, serão as alternativas encontradas pelo camponês para suprir as necessidades da família.

As análises permitiram apreender a importância dos conceitos geográficos para compreensão das interações entre as pessoas e o ambiente. Compreende-se o espaço geográfico como um “conjunto de objetos e ações” produto do trabalho humano. O conceito foi central nas análises do espaço agrário de Água Branca-AL, bem como, para compreensão das interações socioambientais decorrentes do trabalho humano no espaço. O território, espaço territorializado para a vida, segundo Fernandes (2008) é conformado por múltiplas relações sociais e também pelas ações dos atores no espaço.

Frente às definições, é possível entender o território da atividade mandioqueira como espaço apropriado, delimitado e transformado conforme as necessidades básicas da unidade familiar, formado por relações sociais, econômicas e culturais. É através do trabalho que os camponeses materializam suas ações no espaço, se territorializando. Conforme Oliveira (1999) o território camponês é caracterizado pela resistência ao capitalismo no campo, para Moreira e Targino (2007) também decorre de possibilidades e esperanças no tocante à reprodução do campesinato. Diante do exposto, fica evidente a importância dos conceitos nas análises perseguidas nesta dissertação.

A formação territorial de Água Branca, tem sua origem no Brasil colonial, período em que os portugueses adentraram o interior de Alagoas e instalaram-se no brejo serrano de Água Branca. Todavia, destacamos que os povos indígenas e quilombolas também ocupavam essas terras, no entanto, foram invisibilizados no decorrer da formação desse território. Portanto, é preciso ressaltar que a formação territorial de Água Branca decorre da ocupação dos povos quilombolas, indígenas e portugueses.

As características físicas do brejo propiciaram o desenvolvimento de um espaço agrário singular em Água Branca, caracterizado, sobretudo, pela abundância na produção de alimentos fornecidos em toda a região. As atividades açucareiras lideraram os cultivos agrícolas até a

metade do século XX, todavia, o declínio dessa atividade ocorreu quando o açúcar de usina começou a ocupar o lugar da rapadura nos mercados regionais. Outros fatores como, não-modernização do processamento da cana, a diversificação e melhorias dos produtos derivados da cana, entre outros, vão provocar o fim das atividades açucareiras em Água Branca.

Assim, foi constatado que a resistência da classe camponesa nesse território é advinda do cultivo das culturas agrícolas temporárias (mandioca, feijão e milho). Deste modo, as culturas alimentares conseguiram permanecer no campo mesmo com a entrada do capital açucareiro, o qual passou a ocupar grande parte das terras do brejo para o cultivo da cana-de-açúcar. A mandioca, por exemplo, ao longo dos séculos, foi capaz de resistir à monocultura da cana e sustentar centenas de famílias camponesas no campo, em muitos casos sendo a única fonte de renda para as unidades familiares. Destarte, foi através da pequena produção de alimentos desenvolvida desde a ocupação do espaço de Água Branca que o campesinato tem resistido à dominação do capitalismo no campo.

Verificou-se também uma demanda crescente no tocante à desconstrução do termo “campesinato” na literatura e nas políticas públicas implantadas no campo, o que implica interesses do capital em descaracterizar o camponês. Uma vez que, o termo “campesinato” é engendrado de significado, ultrapassa o viés do trabalho agrícola, significa resistência, lutas por terras, por melhores condições de existência no campo. Shanin (1979) destaca novas interpretações sobre o homem camponês, as quais não podem igualar-se às definições clássicas do século XIX, pois, o camponês do século XXI é dinâmico, criativo, desenvolve múltiplas atividades no campo, consegue assalariar-se sem perder a “essência” camponesa, ou como destaca Moura (1978) o modo de vida camponês. Nesse sentido, pesquisar o campesinato no Brasil contemporâneo é situar a existência de múltiplas conjunturas camponesas, a saber: agricultores, sitiantes, coletores, extrativistas, quilombolas, indígenas, etc. Desse modo, fica evidente a importância do uso do termo “campesinato”, sobretudo, por evidenciar uma classe social que historicamente luta pelo direito de permanência no campo.

No tocante ao cultivo da mandioca, identificamos que toda a produção desenvolvida no território pesquisado ocorre pelas unidades camponesas. A mandioca é cultivada e processada por pequenos camponeses que trabalham com a ajuda da família, tanto no cultivo da raiz, quanto na sua transformação em farinha seca. A produção é destinada primeiramente para suprir as necessidades da família, em segundo lugar para ser comercializada nas feiras-lives para adquirir os bens de consumo que não são produzidos na unidade familiar.

Os dados desta investigação evidenciaram que as técnicas empregadas no cultivo da mandioca são tradicionais e passadas de geração em geração. A única mudança constatada no tocante ao cultivo da mandioca foi a mudança do plantio da maniva, antes como “encosto”, passando a ser cultivada através de “covas em leiras”. O processamento da raiz é realizado em casas de farinhas do tipo artesanal. Nesse processo, foi constatada uma tímida modernização no uso das tecnologias. O destaque principal foi a mudança da prensa feita de madeira para a prensa de ferro. Também a mudança do motor movido a tração humana, para o motor movido a gasolina e posteriormente, movido a eletricidade. A eletricidade provocou aumentos significativos no processamento da mandioca, isso é decorrente de dois fatores, a saber: *a) motor elétrico* – através da eletricidade, as casas de farinhas passaram a funcionar com pouca mão de obra, pois, se antes eram preciso três pessoas (duas pessoas puxavam a roda e uma fazia a ralação da raiz) para realizar a ralação da raiz de mandioca, com o motor elétrico, apenas um indivíduo consegue realizar essa função; *b) uso da eletricidade para iluminação* – com a iluminação elétrica as farinhadas poderiam iniciar antes do sol nascer (madrugadas) e se estender noite adentro, pois, a luz artificial conseguia iluminar toda a casa de farinha.

Também ficou evidenciado em nossa pesquisa, o quanto a atividade mandioqueira é negligenciada pelo Estado. O olhar seletivo direcionado para algumas regiões do Brasil, notadamente, o Sudeste e o Sul a partir da produção da fécula, deixa em segundo plano a atividade mandioqueira desenvolvida no Nordeste, atividade tão importante para a alimentação e sustento de milhares de famílias nessa região. A falta de assistência técnica, a escolarização dos camponeses, falta de lugares adequados para comercialização, assim como, o não-pagamento de valores justos pelos produtos (farinha e goma) tem levado à diminuição da produção da mandioca ao longo dos anos.

Desse modo, é preciso que as políticas públicas cheguem nos lugares mais remotos do Nordeste, por exemplo, em Serra do Cavalo e Preguiçoso. É preciso que programas Governamentais como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outros, adquiram a farinha, a tapioca, entre outros produtos advindos das propriedades camponesas do território da atividade mandioqueira.

Também vale salientar que os camponeses produtores de mandioca precisam buscar formas de se organizar, sejam em cooperativas ou em associações. É preciso desenvolver novas formas de cultivar a mandioca, formas que preservem a fertilidade do solo, as agroflorestas são exemplos. Novas formas de comercializar a farinha, é preciso vender a farinha e a goma

produzida nesse território com o selo de “orgânico”, pois, é isso que caracteriza essa produção artesanal.

Foi também feita a constatação de que a tímida modernização da atividade mandioqueira, bem como, a baixa rentabilidade na comercialização vem gradativamente diminuindo a produção da farinha no território. Em consequência, o capitalismo encontrou nesse território um contingente de mão-de-obra pouco qualificada e barata para exploração. Tendo em vista, o elevando número de camponeses que todos os anos saem desse território para o trabalho no corte da cana nos canaviais alagoanos, e também, para a colheita do café nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

O desafio que se coloca é justamente buscar as mudanças necessárias para a autonomia da classe camponesa. Os camponeses precisam de auxílio para o melhor desenvolvimento dessa atividade, todavia, é preciso que a autonomia seja buscada pelos próprios camponeses. Não basta esperar pelo Estado, é preciso uma tomada de consciência de classe, e enquanto classe, buscar através de lutas as melhorias necessárias para permanência no campo.

Em suma, o estudo evidencia a importância da atividade mandioqueira desenvolvida nos povoados de Serra do Cavalo e Preguiçoso, especialmente, para a conformação do território da esperança.

Os olhares apresentados nesta pesquisa são frutos de reflexões, diálogos e pesquisas de campo. São frutos do entendimento do autor, um camponês que desde a infância cultiva a mandioca, produz a farinha e também comercializa na feira. São olhares de quem vivencia as problemáticas, e também, as conquistas. A atividade mandioqueira é, antes de tudo, a atividade da vida, da sobrevivência, da resistência. A mandioca em toda sua simplicidade, nos ensina a cultivar a esperança, nos ensina que, mesmo na aridez do solo a esperança pode surgir em forma de raízes.

## REFERÊNCIAS

AB’SÁBER, A. N. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. Disponível em: **Dossiê Nordeste seco**. Estudos Avançados, 1999.

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. Estudo sobre as Comunidades Indígenas de Alagoas/Alagoas. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. – Maceió: SEPLAG, 2017. 27p. Disponível em: <<https://dados.al.gov.br/catalogo/mk/dataset/nucleo-de-estudos-e-projetos-da-seplag/resource/0fb1b1f1-a8b0-4d8f-b7b5-964b0de323bf>>. Acesso em: 25/07/2023.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. Estudo sobre as Comunidades Indígenas de Alagoas/Alagoas. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. – Maceió: SEPLAG, 2017. 27p.

ASA-BRASIL (Articulação no Semiárido Brasileiro. Tecnologias sociais para convivência com o semiárido- Cisterna-Calçadão. 2015. Disponível em: <<https://www.asabrasil.org.br/117-acervo/publicacoes/284-tecnologias-sociais-para-convivencia-com-o-semiarido-barragem-subterranea>>. Acesso em: 30/10/2023.

ARRUTI, J. M. A. “A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco”. In: Oliveira, João Pacheco de (org.). **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena/. 2ª ed. LACED, 2004.

ANDRADE, M. C de. **Lutas camponesas no Nordeste**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

\_\_\_\_\_. **A terra e o homem no Nordeste** - Contribuições ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. 6. Ed. Editora Universitária - UFPE, Recife, 1998.

ALBUQUERQUE, C. F de. **Cana, casa e poder**. Maceió: EDUFAL, 2009. 159 p.

\_\_\_\_\_. Camponeses e canavieiros: razões e significados da migração do Semiárido para a zona da mata alagoana. 228f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, 2016.

ARAÚJO, M. L de. Economia e prosperidade escrava em Nossa Senhora da Conceição de Água Branca-Provincia de Alagoas (1850-1871). In: MARQUES, D. L.; SILVA, G. C. de M.; Teixeira, L. **História da escravidão em Alagoas**: diálogos contemporâneos. Maceió: EDUFAL; Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2017. 134p.

BOTTOMORE, T. (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

BRASIL. Decreto n. 7.830, de 17 de outubro de 2012. Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 de outubro de 2011.

Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2012/decreto-7830-17-outubro-2012-774407-publicacaooriginal-137903-pe.html>>. Acesso em: 25/10/2023.

\_\_\_\_\_. DECRETO Nº 9.064, DE 31 DE MAIO DE 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Diário Oficial da União - Seção 1 - Edição Extra - 31/5/2017, Página 11. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9064-31-maio-2017-785001-publicacaooriginal-152929-pe.html>. Acesso em: 25/10/2023.

\_\_\_\_\_. Instrução Normativa Mapa 52/2011, de 8 de novembro de 2011. Estabelecer o Regulamento Técnico da Farinha de Mandioca. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 8 de novembro de 2011. Disponível em: <https://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=visualizarAtoPortalMapa&chave=497488882>>. Acesso em: 25/10/2023.

\_\_\_\_\_. **Decreto de 25 de fevereiro de 2008.** Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 26/2/2008, Página 1. Brasília, 2008.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito chave da geografia”. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cesar da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

COSME, C. M.; **A resistência do campesinato assentado em uma formação territorial marcada pela contrarreforma agrária: da luta pela terra à luta para permanecer no território dos assentamentos rurais no sertão alagoano.** Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Geografia, Recife, 2019.

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos, Brasília, Conab, 2023. Disponível em: < <https://www.conab.gov.br/info-agro/analises-do-mercado-agropecuario-e-extrativista/analises-do-mercado/historico-mensal-de-mandioca>>. Acesso em: 25/09/2023.

COÊLHO, J. D. Produção de Mandioca – Raiz, Rafinha e Fécula. **Caderno Setorial ETENE**, ano 4, nº 102, novembro de 2019.

CUNHA, P. R. da. **O campesinato, a teoria da organização e a questão Agrária:** apontamentos para uma reflexão. 1.ed.—São Paulo : Expressão Popular ; Marília, SP: Oficina Universitária, 2012.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil: Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Água Branca, estado de Alagoas/ Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

CHAYANOV, A. V. (1924). **A Teoria dos Sistemas Não-Capitalistas.** In H. M. de Carvalho (Ed.), Chayanov e o Campesinato (1ª. ed.). São Paulo: Editora Expressão Popular.

DEMATTEIS, G. O território: uma oportunidade para repensar a geografia. In: SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão popular, 2013.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

DINIZ, A. S. Contribuições teóricas para compreensão do campesinato. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2010. Disponível em: <[//rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/29](http://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/29)>. Acesso em: 10/05/2023.

DUARTE, A. As Alagoas na guerra da independência. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1974.

EMMANUEL, Arghiri. A troca desigual. Lisboa: Ed. Estampa, 1973.

EMBRAPA. Mandioca em números, 2017. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/congresso-de-mandioca-2018/mandioca-em-numeros>>. Acesso em: 10/05/2023.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E. T., FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1 ed. São Paulo: Expressões Populares, 2008 p. 273 – 301.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FEITOSA, E de. A. **Água Branca: história e memória**. Maceió: EDUFAL, 2014. 153p.

FELIPE, F. I. MUDANÇAS NO MERCADO MUNDIAL DE MANDIOCA E DERIVADOS E OPORTUNIDADES PARA O BRASIL. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada-CEPEA, 2021. Disponível em: < <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/opiniao-cepea/opiniao.aspx>

FILGUEIRAS, G. C.; HOMMA, A. K. O. Aspectos socioeconômicos da cultura da mandioca na região Norte. In: **Cultura da mandioca: aspectos socioeconômicos, melhoramento genético, sistemas de cultivo, manejo de pragas e doenças e agroindústria** / Moisés de Souza Modesto Júnior, Raimundo Nonato Brabo Alves, editores técnicos. Brasília, DF: Embrapa, 2016.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATIONS OF THE UNITED NATIONS – FAO. Produzir mais com menos: Mandioca (2013). Disponível em: <<https://www.fao.org/3/i29290/i29290.pdf>>. Acesso realizado em 25 de agosto de 2023. >. Acesso em: 25/05/2023.

GOMES, P. C. C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GODOY, P. Uma reflexão sobre a produção do espaço. **Estudos Geográficos**. ISSN 1678-698X. Rio Claro, junho – 2004. Disponível em: <<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/289>>. Acesso em: 19/01/2023.

GOMES, G. M. da S. **Saberes e narrativas docentes: memórias e experiências do ensino de história e cultura afro-brasileira no sertão alagoano**. Tese (doutorado em educação). Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Maceió, 2020.

GONZÁLEZ, G. R.; HELFAND, S. M. Desenvolvimento econômico e os determinantes da integração espacial nos mercados agrícolas. In: Região e espaço no desenvolvimento agrícola brasileiro/ Steven M. Helfand, Gervásio Castro de Rezende, organizadores. São Paulo: Contexto, 2003.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

\_\_\_\_\_. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HERBETTA, A. De Povos Indígenas no Brasil, 2018. Disponível em: Povos Indígenas no Brasil. < <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kalank%C3%B3> >. Acesso em: 03/05/2023.

HEREDIA, Beatriz. **A morada da vida**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Conheça cidades e estados do Brasil. IBGE, 2023. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 29/01/2023.

IBGE, 2023. IBGE/Sidra: Banco de Tabelas Estatísticas. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadcm>>. Acesso em: 20/01/2023.

ITERAL. Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas (2023). Disponível em:<http://iteral.al.gov.br/gpaf-gerencia-de-politica-agraria-e-fundiaria-1/assessoria-tecnica-dos-nucleos-quilombolas-e-indigenas-astnqi/comunidades-quilombolas>>. Acesso em 10/09/2023.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1980.

KONDER, Leandro. O que é dialética? Editora Brasiliense, São Paulo, 2008.

LENIN, W. I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (1899).

LINDOSO, D. **O grande Sertão: os currais de boi e os índios de corso**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2011.

\_\_\_\_\_. A formação de Alagoas Boreal. 2. ed. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos: Eduneal: Fapeal, 2019.

LUXEMBURG, R. **A acumulação do capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LOBO, I. D.; JÚNIOR, C. F. dos S.; NUNES, A. Importância socioeconômica da mandioca (*Manihot esculenta crantz*) para a comunidade de Jaçapetuba, município de Cametá/PA. *Multitemas*, 23(55), 195–211, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.20435/multi.v23i55.1913>>. Acesso em: 25/06/2023.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Ed. Vozes. Petrópolis. 1983.

MARTINS, J. de S. *O cativo da terra*. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2021.

MATTOS, C. L.; MATTOS, S. L. J.; BLACKBURN, R.; SANTIAGO, F. dos S.; MENEZES NETO, J. B de. A saga do algodão no semiárido nordestino: histórico, declínio e as perspectivas de base agroecológica. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Edição especial - Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens Vol. 55, p. 556-580, dez. 2020. ISSN 2176-9109. Disponível em:<<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/72576>>. Acesso em: 25/02/2023.

MARX, K. **O Capital -Livro I** –crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

\_\_\_\_\_. O 18 de brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARQUES, A. de L.; SILVA, J. B da.; SILVA, D. G. Refúgios úmidos do semiárido: um estudo sobre o brejo de altitude de Areia-PB. **GEOTemas**, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil, v.4, n.2, p.17-31, jul./dez., 2014. Disponível em:<<https://periodicos.apps.uern.br/index.php/GEOTemas/article/view/661/566>>. Acesso em 25/02/2023.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. *Revista NERA (UNESP)*, v. 11, p. 57-67, 2008.

MARQUES, D. L.; SILVA, G. C. de M.; Teixeira, L. **História da escravidão em Alagoas: diálogos contemporâneos**. Maceió: EDUFAL; Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2017. 134p.

MEDEIROS, R. M. V. Manuel Correia de Andrade e a questão agrária Brasileira, **Scripta Nova**, Barcelona, Vol. XIII, núm. 288, 15 de abril de 2009.

MELO, M. L. de; Áreas de exceção dos sertões de Pernambuco. *SUDENE/PSU-SRE*, Recife mar. 1988. (Brasil.SUDENE.Estudos regionais, 19).

\_\_\_\_\_. **O açúcar e o homem**. Recife: IJNPS, 1975.

MELO, J. R. de; AMARAL, P. **Temas Rurais do Brasil**. Ponta Grossa: Ed. da UEPG, 1997.

MENDRAS, H. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro. Ed: Zahar editores, 1978.

MEDEIROS, L. S. de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

METHODIO GROXKO, M.; PEREIRA, J.R. Prognóstico agropecuário mandioca 2021/2022. Departamento de Economia Rural – DERAL. ISSN 2764-2887 VOL. 13 N. 34, Paraná, 2021.  
MITIDIERO JUNIOR, M. A. **A ação de uma igreja radical**: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. da. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1984.

\_\_\_\_\_. (org.). 1990. **Ratzel**. São Paulo, Atica.

\_\_\_\_\_. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

MOREIRA, R. **Geografia, Teoria e Crítica**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1982.

MOREIRA, E. **O espaço enquanto produto do trabalho**. João Pessoa: UFPB/DGEOC, mimeo, 2021.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. De território de exploração de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. **Revista NERA**. Ano 10, nº. 10. Presidente Prudente, Jan.-jun./2007.

MOURA, M. M. **Camponeses**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986.

MOTTA, M; ZARTH, P (Org.). **Formas de resistência camponesa**: viabilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Vol. 1: Concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: Ed. da UNESP: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008. 352p.

NEVES, D. P. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**, v.2: formas dirigidas de constituição do campesinato /Delma Pessanha Neves (Org.). — São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p.63-110.

\_\_\_\_\_. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (Orgs.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004. p. 27-64

\_\_\_\_\_. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: USP/FFLCH, 2007.

\_\_\_\_\_. **A fronteira amazônica mato-grossense: Grilagem, Corrupção e Violência.** São Paulo: Iandê Editorial, 2016, 530 p.

OLIVEIRA, E. N. da C. A economia do algodão no nordeste brasileiro. In: **Anais: IV Congresso Sergipano de História e IV Encontro Estadual de História Da Anpuh/SE**, Aracaju, 2014.

PARREIRAS, L. E. **Negócios solidários em cadeias produtivas: protagonismo** coletivo e desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro : IPEA : ANPEC : Fundação Banco do Brasil, 2007.

PAULINO, E. T. Território e campesinato: da teoria à práxis. **Terr@ Plural**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 199–211, 2009. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/1174>>. Acesso em: 05/04/2023.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PARAHYBA, R. da B. V.; LEITE, A. P.; NETO, M. B. de O.; Solos do Município de Água Branca Estado de Alagoas. Comunicado técnico. ISSN 1517-5685. Rio de Janeiro, dezembro, 2006.

Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/115501/1/ComTec-40-Agua-Branca.pdf>>. Acesso em: 25/02/2023.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo.** 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RAFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ártica, 1993.

RATZEL, Friedrich. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, Antonio C. R., **Ratzel.** SP: Ática, p. 32-107, 1990.

SANTOS FIRMINO, P. C. Os alicerces da formação socioespacial, histórica e econômica de Alagoas: **Revista Crítica Histórica**, [S. l.], v. 13, n. 25, 2022. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/12620>>. Acesso em: 09/01/2023.

SANTOS, M. Geografia, Marxismo e Subdesenvolvimento. In: MOREIRA, Ruy (org.). **Geografia: teoria e crítica.** O saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 4 ed., 1996.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** 6. Ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, F. P. dos. Narrativas sobre vivências de estudantes de origem rural numa escola urbana: um olhar sobre a comunidade Serra do Cavalo, Água Branca - AL. 2018. 103 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação no Semiárido) - Unidade

Delmiro Gouveia - Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2018.

SAQUET, M. A. As diferentes abordagens do território e a apresentação do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v.22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007.

\_\_\_\_\_. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão popular, 2013.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Informações de mercado sobre mandioca (farinha e fécula) 2012. Disponível em: <[https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RN/Anexos/Mandioca-\(farinha-e-fecula\).pdf](https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RN/Anexos/Mandioca-(farinha-e-fecula).pdf)>. Acesso em: 25/09/2023.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, J. R. F. O debate clássico do campesinato e sua resistência no modo de produção capitalista. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.13, n.1, p. 224-239, jan./abr. 2019. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/download/12375/pdf>>. Acesso em 25/05/2023.

SILVA, H. A. da; MURRIETA, R. S. S. Mandioca, a rainha do Brasil? Ascensão e queda da Manihot esculenta no estado de São Paulo. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 9, n. 1, p. 37-60, jan.-abr. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/fGSnCftpnbhggNTRmY3THPj/?format=html&lang=pt#>>. Acesso em: 25/08/2023.

SOUZA, B. I. de.; CUNHA, L.; JACINTO, R.; SUERTEGARAY, D. M. A. (Org.). Diálogos temáticos e (trans)territoriais: geodiversidade, recursos e patrimônio natural da caatinga (PB) e do pampa (RS). Porto Alegre: Comosso Lugar-cultura, 2021. v. 1:1-307p.

SOUZA, M. J. L. Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 2ª edição. Bertrand: Rio de Janeiro, 2000.

SOUZA, R. S. de.; TAVARES, M. G. Território alagoano (Brasil): contribuições à história e geografia de suas cidades. **Confins**. Número 40. ISSN 1958-9212. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.20568>>. Acesso em: 25/01/2023.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004. 199p. ISBN: 85-7139-514-4.

SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. S. O conceito de território no Brasil: entre o urbano e o rural. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.38, v.2, p.84-112, ago./dez. 2016. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/5502>>. Acesso em 10/05/2023.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 2.ed.—São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo, 2012. 176p.

SHANIN, T. *Campeiros y sociedades campesinas*. México, Fondo de Cultura Económica, 1979.

\_\_\_\_\_. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (Orgs.). **Campeinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

TARGINO, I. A luta pela terra e os movimentos sociais rurais no Brasil. In **Raízes**, Campina Grande, UFCG/PPGS, v.21, n. 1 – janeiro a junho de 2002.

TARGINO, I.; MOREIRA, E. de R. F. AGRICULTURA FAMILIAR NA PARAÍBA: PERFIL COM BASE NO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017. **Revista Econômica Do Nordeste**, 51(Suplemento Especial), 133–154. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/1267>>. Acesso em: 25/05/2023.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, 3 vols.

WANDERLEY, M. de N. B. **Capital e propriedade fundiária**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1978.

WOLF, E. R. **Sociedades Camponesas**. 2. ed. Rio de Janeiro. Ed: Zahar editores, 1976.

VASCONCELOS, F. M. T. As políticas de desenvolvimento territorial e a produção do espaço agrário no Alto Sertão alagoano. In: **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária - Territórios em disputas: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro**. Uberlândia-MG, 15 a 19 de outubro de 2012. ISSN: 1983-487X.

## APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

### ROTEIRO A

Roteiro para as conversas com as pessoas que vivenciam a mais tempo a atividade mandiqueira no povoado Serra do Cavalo e Sitio Preguiçoso.

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Tempo que mora no povoado: \_\_\_\_\_

Fazer uma recuperação da história de vida e de trabalho do entrevistado: onde nasceu, o que os pais faziam, quantos filhos tem?, Já migrou?, para onde (local, data e duração)?, todos os filhos estão em casa ou já migraram?, eles ajudam?

\_\_\_\_\_

1. A mandioca sempre foi cultivada aqui no povoado? Ou anteriormente existiu outros cultivos? Quando ela passou a ser a lavoura dominante?

\_\_\_\_\_

2. Antes do domínio da mandioca, qual a lavoura que era cultivada? Quem cultivava? Essa lavoura era objeto de transformação? Onde ocorria essa transformação? Como era o trabalho nessa cultura? Como se dava a comercialização?

\_\_\_\_\_

3. A mandioca era cultivada por todos ou somente pelas pessoas que tinham terras?

\_\_\_\_\_

4. Quem não tinha terra plantava mandioca? Como era o acesso à terra (arrendamento, aforamento, sistema de morada)?

\_\_\_\_\_

5. A mandioca era cultivada com outras culturas agrícolas? Por que?

---

---

6. Como ocorria o processo de produção da mandioca?

---

---

7. Quanto tempo durava o cultivo da mandioca?

---

---

8. O que se fazia com a mandioca produzida?

---

---

9. Como se dava a produção da farinha? Quem não tinha casa de farinha, como fazia o pagamento para fazer a farinha

---

---

10. Quem eram os donos das casas de farinha? Quantas casas de farinha havia?

---

---

11. Onde a farinha era comercializada? Quem comercializava? Aonde era comercializada?

---

---

12. Quem determinava os preços da farinha?

---

---

13. Você acha que hoje está mais fácil ou mais difícil a produção da farinha? Por que?

---

---

14. O que a farinha simbolizava para as pessoas do povoado? Qual a importância da farinha na alimentação da população? Ela tem perdido importância para outros



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

### ROTEIRO B

Roteiro para as entrevistas com **produtores de mandioca no povoado Serra do Cavalo e Sítio Preguiçoso.**

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Quanto tempo mora no povoado: \_\_\_\_\_

Sexo: ( ) masculino ( ) feminino

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Responsável pela família: SIM ( ) Não ( )

1. Fazer uma recuperação da história de vida e de trabalho do entrevistado: onde nasceu, o que os pais faziam, quantos filhos tem, Já migrou, para onde (local, data e duração), todos os filhos estão em casa ou já migraram, eles ajudam?

\_\_\_\_\_

2. Você planta em média quantos hectares ou tarefas de mandiocas?

\_\_\_\_\_

3. Você planta outras culturas além da mandioca? Quais?

\_\_\_\_\_

4. Você é proprietário, arrendatário, meeiro da terra que você trabalha?

\_\_\_\_\_

5. Quanto tempo dura o cultivo da mandioca?

\_\_\_\_\_

6. Quais os instrumentos de trabalho que você utiliza no cultivo da mandioca?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

7. Quais os insumos que você utiliza no cultivo da mandioca (maniva, adubo, produtos químicos, etc?)

---

---

8. Quantas limpas são necessárias para cada ciclo produtivo? Quem faz a limpa? Costuma usar o sistema de mutirão?

---

---

9. Quantas toneladas você costuma colher em 1 ano de produção da mandioca?

---

---

10. Quais os principais produtos derivados da mandioca?

---

---

11. A produção é para consumo ou para venda (em que proporção)?

---

---

12. Onde você vende os produtos produzidos (atravessadores, programas governamentais, diretamente na feira)?

---

---

13. Quem determina o preço?

---

---

14. O que você faz com o dinheiro da venda da mandioca?

---

---

15. No processo de produção e transformação da mandioca em farinha você utiliza somente a mão de obra da sua família?

---

---

16. No processo de produção da mandioca e também na transformação em farinha, você já recebeu assistência técnica por parte do Estado (Poder Municipal, Estadual e Federal)?

---

---

17. Você já fez algum empréstimo ou recebeu ajuda de custo para investir na produção da mandioca?

---

---

18. Você já fez algum empréstimo ou recebeu ajuda de custo para investir em outras atividades, por exemplo, criação de animais?

---

---

19. Você enfrenta dificuldades para produzir a mandioca? Quais?

---

---

20. Você gosta de produzir mandioca?

---

---

21. Qual a importância da mandioca na sua vida?

---

---

22. Você ou alguém da sua família viaja para outro lugar para trabalhar? Para onde?

---

---

23. Você acha que a maneira de produção da mandioca existente hoje no povoado está ótimo ou é preciso mudar alguma coisa?



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

### ROTEIRO C

Roteiro para as entrevistas com **proprietários de casas de farinha** no povoado Serra do Cavalo e Sitio Preguiçoso.

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Quanto tempo mora no povoado: \_\_\_\_\_

Sexo: ( ) masculino ( ) feminino

Escolaridade: \_\_\_\_\_

1. Há quanto tempo você é proprietário da casa de farinha?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

2. Quantas famílias utilizam sua casa de farinha por semana?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3. Quais as formas de pagamento pelo uso da casa da farinha?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4. Você sabe informar quantas toneladas de mandiocas são beneficiadas e transformadas em farinha?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5. Quais são os equipamentos existentes na casa de farinha? Em que ano foram adquiridos?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

6. Descrever o processo de produção da farinha, da goma, do beiju (arranca da mandioca, transporte para a casa de farinha, descasca da mandioca, ralamento da mandioca, prensa, cozimento)?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

7. Para onde vai a farinha produzida na sua casa de farinha?

---

---

8. Quem determina o preço da mandioca?

---

---

9. Você considera sua casa de farinha moderna? Porque? O que falta?

---

---

10. Você já participou de algum projeto de modernização e melhoramento da produção da farinha de mandioca ofertada por parte do Estado (Poder Municipal, Estadual e Federal)?

---

---

11. Você já fez algum empréstimo ou recebeu ajuda de custo para investir na sua casa de farinha?

---

---

12. Você enfrenta dificuldades para gerenciar sua casa de farinha?

---

---

13. Sua casa de farinha funciona o ano todo?

---

---

14. Quais os meses do ano que sua casa de farinha é mais utilizada?

---

---

15. Como funciona o agendamento da sua casa de farinha?

---

---

16. Desde a sua construção a sua casa de farinha passou por algum processo de modernização dos equipamentos?

---

---

**Quadro 3 – Ex-produtores de mandioca mais antigos**

<b>NOME</b>	<b>ANO DE NASCIMENTO</b>	<b>IDADE</b>	<b>SEXO</b>
Entrevistado 1	1930	93 anos	masculino
Entrevistado 2	1936	87 anos	feminino
Entrevistado 3	1940	83 anos	masculino
Entrevistado 4	1946	77 anos	masculino
Entrevistado 5	1952	71 anos	feminino
Entrevistado 6	1947	76 anos	feminino

Fonte: pesquisa de campo (2023)

Organização: O autor.